

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

RODRIGO MILINDRE GONZALEZ ZIMMERMANN

**A GUERRA DAS MALVINAS/FALKLANDS DESCLASSIFICADA: A
ARQUITETURA DO CONFLITO A PARTIR DA REVISÃO DOS ARQUIVOS
OFICIAIS DA ARGENTINA, ESTADOS UNIDOS E REINO UNIDO**

Porto Alegre

2023

RODRIGO MILINDRE GONZALEZ ZIMMERMANN

**A GUERRA DAS MALVINAS/FALKLANDS DESCLASSIFICADA: A
ARQUITETURA DO CONFLITO A PARTIR DA REVISÃO DOS ARQUIVOS
OFICIAIS DA ARGENTINA, ESTADOS UNIDOS E REINO UNIDO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Zimmermann, Rodrigo Milindre Gonzalez

A guerra das Malvinas/Falklands desclassificada: a arquitetura do conflito a partir da revisão dos arquivos oficiais da Argentina, Estados Unidos e Reino Unido / Rodrigo Milindre Gonzalez Zimmermann. -- 2023.

123 f.

Orientador: Érico Esteves Duarte.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Guerra das Malvinas/Falklands. 2. Argentina. 3. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. 4. Documentos desclassificados. 5. Junta Militar. I. Duarte, Érico Esteves, orient. II. Título.

RODRIGO MILINDRE GONZALEZ ZIMMERMANN

**A GUERRA DAS MALVINAS/FALKLANDS DESCLASSIFICADA: A
ARQUITETURA DO CONFLITO A PARTIR DA REVISÃO DOS ARQUIVOS
OFICIAIS DA ARGENTINA, ESTADOS UNIDOS E REINO UNIDO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 15 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte – Orientador

UFRGS

Profa. Dr. André Luiz Reis da Silva

UFRGS

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi

UFRGS

Prof. Dr. Vagner Camilo Alves

UFF

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pelo grande privilégio da vida. Gostaria de agradecer imensamente a minha esposa Larissa e minha filha Carmel pelo incansável apoio e suporte durante esta trajetória, vocês são a minha razão de ser, meu mundo e minha inspiração, este trabalho é de vocês e por isso sou muito grato por tudo o que fizeram e fazem por mim. Agradeço também a minha sogra Alcira e ao meu sogro *in memoriam* Arnoldo Cesar por me apoiarem nesta jornada tão importante, o suporte de vocês foi fundamental para a minha caminhada, assim como a minha cunhada Rafaella pelo apoio e torcida em cada momento da tese. Agradeço aos meus pais Silvia e Miguel pela vida e por me darem suporte durante o período presencial em que realizei este doutorado, assim como ao meu irmão Gonzalo. Dedico em especial aos meus avós (*in memoriam*): Omero por sempre me apoiar a ir além, de alcançar o máximo em tudo o que realizamos e buscamos, de me inspirar e se tornar um grande exemplo para mim, assim como a minha avó materna Nelia, carinhosamente chamada de mamama por sempre nos ensinar e estar conosco em todas as nossas caminhadas, ainda meus avós paternos Alberto, também chamado de abuelo Beto e a abuela Gladis por ensinarem a importância da dedicação.

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Dr. Érico Esteves Duarte pela brilhante orientação e condução da minha jornada no doutorado, pelo encorajamento em buscar a excelência na pesquisa e ir além do tema, explorar novas perspectivas metodológicas e procurar fontes e dados fundamentais para elucidar cada ponto da pesquisa, assim como meu agradecimento ao Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela excelência no estudo e nas oportunidades propiciadas, seja através de auxílio para evento assim como suporte financeiro para pesquisa de campo.

Aos meus colegas de docência da Universidade do Vale do Itajaí, lhes agradeço pelas contribuições e debates, foram de grande enriquecimento para este trabalho e por fim, um agradecimento a cada acadêmico da graduação que cursou disciplinas que lecionei, de maneira direta ou indireta colaborou com esta pesquisa, a todos vocês, meu obrigado.

Por fim, agradeço a cada colega do doutorado, turma de 2019, pelos debates em sala e contribuições em cada disciplina, é na interação que edificamos nosso conhecimento e nossa solidez acadêmica.

RESUMO

A Guerra das Malvinas/Falklands, entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte não representou somente a busca pela retomada do controle das Ilhas Malvinas, Sandwich do Sul e Geórgia do Sul, mas também, um dos principais conflitos bélicos do Século XX no Atlântico Sul no período da Guerra Fria. Soma-se que o conflito, num primeiro momento, buscava ser a maneira mais efetiva para a recuperação do domínio soberano sobre o arquipélago, após um século de ocupação britânica e sucessivos diálogos sem sucesso concreto. Entretanto, a recente desclassificação de documentos da Argentina, dos Estados Unidos e do Reino Unido permitiu observar que a guerra na realidade foi uma ação de desespero por parte da Junta Militar em encontrar um denominador comum perante a sociedade civil que pressionava pelo fim do governo. Além disso, a Junta Militar observou na recuperação das Ilhas Malvinas, a possibilidade de serem alçados como heróis nacionais e desta forma, conseguir apagar o passado violento dos antecessores militares que lideraram a nação a partir de 1976. Desta forma, a presente pesquisa norteia-se pelo seguinte questionamento: como a arquitetura político-diplomática argentina fez uso ou desperdiçou o panorama que possuía? Para isto, a pesquisa se debruçou nos documentos desclassificados dos países supracitados que foram liberados de forma gradual, principalmente a partir da segunda década do presente século, e que distinto de uma visão oriunda da literatura comum ou romântica da guerra, permitiu que pontos-chaves pudessem ser elucidados. A pesquisa, a partir do questionamento proposto, se guiou por duas hipóteses: a) a Argentina dispunha de uma panorama diplomático – em termos de contatos, alinhamentos e apoios de outras potências – que lhe teriam dado alternativas ao curso tomado e b) a arquitetura institucional civil-militar argentina estava internamente dividida e conseqüentemente incapaz de avaliar e conjuntar esse panorama diplomático aos seus objetivos políticos - domésticos e externos – que explicam o desperdício desses recursos diplomáticos que a Argentina tinha à mão. Para provar as hipóteses propostas, recorreu-se no campo metodológico a elaboração de uma pesquisa de cunho bibliográfico através do uso de contrafactuais, com o objetivo de observar os cenários disponíveis e como estes poderiam ter impactado, ainda, como sendo uma pesquisa de cunho qualitativo, será utilizado o mapeamento ou *process-tracing*, já que a disponibilidade de

documentação oficial dos principais atores estatais permite realizar este mapeamento. Por meio das documentações oficiais, contribuições bibliográficas e o uso das ferramentas metodológicas, conclui-se que a Argentina desperdiçou as possibilidades de realizar uma melhor condução da reivindicação de maneira geral, isto porque ademais de desconsiderar o apoio dos países do terceiro-mundo, realizou um cálculo raso sobre a posição dos Estados Unidos sobre o tema e principalmente sobre a política internacional. Ademais, as divisões internas na Junta Militar não permitiram desenvolver objetivos claros sobre o que a Argentina almejava e sobre as opções diplomáticas disponíveis antes e durante a guerra.

Palavras-chave: Guerra das Malvinas/Falklands. Argentina. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Documentos desclassificados. Junta Militar. Política Internacional.

RESUMEN

La Guerra Malvinas/Falklands, entre la República Argentina y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte, no solo representó la búsqueda de la reanudación del control de las Islas Malvinas, Sandwich del Sur y Georgias del Sur, sino también, uno de los principales conflictos del siglo XX en el Atlántico Sur durante el periodo de la Guerra Fría. Además de que la guerra, en un principio, pretendía ser la vía más eficaz para recuperar el dominio soberano sobre el archipiélago tras un siglo de ocupación británica y sucesivas fallas en diálogos concretos, sin embargo, la reciente desclasificación de documentos de Argentina, Estados Unidos y Reino Unido permitió observar que la guerra en realidad fue un acto de desesperación de la Junta Militar por encontrar un denominador común con la sociedad civil que presionaba por el fin del gobierno, además de la Junta Militar, para observar en la recuperación de las Islas Malvinas, la posibilidad de ser elevados a héroes nacionales y, de esta manera, poder borrar el pasado violento de los antecesores militares que dirigieron la nación a partir de 1976, de esta forma, la presente investigación se guía por la siguiente interrogante: ¿cómo la arquitectura político-diplomática argentina aprovechó o desperdició el panorama que poseía? Para ello, la investigación se centró en los documentos desclasificados de los países mencionados que fueron siendo divulgado paulatinamente, principalmente a partir de la segunda década del presente siglo y que, a diferencia de una visión derivada de la literatura bélica común o romántica, permitió que se pudieran identificar puntos clave. Elucidado, ya que la investigación a partir del cuestionamiento propuesto estuvo guiada por dos hipótesis: la Argentina contaba con un panorama diplomático -en términos de contactos, alineamientos y apoyo de otras potencias- que le habría dado alternativas al rumbo tomado y b) la arquitectura institucional El cívico-militar argentino se encontraba internamente dividido y en consecuencia incapaz de evaluar y unir este panorama diplomático a sus objetivos políticos -internos y externos- que explican el despilfarro de esos recursos diplomáticos que la Argentina tenía a mano. Para probar las hipótesis propuestas, en el campo metodológico, implicó la elaboración de una investigación bibliográfica mediante el uso de contrafactuales, con el objetivo de observar los escenarios disponibles y cómo estos podrían haber impactado, aún, como una investigación cualitativa, se utilizará el rastreo, ya que la disponibilidad de documentación oficial de los principales actores estatales permite realizar este mapeo. A través de

documentación oficial y aportes bibliográficos y el uso de herramientas metodológicas, se concluye que Argentina desaprovechó las posibilidades de realizar un mejor manejo del reclamo en general, esto porque, además de despreciar el apoyo de países del tercer mundo, llevó a cabo realiza un cálculo superficial sobre la posición de los Estados Unidos en el tema y principalmente en la política internacional, además, las divisiones internas en la Junta Militar no permitieron desarrollar objetivos claros sobre lo que quería Argentina y sobre las opciones diplomáticas disponibles antes y durante la guerra.

Palabras clave: Guerra das Malvinas/Falklands. Argentina. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Documentos desclasificados. Junta Militar. Política Internacional.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Votações do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
na Resolução
502.....110

Tabela 2: Cronologia dos governos argentinos (democráticos e militares) e a
reivindicação sobre as Ilhas
Malvinas/Falklands.....
115

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS E METODOLÓGICOS	17
2.1	CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS	17
2.2	AS FONTES PRIMÁRIAS: OS DOCUMENTOS DESCLASSIFICADOS DA ARGENTINA, ESTADOS UNIDOS E REINO UNIDO	22
2.3	A LITERATURA SECUNDÁRIA.....	34
2.4	CONCLUSÕES PRELIMINARES	46
3	UM GOVERNO, DUAS OPINIÕES: A JUNTA MILITAR ARGENTINA	47
3.1	PODER, POLÍTICA E GOVERNABILIDADE EM REGIMES NÃO-DEMOCRÁTICOS	47
3.2	A JUNTA MILITAR UNIDA: VIDELA	56
3.3	A JUNTA MILITAR DIVIDIDA: VIOLA E GALTIERI	59
3.4	CONCLUSÕES PRELIMINARES	63
4	POLÍTICA EXTERNA EM REGIMES NÃO-DEMOCRÁTICOS	65
4.1	A AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA EM REGIMES NÃO-DEMOCRÁTICOS	65
4.2	POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA E AS ILHAS MALVINAS/FALKLANDS NO PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL	71
4.2.1	Falhas e rupturas na política externa da Junta Militar sobre as Ilhas Malvinas/Falklands	82
4.3	CONCLUSÕES PRELIMINARES	86
5	DA COOPERAÇÃO AO CONFLITO	88
5.1	A COOPERAÇÃO E AS NEGOCIAÇÕES ENTRE ARGENTINA E REINO UNIDO.....	88
5.2	IR À GUERRA: ERROS DE CÁLCULO ARGENTINO.....	97
5.3	CONCLUSÕES PRELIMINARES	110

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 112

REFERÊNCIAS..... 116

1 INTRODUÇÃO

O século XX delineou-se como um período de conflitos, a Segunda Guerra Mundial constatou que o poder político não pertencia mais à Europa, que se deslocou e passou a ser exercido pelos Estados Unidos da América (Lyra Júnior, A. A.; Bellintani, A. I., 2014, p. 226). O fim do conflito apresentou o desafio de buscar reconstruir o mundo do pós-guerra, baseando-se nos arranjos de poder entre os Estados a fim de manter os acordos construídos no conflito e assim, manter a hegemonia mesmo com o fim da Guerra.

Entretanto, mesmo com o fim da Segunda Guerra Mundial, não houve uma suspensão do ambiente beligerante, a Guerra Fria instaurou-se como um conflito entre as maiores potências militares do pós-guerra, neste caso, Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e reduzindo a observância para a América Latina. O conflito se constitui em um mecanismo imperialista dos Estados Unidos, já que mediante o Plano Marshall, reconstruiu-se a Europa dos flagelos da Segunda Guerra, enquanto para a América Latina, o projeto passou a promover um domínio político e militar em nome da contenção do avanço socialista.

Na Argentina, o Processo de Reorganização Nacional, denominação da ditadura cívico-militar no país, governou a Argentina de 24 de março de 1976 até 10 de dezembro de 1983. No dia 2 de abril de 1982, tropas argentinas desembarcaram na cidade de Port Stanley com o objetivo de ocupar e retomar a posse das Ilhas Malvinas, as quais estavam sob domínio do Reino Unido desde 1883 (Bologna, 1992). A guerra encerrou-se no dia 14 de junho, através do cessar fogo assinado entre o General Jeremy Moore, comandante britânico e Mario Menéndez, governador militar das ilhas.

A recente desclassificação de documentos oficiais da Argentina (Informe Rattenbach), dos Estados Unidos (Departamento de Estado) e do Reino Unido (Fundação Margaret Thatcher), apresentou luz diante de informações que antes permaneciam restritas em um campo de especulação. Isto porque as investigações relativas ao conflito se restringiam a narrativas dos envolvidos, entretanto, a partir da desclassificação, é possível avaliar as decisões tomadas antes e durante o curso da guerra assim como o cenário político dos países envolvidos, com ênfase para a Argentina e o Reino Unido.

Diante do exposto, a presente tese de doutorado é guiada pela seguinte pergunta de pesquisa: como a arquitetura político-diplomática argentina fez uso ou desperdiçou o panorama que possuía? Isto porque há uma alteração brusca na maneira como a demanda sobre as Malvinas/Falklands foi conduzida pela Junta Militar e mesmo com antecessores militares também, os registros jornalísticos sobre negociações entre argentinos e britânicos destacam a existência de diálogos construtivos. Neste sentido, a pesquisa se debruça sobre duas hipóteses: a) a Argentina dispunha de uma panorama diplomático – em termos de contatos, alinhamentos e apoios de outras potências – que lhe teriam dado alternativas ao curso tomado e b) a arquitetura institucional civil-militar argentino estava internamente dividida e conseqüentemente incapaz de avaliar e conjuntar esse panorama diplomático aos seus objetivos políticos - domésticos e externos – que explicam o desperdício desses recursos diplomáticos que a Argentina tinha à mão.

Os documentos disponíveis apontam que a Argentina possuía um panorama político-diplomático de apoio à sua demanda, principalmente no eixo dos países não-alinhados e neste ponto, a articulação da diplomacia do país sul-americano conseguiu uma vitória importante, que foi a Resolução 2065 da Assembleia Geral aprovada em 4 de janeiro de 1966, indicando a existência de uma disputa de caráter colonial e que os envolvidos deveriam iniciar diálogos com o objetivo de solucionar a disputa. Por outro lado, a mesma articulação que alcançou uma vitória significativa, foi insuficiente para evitar a derrota da Argentina na Organização das Nações Unidas com a Resolução 502 do Conselho de Segurança, que determinava a imediata retirada das forças militares argentinas do arquipélago. Os documentos desclassificados ainda permitem corroborar a segunda hipótese, a Argentina possuía uma Junta Militar dividida e que isto dificultou que os militares pudessem ter claras observações sobre as Ilhas Malvinas/Falklands, desconsiderando os esforços anteriormente realizados pelos seus pares militares quando ocuparam a presidência da nação.

A presente pesquisa é de caráter qualitativo e de cunho bibliográfico, e para buscar testar as hipóteses propostas e responder ao questionamento construído, será utilizada a metodologia de rastreamento de processos, ou *process-tracing* a qual para Cunha e Araujo (2018, p. 36) é “[...] é uma abordagem em que o pesquisador analisa atentamente um processo de decisão por meio da análise da ligação entre condições iniciais e um resultado”. O uso desta metodologia, de maneira prática, permite que através das contribuições presentes nos documentos desclassificados, seja possível

realizar o cruzamento de informações e conectar os pontos em comum nas fontes oficiais com o objetivo de testar as hipóteses de trabalho propostas, isto permite alcançar pontos que foram desconsiderados por outras pesquisas ou que não haviam sido explorados anteriormente.

Diante disso, o trabalho também busca verificar se a Argentina poderia ter optado por um rumo distinto, assim, a metodologia do uso de contrafactuais permitirá avaliar se o país tivesse optado por outros caminhos. Oswaldo Pessoa Jr (2000) destaca que a abordagem pode ser considerada uma “ciência da ciência”, em razão de buscar apontar os resultados em caso de interferências. Assim, na aplicabilidade da presente pesquisa, o uso de contrafactuais permite destacar que através da diplomacia, a Argentina poderia ter obtido resultados distintos.

Para a análise majoritária dos dados, foi utilizado o software de análise qualitativa Atlas.ti, ele permite o lançamento dos documentos e celeridade no processo de classificação e encontro de pontos em comum nos documentos. O uso desta ferramenta permite que o número de dados alcançados seja maior e conseqüentemente, o encontro de inferências e exploração do material seja maior, isto porque, no caso da presente pesquisa e em razão do grande volume documental, o software permite um alcance maior de informações.

Desta forma, a presente tese se divide em cinco capítulos, os quais dialogam entre si com o objetivo de agregar aspectos teóricos e documentais para elucidar pontos propostos. A distribuição da pesquisa permite que no primeiro momento sejam observadas as escolhas metodológicas e de fontes utilizadas para a elaboração da tese, assim como avaliações teóricas sobre governos militares e no segundo momento apresentar as ações da conduta da Argentina e comparar as informações com os aportes dos demais atores estatais envolvidos. Esta divisão teórico/avaliativa permite que os elementos apresentados na primeira parte sejam aplicados na segunda parte para verificar as hipóteses propostas.

O capítulo 2 do presente trabalho intitulado “APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS E METODOLÓGICOS” apresenta a metodologia utilizada no trabalho e como através das fontes é realizada a construção de um diálogo. O trabalho se apoia principalmente nas informações desclassificadas pela Argentina, Estados Unidos e Reino Unido. A recente desclassificação de documentos, seja por meio oficial (Argentina e Estados Unidos) ou através de instituições independentes (Reino Unido), permite que através do rastreamento de processos (*process-tracing*)

seja possível encontrar pontos que permitem explicar o comportamento da Argentina diante da demanda, da articulação britânica e principalmente, do papel dos Estados Unidos com relação as negociações anteriores à guerra.

O capítulo 3, sob o título “UM GOVERNO, DUAS OPINIÕES: a Junta Militar Argentina”, se debruça sob uma leitura da audiência nos regimes de governo e principalmente sobre a divisão dentro destes. A presunção que governos autoritários não possuem divisões ou fraturas internas, em razão de se atentarem a uma hierarquia militar, é equivocada, assim, divisão e audiência não são fatores restritos a governantes democraticamente eleitos. Desta forma, o capítulo destaca elementos teóricos para explicar as divisões em governos militares e posteriormente, destaca a ruptura dentro da Junta Militar, principalmente na transição entre Roberto Viola e Leopoldo Galtieri em 1981. Este ponto auxilia na explicação que a fratura na Junta contribuiu para a mudança de postura por parte da Argentina em relação as Ilhas Malvinas/Falklands.

O capítulo 4, intitulado “POLÍTICA EXTERNA EM REGIMES NÃO-DEMOCRÁTICOS” busca realizar uma leitura, primeiramente de cunho bibliográfico, sobre autores que se debruçam ao estudo da política externa em governos não democráticos. Isto porque em razão da audiência e das vontades daqueles que ocupam as posições de liderança, podem existir alterações nas preferências de agenda no campo de relações exteriores, estas podem transitar entre visões pragmáticas até alinhamentos irrestritos. No caso da Argentina, há uma mudança categórica na condução da política externa, este ponto é discutido na subseção “4.2.1 Falhas e rupturas na política externa da Junta Militar sobre as Ilhas Malvinas/Falklands”, onde se busca apontar a condução durante os primeiros anos da Junta Militar com relação à demanda, e posteriormente os erros na condução da política externa. Em matéria de bibliografia de suporte ao capítulo, a obra *Dictators at War and Peace* da Jessica Weeks possui um capítulo dedicado a compreensão da Junta Militar argentina e a propensão à guerra, em comparação com democracias, por exemplo.

Por fim, o capítulo 5 denominado “DA COOPERAÇÃO AO CONFLITO” busca apresentar a trajetória das relações entre a Argentina e o Reino Unido. De acordo com os documentos desclassificados utilizados nesta pesquisa, as relações entre ambos os países eram profícuas, inclusive com grandes avanços de comunicação e a busca por cooperação com o objetivo final da demanda argentina ser atendida, a

qual, de acordo com a documentação, foi planejada e proposta pelos britânicos, entretanto a sensibilidade do tema e a articulação política britânica, alteraram o planejamento. O capítulo se debruça também nos erros para explicar em quais pontos houve falhas por parte da Argentina, que levaram ao fracasso da guerra.

A construção dos capítulos e as fontes consultadas permitiu apontar que as hipóteses levantadas possuíam robustez e que estas colaboraram para o fracasso da Argentina na guerra, partindo do argumento que o país realizou uma leitura rasa do xadrez internacional e não soube aproveitar as articulações construídas pelos antecessores militares do Leopoldo Galtieri. Ademais, a guerra representava um anseio da Marinha e a sustentação governamental passava por apoios entre as forças, o que colabora com a segunda hipótese, a Argentina possuía um processo decisório dividido, corroborada pelos documentos desclassificados e pelos autores abordados na pesquisa.

Diante do exposto, o presente trabalho permite a abertura de uma frente de trabalho para outras pesquisas, isto porque outros trabalhos buscam se debruçar sobre o governo ou a operação, ainda, alguns trabalhos abordam os relatos dos ex-combatentes. Por outro lado, a presente pesquisa ao realizar o cruzamento das informações dos principais atores estatais, permitiu realizar uma análise do cenário argentino desde o princípio do Processo de Reorganização Nacional até a guerra das Ilhas Malvinas/Falklands e apresentar o conflito e o prelúdio deste através de uma visão pragmática.

2 APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS E METODOLÓGICOS

A construção de uma pesquisa não perpassa somente pela construção de pergunta e hipótese, mas pela observação de materiais e métodos que serão empregados para a construção da pesquisa. O presente capítulo se divide em dois pontos, o primeiro busca apontar a metodologia empregada para alcançar os resultados esperados, desta forma, se realiza a descrição do uso do *process-tracing* como método de pesquisa e o uso de contrafactuais para validar as hipóteses propostas.

O segundo ponto do capítulo são as contribuições bibliográficas, para isso, são destacadas as fontes primárias, nesta pesquisa são os documentos desclassificados da Argentina, Estados Unidos e Reino Unido e posteriormente, fontes secundárias que buscam atender demandas da pesquisa com o objetivo de alcançar uma contribuição maior, estas secundárias complementam as informações destacadas no âmbito oficial.

2.1 CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS

As discussões acadêmicas sobre a Guerra das Malvinas, em muitos pontos se centram na capacidade militar que a Argentina possuía para a guerra ou ainda, nos elementos táticos conduzidos durante o embate com o Reino Unido, grande parte da bibliografia construída e disponível trata sobre as capacidades táticas de ambos os países e sobre doutrinas. No entanto, a presente pesquisa doutoral busca elucidar alguns pontos da guerra com base na documentação disponível no que tange a área político diplomática, assim, o presente capítulo busca apontar os elementos contribuintes das obras utilizadas para as pesquisas da presente tese.

É importa frisar que a desclassificação de documentação por parte dos atores estatais permitiu acessar informações que desmitificam pontos do conflito. A narrativa tradicional sobre a Guerra das Malvinas destaca que a Argentina, através do governo militar, não possuía uma alternativa que não fosse à guerra, ou seja, o conflito se apresentou como a única opção, quando na verdade, era um anseio dos militares mais radicais que ascenderam ao poder. Este ponto possui um impacto social considerável, já que o conflito distanciou a possibilidade de recuperação da soberania das Ilhas por parte da Argentina, em vista da desconfiança por parte do Reino Unido sobre as

pretensões do país sul-americano. Em vista disso, é importante elencar as obras que buscarão testar as hipóteses de trabalho, as quais serão elencadas e descritas neste capítulo.

Ao buscar desenvolver uma pesquisa de cunho bibliográfico, é importante destacar os métodos que colaborarão com o alcance dos resultados. O destaque a este ponto de maneira inicial permite apresentar como a metodologia irá contribuir, junto com as obras destacadas, para obter as respostas ao questionamento proposto, neste sentido, para a análise documental, utilizar-se-á o processo de *process-tracing* para alcançar o questionamento proposto com base nos documentos oficiais desclassificados, isto porque a metodologia de *process-tracing* permite a construção empírica de uma explicação teórica (Tannenwald, 2015, p.221). No que concerne a testagem das hipóteses, a utilização de contrafactuais colaborara para teste, pois segundo Jack Levy (2015, p.378) “o foco primário do uso de contrafactuais é auxiliar a validar inferências causais na análise histórica”, ou seja, a partir da análise de documentação desclassificada, será possível realizar uma análise, a qual conduzirá aos resultados das hipóteses apresentadas.

Como destacado no parágrafo anterior, é utilizado o método de *process-tracing* para alcançar a resposta à pergunta de pesquisa proposta, assim, a metodologia, segundo Beach e Pedersen (2013, p.1) frisa que “a essência da pesquisa de rastreamento de processos (*process-tracing*) é que os estudiosos querem ir além da simples identificação de correlações entre variáveis independentes”. No caso da presente pesquisa, o argumento de Mahoney ajuda a reforçar a escolha metodológica já que para o autor, “o rastreamento do processo é um esforço para formalizar e ser mais transparente sobre as etapas inferenciais. Ele o descreve de forma útil como “recuar” da narrativa para “discutir como peças particulares de evidências questionam certas teorias (ou suporte certas teoria)” (Mahoney, 2015, p.217).

Mahoney (2015) argumenta que o uso dessa metodologia tem destaque quando se busca aplicá-la em processos de liderança tanto em intervenções militares quando para o alcance da paz, notadamente, ao discutir o panorama político-diplomático da Argentina ao decidir pela via militar para a recuperação das Ilhas Malvinas. Destaca-se que a escolha da metodologia de *process-tracing* conforme Teixeira Junior e Silva (2017) permite prover explicações mais densas assim como incorporar um conjunto maior de fatores para o desenvolvimento da pesquisa. No que concerne à diferenciação acerca de estudos de caso e o uso da metodologia descrita

acima, Beach e Pedersen (2013) apontam que os métodos de *process-tracing* podem ser distinguidos da maioria dos outros métodos que se baseiam em estudos de caso, em virtude dos tipos de inferências que são realizadas. O *process-tracing* busca fazer inferências internas sobre a presença/ausência de mecanismos causais em estudos de caso único, por outro lado, a maioria dos demais métodos busca fazer inferências cruzadas sobre relações causais, desta forma, acerca uso de estudos de caso, Vennesson (2008, p.226) destaca que

A case study is a research strategy based on the in-depth empirical investigation of one, or a small number, of phenomena in order to explore the configuration of each case, and to elucidate features of a larger class of (similar) phenomena, by developing and evaluating theoretical explanations¹.

Conforme apontado por Vennesson e anteriormente por Teixeira Junior e Silva, o uso da metodologia escolhida pode proporcionar resultados robustos acerca das opções da Argentina antes da guerra e no ato decisório de executar a intervenção.

De maneira prática e conforme as informações das bibliografias, a utilização da metodologia de *process-tracing* permite alcançar resultados concretos através do cruzamento das informações obtidas, por ser distinto da visão tradicional sobre o conflito, ou seja, a guerra como única alternativa. A metodologia optante permite posicionar os fatores descritos nos documentos desclassificados e produzir um resultado concreto e proposto nas hipóteses, ou seja, que a Argentina dispunha de um panorama político-diplomático que teriam lhe dado mais opções e que, alguns fatores conduziram para um processo decisório dividido, o qual, conseqüentemente, culminou com a decisão da retomada pela via bélica.

Acerca do uso de contrafactuais, Francis Gavin (2015) inicia seu artigo com uma indagação pertinente: e se? Já que para o autor alguns elementos baseados em documentos podem ser confrontados para testar hipóteses, exemplo disso é o exercício que o autor faz destacando acerca da II Guerra Mundial, pontuando: e se Hitler não tivesse assumido o poder na Alemanha, o curso da violência das forças nazistas teria sido diferente? No entanto, na mesma linha, o autor destaca um ponto que vem ao encontro do objetivo desta pesquisa: a abertura dos documentos de

¹ Tradução nossa: Um estudo de caso é uma estratégia de pesquisa baseada na investigação empírica aprofundada de um ou de um pequeno número de fenômenos, a fim de explorar a configuração de cada caso e elucidar características de uma classe maior de fenômenos (semelhantes), por meio de desenvolver e avaliar explicações teóricas

Stresemann tornou evidente que o “desejo do líder de Weimar era em ver todos os territórios de língua alemã reincorporados a Alemanha” (Gavin, 2015 p. 426). No caso da Argentina, era desejo das lideranças da Junta Militar reaver as Ilhas Malvinas, no entanto, mesmo que Videla e Viola buscassem o caminho diplomático, era desejo de Galtieri recuperá-las pela via militar (Foreign relations of the United States, 2015).

Ainda, a maior definição acerca do uso de contrafactuais é propiciada por Levy (2015, p. 379) onde destaca que “um contrafactual envolve a construção mental de um curso de eventos que é alterado por modificação em uma ou mais condições” e ainda o Lebow (2015, p.403) destaca que o método “permite a construção de modelos racionais que são usados para avaliar o comportamento dos atores do mundo real. Eles são uma ferramenta essencial na formulação de teorias e proposições porque eles oferecem pontos de vantagem de outra forma indisponíveis”. Assim, o uso de contrafactuais permite realizar uma avaliação através das informações sobre um determinado fenômeno, neste caso, o uso de documentação para corroborar hipóteses propostas.

É importante destacar as contribuições que Levy (2015) frisa acerca dos critérios para avaliação, ou seja, da construção do contrafactual. Numa primeira instância, pode-se crer que o uso da metodologia supracitada possa ser distinto de uma base metodológica de cunho teórico. No entanto, o autor aponta que as condições iniciais, consequências hipotéticas e uma generalização teórica são fatores que se compartilham quando se constrói uma pesquisa de base teórica, por isso o autor elenca que um contrafactual deve possuir uma clareza conceitual, consistência lógica, falseabilidade, consistência com teorias bem estabelecidas e generalizações empíricas, escopo empírico, número e diversidade de implicações observáveis (Levy, 2015, p.388).

Nesta linha, o uso de contrafactuais dentro da proposta da presente pesquisa permite verificar as hipóteses propostas, já que, assim como descrito no uso da metodologia de *process-tracing*, busca verificar se a Argentina possuía alternativas para a condução do processo. Ademais, não é possível amalgamar as perspectivas metodológicas supracitadas sem destacar uma opção teórica, ressaltando sobre a importância de avaliar qual fator ocasionou o ponto de virada na tomada de decisões sobre a condução da questão Malvinas, assim, a Teoria do Governo Dividido supre esta demanda.

Em 1996, Alberto Alexina e Howard Rosenthal em um artigo formularam o que se denomina da Teoria do Governo Dividido, onde destacam que as escolhas políticas não dependem somente do executivo, mas também do legislativo. Em suas considerações, Alexina e Rosenthal (1996, p. 1312) destacam, no caso das eleições estadunidenses, que em períodos de eleições para o legislativo e executivo simultaneamente, os eleitores enfrentam incerteza política, já que não tem clareza acerca do líder que vencerá o pleito. No entanto, nas eleições de meio de mandato, votam no partido oposto ao do presidente para produzir um balanceamento na capacidade de poder do mandatário, reduzindo a sua margem de poder.

A mesma linha de raciocínio é compartilhada por Terry Moe, no seu capítulo intitulado “*The Politics of Bureaucratic Structure*” ao destacar que existem preferências distintas entre o poder executivo e o legislativo e que ambos operam para um determinado grupo de interesses. Moe (1989) avalia que governos divididos levam a acordos que podem ser observados como benéficos para as partes. Por outro lado, o autor constatou que governos divididos alteram o desempenho e politizam as decisões das agências executivas.

Apesar de os pontos evidenciados acima, por outro lado, quando se verificam mais profundamente os apontamentos dos autores, observa-se que todos os tipos de regimes políticos enfrentam divisões, considerando que, como apontado pelos autores, busca-se governar para um determinado grupo de interesse. No caso da Junta Militar argentina, mesmo a sociedade se opondo ao regime, buscou-se uma causa nacional para produzir um sentimento de aprovação. Ou seja, a recuperação das ilhas Malvinas significaria, para Galtieri e a Junta, a aprovação social além de ter a possibilidade de ser alçado à herói nacional.

As ferramentas metodológicas descritas, assim como o aporte teórico supracitado, darão base para a investigação, conjunto as fontes primárias e secundárias da pesquisa. Nos próximos pontos se buscará destacar como se utilizarão as obras e como a metodologia escolhida contribuir para corroborar a pergunta e as hipóteses propostas.

Para alcançar os resultados, a pesquisa foi conduzida através da consulta aos documentos oficiais produzidos com relação a demanda, para isso, a verificação *in-loco* da documentação argentina permitiu revisar pontos fundamentais da pesquisa, aliado a isto, com o objetivo de obter um melhor manejo das informações, foi utilizado o software Atlas.ti para a revisão e codificação da documentação. As análises dos

documentos a partir de verificações digitais ou presenciais foram possíveis em virtude da decisão de realizar um recorte temporal na pesquisa, isto porque o objetivo primário era avaliar as condições da Argentina no campo diplomático e político, desta forma, não era pertinente uma revisão de documentos gerados antes do conflito, como protestos ou relatórios anteriores ao período da Junta Militar.

De maneira geral, a construção da pesquisa perpassou, ademais da construção de hipótese, rastreamento de documentação disponível e cruzamento dos dados, revisão e codificação da documentação através de *software*, foi realizada pesquisa de campo sobre a documentação argentina. Todos os fatores supracitados contribuíram para que a pesquisa pudesse ter um recorte temporal específico, isto permitiu que os dados colhidos fossem maximizados para a investigação e pudessem atestar as hipóteses propostas, isto porque o litígio sobre as Ilhas Malvinas/Falklands iniciou em 1833, desta forma, não é necessária uma abordagem de maneira contundente antes do início do período militar.

2.2 AS FONTES PRIMÁRIAS: OS DOCUMENTOS DESCLASSIFICADOS DA ARGENTINA, ESTADOS UNIDOS E REINO UNIDO

Para a construção do trabalho, os documentos desclassificados recentemente por parte da Argentina, Estados Unidos e Reino Unido permitirão observar o conflito a partir da ótica local dos atores e avaliar a percepção dos demais atores estatais diante do cenário construído, isto porque a troca de informações entre os Estados permite que sejam observadas as relações e acordos construídos entre os atores, assim como uma diplomacia pendular entre os países, soma-se que os documentos oficiais propiciam uma visão nítida sobre os eventos, retirando assim a possibilidade de suposições com relação à demanda sobre as Ilhas Malvinas/Falklands.

No que concerne à bibliografia por parte da Argentina, é utilizado como fonte de consulta o Informe Rattenbach. Em 2 de dezembro de 1982, o governo militar presidido por Reynaldo Bignone, decidiu através da resolução nº 15/82 criar uma Comissão de Análise e Avaliação das responsabilidades políticas e estratégicas militares no conflito do Atlântico Sul, formado por representantes das três Forças. Representando o Exército estavam o General (R) Benjamín Rattenbach e o Major

General (R) Tomás Armando Sánchez de Bustamante, representando a Marinha estavam o Almirante (R) Alberto Pedro Vago e o Vice-Almirante (R) Jorge Alberto Boffi e representando a Força Aérea estavam o Brigadeiro-General (R) Carlos Alberto Rey e o Brigadeiro-Major (R) Francisco Cabrera. A comissão recebeu amplos direitos para solicitar todo o tipo de informação de qualquer órgão público e pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas da República Argentina, um ponto destacável é que as entidades que fossem obrigadas a fornecer as informações, caso não apresentassem, poderiam ser notificadas ou advertidas por lei (Alves; Campos, 2012)

O Informe Rattenbach é composto por cinco capítulos, os quais buscam esclarecer pontos importantes do conflito, não somente no campo militar, mas também no diplomático. Ainda, destaca as ações dos líderes anteriores das juntas militares, já que as discussões sobre as Ilhas Malvinas não são restritas à gestão de Leopoldo Galtieri. A desclassificação do documento ocorreu em 2012 através de Decreto Presidencial e apresenta-se como uma autoavaliação da condução da guerra, a desclassificação tardia do relatório ocorre porque são apontados não somente erros, mas também, as punições que deveriam ser impostas aos responsáveis pelo conflito.

O capítulo II (o Informe Rattenbach inicia formalmente a partir do segundo capítulo, dedicando o primeiro a aspectos informativo para o leitor) do Informe apresenta os antecedentes do conflito, ou seja, as negociações diplomáticas, os alinhamentos da Argentina nos fóruns multilaterais e também, as Resoluções da Organização das Nações Unidas, soma-se também uma descrição das ações dos chanceleres Carlos Cavándoli, Oscar Camilión e Nicanor Costa Mendes. É importante frisar que este capítulo do relatório destaca os diálogos entre os representantes da chancelaria argentina e do Reino Unido, assim como as minutas apresentadas por ambas as partes buscando uma negociação pacífica. Somam-se também pontos de inflexão nos discursos dos dois países, já que por um lado, a Argentina encontrava-se em transição de junta militar e o Reino Unido era cometido pela pressão do parlamento (Argentina, 1982).

O capítulo III do Informe discorre sobre a avaliação e análise de risco do conflito, neste ponto, a comissão buscou investigar as ordens proferidas para dar prosseguimento com o desembarque das tropas em Port Stanley em 2 de abril de 1982, assim como posterior a chegada. Para isto, baseiam-se nos informes solicitados aos oficiais que possuíam responsabilidade direta sobre as forças e com base nos dados, a comissão buscou realizar uma avaliação crítica, apontando os erros

cometidos e analisando as medidas tomadas pelas lideranças militares. É importante frisar que este ponto do capítulo possui um destaque que aponta a ruptura interna na tomada de decisões, já que após a avaliação da Junta Militar, decidiu-se que era necessário elaborar uma alternativa caso houvesse uma lentidão nas negociações com o Reino Unido, o que o informe considera ser o embrião da intervenção militar e ainda, o informe aponta para um atropelamento de prazos estabelecidos em reuniões anteriores para ocupar as ilhas (Argentina, 1982).

O capítulo IV lista alguns episódios que antecedem a decisão de desembarcar tropas nas Ilhas Malvinas em abril de 1982, destacando inicialmente as diferenças entre a Argentina e o Reino Unido por uma ação civil para desmantelamento de uma base baleeira nas Ilhas Georgias, o que, por pontos de interpretação apresentados no documento, motivou notas de repúdio por parte do *Foreign Office*. No entanto, o informe aponta que os meios de comunicação no Reino Unido destacavam que se tratava de uma invasão de cunho militar e não civil como ratificado no informe e agrega-se que havia uma pressão constante por parte do parlamento em congelar as negociações com a Argentina, isto em virtude do *lobby* dos Kelper's² no Parlamento Britânico (Argentina, 1982).

O capítulo V aponta a multilateralidade do conflito no que tange as negociações de cessar-fogo. O informe aponta as mediações realizadas por parte dos Estados Unidos através do Secretário Alexander Haig numa ação de *shuttle diplomacy*, a busca por parte do Peru em encontrar uma solução para o conflito, as tratativas do Rei da Espanha em viabilizar uma solução e as negociações dentro da Organização das Nações Unidas. Esta seção do informe destaca uma informação que foi subestimada por parte da Junta Militar, que é a colaboração estadunidense, já que a Junta acreditava que os Estados Unidos buscariam uma negociação e que não tomariam parte no conflito em favor do Reino Unido, sendo que o documento aponta que a Junta negligenciou o histórico de cooperação entre Washington e Londres (Argentina, 1982).

O capítulo VI do informe realiza uma avaliação do planejamento de cada uma das forças, neste ponto, o relatório destaca, através de acesso ao planejamento e entrevistas, os pontos prévios ao conflito antes da reação britânica. Era considerada

² Kelper's é a denominação concedida aos residentes civis nas Ilhas Malvinas/Falklands

no planejamento inicial, uma possível colaboração por parte do Chile em defesa do Reino Unido, que depois foi desconsiderada. Este capítulo do informe avaliou o cenário projetado, buscando estabelecer uma hipótese sobre o conflito e tentar verificá-la, o que é fundamental porque o ponto VII do informe, o qual será explanado a seguir, buscará explorar o planejamento e confrontá-lo com a realidade apresentada durante a guerra (Argentina, 1982).

Como destacado acima, o capítulo VII do informe buscou elucidar a realidade das ações tomadas durante a guerra e realizar uma avaliação sobre as mesmas. No caso do Exército, a comissão apontou severas falhas de logística, instrução e forças não habituadas nem com conflito, nem com as condições do teatro de operações. No que concerne com a Armada Argentina, a mesma não se encontrava operacionalmente completa, como o ano de adestramento naval recém tinha iniciado, as tripulações não possuíam experiência no que tange a uma guerra e nem de operabilidade conjunta da Armada. Soma-se também que as forças aeronavais operaram a partir do continente, já que o navio aeródromo 25 de Mayo encontrava-se ancorado, assim, a interoperabilidade entre a capacidade aérea e naval da Armada, não acontecia de maneira eficaz e plena. Por fim, na avaliação acerca da Força Aérea o informe destaca a falta de adestramento conjunto, falta de aplicação de doutrina e dois pontos fundamentais: a ausência de preparo para uma guerra aeronaval e a ineficiência dos ataques.

A etapa final do informe, neste caso os capítulos VII, IX, X, XI, XII e XIII, listam as responsabilidades nas hierarquias militares e civis durante a guerra, a se listar: a Junta Militar, o Poder Executivo e o gabinete de cada um dos comandantes das Forças Armadas, e o Estado Maior Conjunto. Destaca-se que o Informe aponta as responsabilidades dos listados acima dentro do marco jurídico argentino, ou seja, as penalidades segundo a justiça cabível. Este ponto destaca que não pode somente penalizar-se aqueles que seguiam as ordens, isto porque o Informe no final do capítulo II destaca que algumas decisões não foram comunicadas ao Ministério das Relações Exteriores argentino e ainda, outras mantiveram-se dentro do espectro decisório do gabinete de Galtieri, apresentando que havia uma ruptura dentro da Junta Militar antes da guerra, assim como na diplomacia nacional (Argentina, 1982).

Por fim, o último capítulo, o de número XIV, destaca as recomendações para a organização da nação para a guerra, a Política Militar Nacional, o Código de Justiça Militar, as Relações Exteriores, a Inteligência Estratégica, as Ações Psicológicas, a

Doutrina Conjunta e por fim, as fragilidades das Forças Armadas. Os apontamentos para cada atuação correspondem a ações que deveriam ter sido consideradas e aplicadas durante o curso da guerra, este último ponto apresenta uma autoavaliação das forças acerca das decisões tomadas para a concretização da Guerra das Malvinas, assim como a sua condução (Argentina, 1982).

O Informe Rattenbach permitirá corroborar as hipóteses apresentadas, mas principalmente a primeira hipótese que é de avaliar se o país sul-americano possuía alternativas diplomáticas que teriam concedido um curso diferente ao conflito. No início do Informe, mais precisamente no capítulo II destaca que as negociações entre a Argentina e o Reino Unido ganharam fôlego a partir da determinação da Organização das Nações Unidas, através da Resolução da Assembleia Geral 2065 de 4 de janeiro de 1966, que reconhece a existência de um litígio entre os dois países supracitados pelo domínio soberano das Ilhas Malvinas. Isto porque a Resolução 1514 de 14 de dezembro de 1960, destacava a necessidade de encerrar o colonialismo em todas as partes e em todas as suas formas, no qual as Ilhas Malvinas estão enquadradas, desta forma, a primeira resolução instava as partes a negociar uma maneira pacífica e este documento dá início aos diálogos formais entre os dois países (Organização das Nações Unidas, 2021)

As negociações iniciais entre a Argentina e o Reino Unido buscavam apresentar condições favoráveis para os residentes nas ilhas, os quais os argentinos denominavam como *Islenhos* e os britânicos de *Kelper's*. Em um primeiro momento, a Argentina estabeleceu uma linha de comunicação aérea direta entre as ilhas e o continente com o objetivo de prestar assistência e conexão, assim como a possibilidade de atendimento médico e possibilidades de estudo na Argentina. Este movimento de buscar o apoio dos residentes das ilhas tinha como por objetivo desenvolver uma boa imagem da Argentina e isto colaboraria para que posteriormente, os *islenhos* apoiassem a restituição do domínio soberano para o país sul-americano (Argentina, 1982).

Erlich (2018) destaca que entre 1965 e 1982, com base nos documentos de descolonização e da Resolução 2065 (XX) na Organização das Nações Unidas, deu-se início a um processo de negociações entre Argentina e Reino Unido sobre a soberania das Ilhas Malvinas e sobre vários assuntos práticos. As negociações sobre questões práticas resultaram nos Acordos de Comunicações (1971-1972); no campo dos diálogos bilaterais sobre a soberania, elaboraram-se esboços de propostas de

solução da disputa que não se concretizaram, mais precisamente em 1974, 1980, 1981, e estes diálogos continuaram, de forma intermitente, até o conflito em 1982.

Para fins da pesquisa, o Informe Rattenbach permitirá observar e avaliar as alternativas diplomáticas da Argentina. O documento possui uma acurácia de detalhes que podem ser confrontados com outras fontes com o objetivo de confirmar ou refutar dados apresentados, isto porque, em muitos destaques realizados pela comissão que elaborou o informe, são citados anexos documentais. Quando o Informe Rattenbach destaca, no início do documento, acerca dos diálogos bilaterais, aponta para a proatividade entre as partes para encontrar uma solução à questão das Malvinas. Estas negociações foram conduzidas pelo secretário Ridley e mesmo que num momento inicial, as propostas foram consideradas *ad-referendum*, mostrando a iniciativa por parte do gabinete do primeiro-ministro em encontrar um caminho que não conduzisse a um conflito (Argentina, 1982).

A descrição e documentação das negociações prévias a abril de 1982 apontam que a Argentina e o Reino Unido tinham uma alternativa diplomática. Mesmo a Argentina estando sob uma Junta Militar, as decisões prévias à liderança de Leopoldo Galtieri refletiam uma lucidez diplomática, já que os presidentes anteriores buscaram consultar os diplomatas do Ministério das Relações Exteriores do país.

Assim, o Informe permite observar que mesmo com a alternância de liderança de Videla para Viola não houve interrupção das negociações, assim como não há sinais de ruptura interna na tomada de decisões. Em momento algum, mesmo com episódios de alta ou baixa nas negociações, as juntas militares consideraram a tomada das ilhas pela via militar, isso atesta que a lógica que somente democracias possuem divisões, está equivocada (Argentina, 1982).

O uso do Informe, como fonte primária de consulta, colabora demarcar a literatura secundária sobre a guerra. A maior parte das obras existentes e das pesquisas sobre o conflito concentra-se na esfera tática, outra parte do material busca levantar o ponto tradicional acerca do início da ocupação britânica no espaço. No entanto, poucas pesquisas, baseadas nos informes argentinos, procuram esclarecer as possibilidades que o país possuía. O uso da metodologia de *process-tracing* permite que os elementos políticos-diplomáticos sejam analisados e testados, buscando eventos causais que expliquem a decisão de ir à guerra, ou seja, elencar os elementos que ocasionaram a virada entre a alternativa diplomática para a intervenção militar.

Acerca do uso de contrafactuais para a testagem das hipóteses a partir das informações do Informe, consegue-se apontar se a Argentina tinha uma alternativa, se poderia ter conduzido a demanda de uma maneira distinta, e claramente isso fica evidente no Informe, já que ao longo das Juntas militares, as Malvinas ocuparam um espaço na agenda diplomática, mas buscando a recuperação pela via pacífica e ainda, procurando apoio em fóruns multilaterais. Para fins de pesquisa, a primeira parte do Informe, que relata acerca das negociações com o Reino Unido e narra minuciosamente os pontos discutidos nos encontros, colabora para construir a hipótese que a Argentina poderia ter escalado melhor a situação e que ainda, havia uma clara divisão nas Juntas Militares, principalmente, como destacado em momentos anteriores, na transição entre Viola e Galtieri.

Esse entendimento é corroborado por David Pion-Berlin no seu artigo intitulado “*Military Autonomy and Emerging Democracies in South America*” no qual destaca que,

Fatally divided by 1981, the regime could not agree on a strategy of either renewed repression or political liberalization. Faced for the first time with a vocal and mobilized opposition, the Galtieri government sought a new unifying theme in the Malvinas invasion (Pion-berlin, 2015, p.11)³

Assim, a divisão da Junta, a qual como mencionado anteriormente, encontrava-se dividida na transição, buscou através da ideia de recuperar as Ilhas Malvinas pela via militar, uma justificativa de união nacional, mas principalmente, uma união entre as forças armadas argentinas.

Um outro grupo de documentos, considerados de fonte primária, são os arquivos desclassificados por parte do Departamento de Estado dos Estados Unidos. O conjunto de documentos encontra-se numa catalogação denominada “*Conflict in the South Atlantic*”. Os documentos estadunidenses encontram-se separados entre as comunicações pré-guerra e pós-guerra, e evidenciam ambos claramente as ações duplas do país, atuando num mecanismo de *Shuttle Diplomacy*. No total, os documentos desclassificados por parte dos Estados Unidos, através do Departamento de Estado, totalizam 452, sendo estes majoritariamente acerca das negociações entre a Argentina e o Reino Unido. Destaca-se nesse sentido relatórios da CIA acerca do conflito, assim como diálogos entre a gestão Reagan com a gestão Thatcher, pelo

³ Tradução nossa: Fatalmente dividido em 1981, o regime não conseguiu chegar a acordo sobre uma estratégia de repressão renovada ou de liberalização política. Diante pela primeira vez de uma oposição vocal e mobilizada, o governo Galtieri buscou um novo tema unificador na invasão das Malvinas

lado britânico e entre a gestão Reagan e a Junta Militar, liderada por Leopoldo Galtieri. A documentação estadunidense corrobora a primeira hipótese já que se pode destacar a importância dos países não-alinhados para o pleito argentino antes da guerra, mas que foram descartados durante ela.

Destaca-se o telegrama nº 1 da embaixada dos Estados Unidos na Argentina para o Departamento de Estado que avalia cursos de ação argentinos para as Malvinas e aponta que a via militar tinha limitada chance de sucesso, dado a que a reprovação internacional seria muito grande. Ele ressalta ainda que a via diplomática com apoio do Bloco dos Não-Alinhados, tinha muito mais chance de sucesso tendo em vista o firme apoio que a Argentina tinha desses países (Foreign relations of the United States, 2015)⁴.

Um ponto em destaque em um dos documentos é o telegrama nº 2 que permite apontar a ruptura na tomada de decisões argentina. Ele aponta que o país possuía dois problemas contundentes de política externa e que a resolução destes permitiria entregar o governo para os civis, o primeiro era o litígio entre Argentina e Chile pelo Canal de Beagle e o segundo eram as Ilhas Malvinas. Avaliando a informação através da metodologia supracitada, a guerra foi uma ferramenta que propiciaria uma sobrevida ao regime militar: o sucesso da operação conduzida outorgaria legitimidade perante a sociedade sobre os fins da Junta, já que os militares que presidiram o Estado eram amplamente rechaçados por conta das inúmeras violações de Direitos Humanos (Foreign relations of the United States, 2015)⁵.

Vários documentos também evidenciam que os Estados Unidos praticavam uma diplomacia dupla e buscavam manter os dois países como aliados (Foreign relations of the United States, 2015). De maneira tradicional, os Estados Unidos e o Reino Unido eram aliados de longa data, e no caso das relações Estados Unidos e Argentina, ambos países trabalhavam contra a ascensão comunista na América Central, sendo que este último já possuía militares em países como Honduras, por exemplo. A colaboração da Argentina, na visão estadunidense, era fundamental, já que forças do país sul-americano colaborariam para evitar a ascensão de movimentos pró soviéticos, com destaque as forças que seriam treinadas nos países por parte de

⁴ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Foreign Relations of the United States, 1981–1988**. Washington: Government Printing Office, 2015. 998 p. v. XIII. P. 01-02

⁵ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Foreign Relations of the United States, 1981–1988**. Washington: Government Printing Office, 2015. 998 p. v. XIII. P. 12-13

comandos argentinos e isso facilitaria para os Estados Unidos o combate a grupos de orientação política pro-soviética (Balerini, 2018).

Um ponto frisado em vários momentos dos documentos do Departamento de Estado são os entraves com os Kelpers. A população local das ilhas possui um *lobby* muito forte perante o parlamento britânico. Durante as negociações, um dos pontos amplamente levantados nos documentos estadunidenses é a relutância da população local com as negociações, negando veemente a se tornarem argentinos e em alguns documentos, registram-se pressões dos Kelper's nas reuniões entre representantes das relações exteriores da Argentina e do Reino Unido. Ao observar este ponto, destaca-se que as lideranças locais buscavam exercer influência nas esferas políticas britânicas. Destacando este aspecto na perspectiva do governo dividido, os parlamentares conservadores pressionavam o governo Thatcher, caso o Reino Unido buscasse um acordo que envolvesse a transferência das Ilhas, o governo da primeira-ministra tornar-se-ia insustentável, ou seja, o jogo político e o sistema político britânico impediam que manobras mais ousadas fossem conduzidas, como as propostas por Ridley, por exemplo (Foreign relations of the United States, 2015)

Ainda no que tange na verificação da hipótese acerca do processo decisório dividido, alguns documentos específicos do Departamento de Estado dos Estados Unidos evidenciam isso. As notas diplomáticas nº 9 e nº 10 destacam que a Argentina se encontrava em transição de poder entre as Juntas, já que com a fragilidade de saúde de Viola, Galtieri assume o comando da nação. No entanto, deixam claro que essa transição pode ter um impacto nas negociações, e a divisão no processo decisório fica evidente através de um termo utilizado pela diplomacia estadunidense: *Hawkish*⁶, destacando que a nova Junta Militar possuía uma política mais agressiva, a qual pode ser corroborada através do Editorial Diplomático nº 12, no qual destaca o temor por parte do *Foreign Office* britânico que as ameaças que surgiam na Argentina acerca do uso da força, tornassem-se concretas (Foreign relations of the United States, 2015)⁷.

Um ponto explorado pelos documentos estadunidenses é a transição no modo de condução das negociações, já que os primeiros documentos da lista pré-conflito

⁶ O termo *Hawkish* busca definir a escolha de um líder por uma política externa mais agressiva (Gadarian, 2010).

⁷ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Foreign Relations of the United States, 1981–1988**. Washington: Government Printing Office, 2015. 998 p. v. XIII. P. 23-28

destacam que a Argentina estava em constantes negociações e que as partes, mesmo com insistência dos Kelpers para congelar os diálogos e tratativas de resolução do litígio, mantiveram diálogos profícuos. Esses passaram a se tornar instáveis a partir da assunção de Leopoldo Galtieri; isso fica evidente na menção que Haig realizou na reunião do *National Security Council* acerca da relutância argentina e a divisão no processo decisório, já que para nas negociações estadunidenses, estava o plano para alcançar a reintegração das Ilhas Malvinas para a Argentina, assim:

He then described the elements of the American plan which in effect would give ultimate sovereignty to Argentina but under evolutionary conditions which the Islanders could ultimately accept. Unfortunately, the Argentine government which is, in fact, made up of many moving and conflicting parts could not agree to the plan (Margaret Thatcher Foundation, 2020, s.p.)⁸.

Adicionalmente, os relatórios apresentados no *National Security Council* apontam o mau funcionamento e a irracionalidade da Junta Militar argentina. Segundo os documentos desclassificados, a Junta era apontada como governo muito dividido e muito desorganizado, isto impedia o reconhecimento ou aceitação à proposta de paz estadunidense. Assim, Haig concluiu que

Argentina is the opposite of a pluralistic, democratic government where the lowest common denominator is consensus; in the Argentine case the lowest common denominator is extremism. The Navy holds the veto and is even more intransigent after losing South Georgia, whose Argentine garrison surrendered without firing a shot - a fact known to the Argentine government, but not to the Argentine people⁹ (Margaret Thatcher Foundation, 2020, s.p.).

Outro documento corroborativo é o documento nº19 do *National Intelligence Daily* da *Central Intelligence Agency* (CIA), de 26 de março de 1982, no qual se destaca que existia um potencial para ações precipitadas não autorizadas completamente pela Junta, neste aspecto, a CIA detinha informações que complementavam a troca de informações que constam na documentação do Departamento de Estado, desta forma, a visão que os Estados Unidos possuíam era

⁸ Tradução nossa: Ele então descreveu os elementos do plano americano que, de fato, daria soberania final à Argentina, mas sob condições evolutivas que os ilhéus poderiam aceitar. Infelizmente, o governo argentino, que na verdade é formado por muitas partes móveis e conflitantes, não pôde concordar com o plano.

⁹ Tradução nossa: A Argentina é o oposto de um governo pluralista e democrático, onde o menor denominador comum é o consenso; no caso argentino, o menor denominador comum é o extremismo. A Marinha detém o veto e fica ainda mais intransigente após perder a Geórgia do Sul, cuja guarnição argentina se rendeu sem disparar um tiro - fato conhecido pelo governo argentino, mas não pelo povo argentino

mais ampla do que se acreditava, principalmente nas capacidades da Junta Militar argentina (Foreign Relations of the United States, 2015)¹⁰

A documentação desclassificada por parte dos Estados Unidos evidencia claramente o processo de *Shuttle Diplomacy*. Na observância dos documentos, não era interessante e nem vantajoso para o Departamento de Estado que os Estados Unidos buscassem apoiar um dos lados enquanto aconteciam às negociações. Isto evidencia que a Argentina poderia ter explorado melhor a diplomacia junto ao governo Reagan, já que segundo o Memorando Informativo n° 24, a Argentina sempre buscou o conselho dos Estados Unidos no que tange as negociações sobre as Ilhas Malvinas. Este ponto permite explorar a contrafactualidade acerca da alternativa diplomática estadunidense, ou seja, de maneira não-pública, buscar o apoio do governo Reagan para mediar efetivamente os diálogos, já que a relação entre o governo Reagan e Thatcher era, segundo dos documentos desclassificados, excelente (Foreign Relations of the United States, 2015).

A documentação estadunidense permite elucidar pontos sobre a diplomacia pendular que transcorreu durante o período avaliado nesta pesquisa, de maneira contundente, ela complementa a documentação britânica, isto porque através da metodologia escolhida para esta tese doutoral, é possível encontrar os pontos em comum e discussões a partir do cruzamento das datas de envio dos telegramas. Ademais, a partir disto, é possível avaliar as análises internas realizadas pelas equipes diplomáticas de ambos os países, permitindo uma construção densa sobre os eventos ocorridos.

Um terceiro grupo de documentos desclassificados são os do Reino Unido através da Fundação Margaret Thatcher que acompanham a linha de raciocínio dos documentos desclassificados por parte dos Estados Unidos e pelos datados no Informe Rattenbach da Argentina, buscando seguir uma cronologia dos fatos. No entanto, se, por um lado, a construção linear dos documentos britânicos permite realizar um paralelo analítico com o Informe Rattenbach; por outro lado, há uma diferença clara entre os documentos argentinos e britânicos que permite verificar as hipóteses apresentadas.

¹⁰ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Foreign Relations of the United States, 1981–1988**. Washington: Government Printing Office, 2015. 998 p. v. XIII. P. 37

Quando se observam os dados no Informe Rattenbach, alguns pontos levantados buscam se sustentar nos anexos do documento, principalmente no que envolvem as discussões com outros Estados, por exemplo. Por outro lado, os documentos desclassificados por parte do Reino Unido apresentam os diálogos completos entre os representantes das relações exteriores de ambos os países. Isso permite evidenciar e avaliar as conversas ministeriais nas Nações Unidas realizadas durante as rodadas de negociação (Margaret Thatcher Foundation, 2020).

Os documentos britânicos permitem corroborar as hipóteses de trabalho apresentadas, no caso, a primeira hipótese acerca de se a Argentina dispunha de um panorama diplomático que lhe teriam dado alternativas ao curso tomado pode ser evidenciada nos primeiros documentos britânicos por duas razões, a primeira é que a cronologia com o qual os documentos estão catalogados, permite realizar uma confrontação com os dados do Informe Rattenbach e ainda, uma observação sobre as notas estadunidenses contidas no Departamento de Estado, isto porque os documentos que englobam os diálogos entre Ridley-Cavándoli apresentam uma positiva agenda de negociação, assim, consegue-se testar a primeira hipótese. A segunda razão é que em face dos documentos britânicos expostos, estes apresentam diálogos internos e discussões do Foreign and Commonwealth Office e o gabinete da Primeira-Ministra, algo que no caso da Argentina, é distinto, já que as informações se concentram nos dados extraídos por parte da comissão.

Com base nos destaques dos documentos, é possível verificar a segunda hipótese proposta que discute acerca do processo decisório dividido, isto porque os documentos britânicos, assim como os argentinos, apresentam que antes de Galtieri assumir o comando da Junta, as negociações com a Argentina avançavam e nitidamente havia uma pressão interna. No entanto, a divisão do processo decisório argentino foi crucial para uma divisão dentro do Reino Unido, considerando que parte do Foreign and Commonwealth Office buscava uma solução sólida para a devolução das Ilhas, todavia, outra parte do Foreign and Commonwealth Office, em conjunto com o parlamento, pressionava que uma solução nas Malvinas forçaria o Reino Unido a discutir outras posições, como Gibraltar e Hong Kong por exemplo (Margaret Thatcher Foundation, 2020).

Um ponto principal é que a questão sobre as Ilhas Malvinas era uma discussão pendular no Foreign and Commonwealth Office, isto porque o Reino Unido mantinha diálogos com a Junta Militar, buscando uma resolução pacífica do tema em razão de

ser algo sensível para ambos os países. Por outro lado, era preocupante o aumento das violações de Direitos Humanos, caso o Reino Unido “consentisse” esse tipo de violações, poderiam ser julgados por outros Estados e isso teria repercussões nas demais posições ultramarinas britânicas. No entanto, as relações comerciais pesavam nos diálogos sobre a posição que o Foreign and Commonwealth Office deveria assumir mostrando assim um princípio de diplomacia pêndulo interna, a qual mostrava uma divisão interna também entre os diplomatas (Margaret Thatcher Foundation, 2020).

No que concerne ao uso da metodologia destacada, os documentos britânicos permitirão no que envolve o uso de contrafactuais, observar as alternativas argentinas. Claramente a primeira etapa dos documentos, os quais compreendem desde 1979 até meados de 1981, permitem avaliar o cenário das negociações, se houve alternativas propostas que poderiam ter sido exploradas melhor, já que este conjunto de documentos engloba não somente diálogos entre os diplomatas do Foreign and Commonwealth Office, como também relatórios para o gabinete da Primeira-Ministra Thatcher e as consultas do Parlamento britânico (Margaret Thatcher Foundation, 2020).

Acerca da metodologia de *process-tracing* será possível avaliar as inferências no processo de negociações, isto porque de maneira preliminar a Argentina não soube utilizar a barganha diplomática conquistada, principalmente na relação com os Estados Unidos e de maneira fundamental, nas relações construídas com o bloco dos não-alinhados. Já que no caso dos Estados Unidos, a Argentina, como destacado em momentos anteriores, trabalhava no combate aos insurgentes na América Central com o apoio de Washington e no caso dos não-alinhados, estes apoiavam veementemente a Argentina na demanda, seja através de declarações conjuntas ou na Organização das Nações Unidas. Entretanto, estes dois eixos de atuação perdem força quando a Argentina decide pela via militar.

2.3 A LITERATURA SECUNDÁRIA

O uso de algumas obras permitirá reforçar as hipóteses levantadas, buscando responder à pergunta de pesquisa estabelecida, assim, os próximos parágrafos buscarão elencar e abordar as obras que serão utilizadas na presente pesquisa.

A obra “*The Argentine fight for the Falklands*” de Martin Middlebrook, busca destacar os pontos que conduziram à guerra, abordando sobre os envolvidos no conflito e através de uma divisão da obra, destaca alguns elementos contundentes como o conflito nas Ilhas Georgias do Sul, que é considerado um dos desencadeadores da guerra e, os pontos da Junta que levaram à guerra. Middlebrook destaca que quando Galtieri assume o poder, há uma alteração na maneira como a questão das Malvinas é conduzida (Middlebrook, 2009).

Um dos pontos levantados por Middlebrook é a alteração na condução das negociações, o autor destaca sobre uma mudança drástica na maneira como a questão das Malvinas foi tratada. A sucessão de Viola mostrou um anseio por parte da Junta que a pauta sobre a disputa de soberania encontrasse uma solução, isso fica evidente quando se confronta com a análise dos documentos estadunidenses ao destacar a postura agressiva da Junta Militar. O autor destaca que em dezembro de 1981, o Almirante Jorge Ayana se dirigiu ao sul da Argentina, mais precisamente para Puerto Belgrano e comunicou ao Vice-Almirante Juan Lombardo, Chefe de Operações Navais, que ele preparasse um plano para ocupar as Ilhas Malvinas. Dois fatores diferenciavam Ayana de outros militares: o primeiro é que ele se considerava um Malvinista e que a recuperação outorgaria força e sustentação para o novo governo. O segundo ponto levantado pelo autor é que ele foi Adido Naval em Londres, desta forma, possuía um conhecimento acerca da conjuntura política britânica, e um pouco sobre a Primeira-Ministra Thatcher (Middlebrook, 2009).

Dentro do que tange o uso da metodologia de *process-tracing*, o primeiro capítulo provê questões as quais a metodologia acima destacada permitirá elucidar pontos levantados nas hipóteses de trabalho. De acordo com Middlebrook (2009), o ano de 1983 marcaria os 150 anos da ocupação britânica nas Ilhas, desta forma, 1982 seria um ano marco para a Junta Militar no que concerne à recuperação das Ilhas Malvinas. Num momento inicial pela via diplomática, já que como destacado em documentos desclassificados dos Estados Unidos e do Reino Unido, em fevereiro de 1982 houve uma retomada das negociações entre Londres e Buenos Aires. Os apontamentos do autor, aliados a metodologia descrita, permitirão observar as causalidades e inferências que conduziram para a escolha da via militar.

Quanto ao processo decisório, num primeiro momento de planejamento, considerou-se apenas a Armada Argentina e o Exército, a Força Aérea seria incorporada posteriormente. No planejamento inicial desenvolvido por Ayana, a

aeronáutica somente foi incorporada posteriormente, o que poderia indicar uma divisão preliminar nas forças, o que pode ser novamente confrontado com os documentos desclassificados, buscando testar as hipóteses. Neste aspecto, segundo o autor, no que concerne ao capítulo sobre o Ano Malvinas, buscou-se construir um plano que traria resultados para o líder, e não para o país, com o objetivo de conceder sustentação popular à Junta (Middlebrook, 2009).

Uma contribuição importante propiciada por Middlebrook (2009) aponta que segundo o planejamento inicial, a ação ofensiva nas Ilhas Malvinas ocorreria em setembro, isto porque alguns fatores propiciariam essa data. O primeiro deles era o fator climático, o autor considera que segundo os relatos obtidos, as condições climáticas em setembro não seriam tão drástica quanto em outros meses, o segundo ponto é que o HMS *Endurance*, que era o navio de patrulha antártico, seria retirado naquele mês em razão dos cortes orçamentários da *Royal Navy*, o terceiro argumento é que até aquele momento a força conscrita já estaria devidamente treinada, em virtude que teriam a sua instrução completa e por fim, o quarto argumento é que enquanto não se realizasse a ofensiva militar em setembro, a diplomacia argentina continuaria pressionando.

Quando se observa o ponto acima destacado pelo autor acerca do planejamento da condução proposta inicialmente por Anaya, o uso de contrafactuais permitirá verificar as hipóteses propostas, já que se a Argentina buscava continuar pressionado, ela possuía alternativas que poderiam ser utilizadas para pressionar o Reino Unido, principalmente após as decisões na Organização das Nações Unidas que favoreciam a posição argentina e reconheciam um litígio de cunho colonial. Desta forma, a obra do Middlebrook (2009) aliada aos documentos desclassificados, permitirá corroborar as hipóteses levantadas e alcançar a resposta à pergunta de pesquisa.

Um dos apontamentos importantes realizados por Middlebrook (2009) é o incidente das Ilhas Georgias do Sul, o qual, na perspectiva da documentação desclassificada dos Estados Unidos, foi o ponto inicial para a decisão da intervenção militar nas Ilhas Malvinas por parte da Argentina. Conforme indica capítulo 2 da obra "*The Argentine fight for the Falklands*", em março de 1982 um grupo civil desembarcou nas Ilhas Georgias do Sul com o objetivo de cumprir um contrato de desmanche de uma estação baleeira, esta tarefa foi realizada inteiramente por civis. No entanto, o transporte foi realizado pela embarcação *Bahia Buen Suceso*, navio militar da Armada

Argentina o qual pode ser arrendado, neste caso, foi alugado por Constantino Davidoff, proprietário da remanescente estação baleeira na ilha.

O ponto de conflito acerca do desembarque de civis no espaço, e que vai ao encontro do apontado pelo Informe Rattenbach aponta que o grupo, de maneira prévia, já contava com a anuência da Embaixada do Reino Unido em Buenos Aires e que Londres já tinha conhecimento sobre a operação civil, e ainda, tinham concedido as autorizações para o desembarque e desmanche da estação baleeira. Os relatos colhidos por Middlebrook destacam que o incidente tomou proporções diplomáticas quando o grupo civil não se dirigiu à base de Grytviken para realizar os procedimentos migratórios (Middlebrook, 2009).

De acordo com o autor, e que também é apontado pelo Informe Rattenbach, a crise entre argentinos e britânicos aconteceu em virtude do grupo que desembarcou na Ilha, ter hasteado a bandeira argentina no espaço, além de não ter comparecido ao posto migratório, o que para o Reino Unido foi visto como uma afronta à soberania do espaço (no caso do hasteamento da bandeira). Este ponto ocasionou que as reações entre os países envolvidos se inclinassem para um ponto beligerante, já que caso a Argentina não retirasse completamente os trabalhadores, a embarcação HMS *Endurance* seria conduzida até o espaço onde estavam localizados os argentinos e realizariam a desocupação. Um ponto discutido é que o incidente pode ter sido um mecanismo teste por parte dos argentinos, isto levanta que os arranjos diplomáticos argentinos talvez não tenham sido amplamente usados, o que permitiria verificar a primeira hipótese da pesquisa, já que o episódio é destacado também pelos arquivos estadunidenses como uma justificativa para as ações já planejadas de antemão para recuperar as Ilhas Malvinas (Middlebrook, 2009).

O incidente nas Ilhas Georgias do Sul foi a justificativa Anaya de acelerar o processo de tomada de decisão sobre a retomada das Malvinas. Segundo Middlebrook (2009), o episódio mostrou-se como um ato de humilhação e que em parte, o mundo via o incidente como uma maneira de justificar um processo beligerante e que os países aprovariam uma medida mais incisiva. A metodologia de *process-tracing* permitirá elucidar, através dos documentos já destacados, os processos causais que derivaram na tomada de decisão e ainda, observar os arranjos diplomáticos argentinos especificamente no incidente, já que o tom na diplomacia entre os dois países, foi elevado. Assim, a obra *The Argentine fight for the Falklands* de Martin Middlebrook, permitirá verificar as hipóteses propostas.

Outra obra que permitirá elucidar alguns pontos e verificar as hipóteses propostas através da metodologia estabelecida é o livro “*The official history of the Falklands campaign*” de Lawrence Freedman (2005), a obra é composta pelo compilado de arquivos oficiais tanto britânicos quanto estadunidenses. O primeiro volume da obra destaca a história da disputa com a Argentina pelas Ilhas Malvinas, os períodos de negociações os quais não produziram uma negociação plena e por fim, a dinâmica do incidente na Geórgia do Sul. Para isto, a obra busca se apoiar na documentação oficial dos atores supracitados para elaborar uma análise político-diplomática sobre a disputa acerca da soberania sob as Ilhas Malvinas, nesta linha, o autor procura se apoiar no levantamento oficial e construir uma narrativa das relações entre argentinos e britânicos, desde os primeiros momentos do litígio, em 1765 até a condução da guerra, em 1982 (Freedman, 2005).

Quando o autor destaca o início da disputa, ele levanta uma informação que agrega na análise geral, já que se menciona que quando os britânicos chegaram as Ilhas Malvinas em 1592 pela primeira vez, observaram a importância do espaço, no entanto, após litígio com a Espanha e com a França, retornaram em 1765, após o acordo Franco-Espanhol e a partir dessa instância, Freedman aponta a importância das Ilhas para a estratégia da expansão britânica nos mares:

Undoubtedly the key to the whole Pacifick Ocean. The Island must command the Ports and trade of Chile, Peru, Panama, Acapulco and in one word all the Spanish Territory upon that sea. It will render all our expeditions to those parts most lucrative to ourselves, most fatal to Spain (Freedman, 2005, p. 4)¹¹

A partir desta instância, o Reino Unido reforçou a presença nas Ilhas Malvinas enviando mais uma embarcação da *Royal Navy*, o HMS *Jason* e em 1771, após a declaração da Espanha, as Ilhas retornam para o domínio britânico. Um ponto crucial levantado pelo autor aponta sobre a desconfiança dos argentinos com os Estados Unidos, já que o deslocamento do USS *Lexington* às Ilhas expulsou os argentinos residentes do espaço, destruiu instalações construídas pelos sul-americanos e reafirmou a soberania do Reino Unido sobre o espaço (Freedman, 2005).

¹¹ Tradução nossa: Sem dúvida a chave de todo o Oceano Pacífico. A Ilha deve comandar os portos e o comércio do Chile, do Peru, do Panamá, de Acapulco e, numa palavra, de todo o território espanhol desse mar. Isso tornará todas as nossas expedições a essas partes mais lucrativas para nós e mais fatais para a Espanha.

O autor destaca na sua obra que os britânicos buscaram manter um diálogo com os argentinos em torno da questão das Ilhas Malvinas, seja durante o tempo democrático, ou no governo militar, e para isso, o Reino Unido procurava desenvolver agendas comuns que contemplassem não somente os argentinos, mas também os residentes britânicos nas Ilhas. Isto porque, como já foi destacado tanto pelos documentos como pela obra do Middlebrook, os islenhos, mesmo em número reduzido, possuíam uma organização muito coesa e capaz de exercer influência na política britânica (Freedman, 2005).

No que tange ao progresso das negociações diplomáticas, foram iniciadas em 1965 e sempre mantiveram uma carga nacional muito forte para os dois lados. Freedman (2005) argumenta que a Argentina considera a disputa pelas Ilhas Malvinas como uma causa nacional inacabada, ou seja, durante o processo de independência do país, as Ilhas Malvinas são a parte territorial incompleta e mesmo inserida nos mapas nacionais, é uma causa que impacta a percepção nacional sobre a construção da história da república. Ao longo da história, o país buscou o apoio dos demais Estados para reivindicar o espaço, o autor frisa que os países do terceiro mundo apoiavam a demanda nacional, no entanto, de maneira superficial, isto permite, através da obra de Freedman validar a hipótese de trabalho que a Argentina tinha um panorama diplomático amplo, construído de antemão. No entanto, cabe avaliar junto a bibliografia, quão forte era o apoio à Argentina a partir da retomada das negociações na década de 1960.

Freedman aponta um fator que contribui para a verificação da segunda hipótese de trabalho. A sucessão de Juan Domingos Perón pela esposa apresentava-se como um período complicado, já que o Reino Unido não sabia quais seriam as intenções claras acerca da demanda na égide do novo governo (Freedman, 2005). Isto fica claro quando os documentos estadunidenses desclassificados destacam que as negociações durante o período militar eram, em tese, mais claras que durante o período democrático argentino, isto em razão do peso político para a sustentação do líder perante o povo (Foreign relations of the United States, 2015)

Por outro lado, uma iniciativa britânica marca o ponto de virada em prol do *lobby* dos britânicos residentes nas Ilhas Malvinas e destaca a pressão política pelas ilhas. Buscando procurar uma razão de viabilidade para manter um orçamento para as Ilhas, o Reino Unido, através do Foreign and Commonwealth Office, elaborou um documento que é conhecido como Informe Shackleton, que busca destacar o

potencial econômico das Malvinas, espelhando-se em parte nos recursos existentes no litoral continental argentino, o qual, geograficamente, está frente às Ilhas Malvinas (Freedman, 2005).

De acordo com o relatório, as Ilhas Malvinas possuíam um potencial econômico imenso, o qual justificaria para o Reino Unido, manter uma dotação orçamentaria para o espaço, assim, Gréño Velasco (1977, p. 31) destaca:

El extenso documento es la primera evaluación realizada de los recursos y potencial de desarrollo de las islas Malvinas, y fue encomendado por el Ministerio de Relaciones Exteriores de Gran Bretaña a un grupo de especialistas, con la aclaración de que el Gobierno del Reino Unido no quedaría obligado por sus recomendaciones, limitándose a estudiarlas. El documento estima que las islas Malvinas se encuentran rodeadas de un mar en el que podrían ubicarse los mayores recursos mundiales aún inexplotados de proteínas. Esta afirmación es válida para la pesca, para las algas marinas y para la recolección costera de mariscos¹²

E o Informe levanta um ponto importante no que concerne às riquezas petrolíferas:

En tercer término, el petróleo. El experto Richard Johnson, que integró el seleccionado equipo de seis especialistas que acompañaron a Lord Shackleton y dirigió las prospecciones, supone la existencia de oro negro en el mar austral argentino, confirmando presunciones e informes anteriores. En lo referente a los recursos petrolíferos el informe señala que, como sucede con la pesca de altura, toda explotación tendría lugar dentro de una zona altamente política (Gréño Velasco, 1977, p. 32)¹³.

No entanto, o relatório amplamente destaca de acordo com os apontamentos de Gréño Velasco, a essencialidade do apoio logístico da Argentina para a concretização de atividades econômicas exploratórias nas Ilhas Malvinas/Falklands.

As discussões acerca dos recursos são reforçadas posteriormente ao conflito, numa coletânea de artigos da *The Geographical Journal* vinculado ao *The Royal Geographical Society*, no qual Lord Shackleton, autor do relatório e Richard Johnson, destacavam a importância dos recursos para a manutenção do espaço, indicando que medidas deveriam ser tomadas por parte do gabinete do Primeiro-Ministro e pelo

¹² Tradução nossa: O extenso documento é a primeira avaliação realizada dos recursos e potencial de desenvolvimento das Ilhas Malvinas, e foi confiado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico a um grupo de especialistas, com o esclarecimento que o Governo do Reino Unido não ficaria vinculado às suas recomendações, limitando-se a estudá-los. O documento estima que as Ilhas Malvinas estão rodeadas por um mar onde poderiam estar localizados os maiores recursos proteicos ainda inexplorados do mundo. Esta afirmação é válida para a pesca, para as algas marinhas e para a coleta costeira de marisco.

¹³ Tradução nossa: Em terceiro lugar, o petróleo. O perito Richard Johnson, que fez parte da equipa selecionada de seis especialistas que acompanhou Lord Shackleton e dirigiu a prospecção, assume a existência de ouro negro no mar do sul argentino, confirmando pressupostos e relatos anteriores. No que diz respeito aos recursos petrolíferos, o relatório indica que, tal como acontece com a pesca em alto mar, toda a exploração teria lugar numa área altamente política.

Parlamento, britânico buscando melhorar as perspectivas econômicas (Shackleton, 1983)

Nesta linha, o artigo acerca dos recursos do espaço, Richard Johnson destaca que os recursos pesqueiros podem ser uma alternativa econômica para o sustento das Ilhas Malvinas, bem como suas reservas petrolíferas. No entanto, o autor destaca que elas deveriam acompanhar uma viabilidade econômica que compense a exploração, isto porque, no lado argentino, as reservas estão abaixo do estimado (Johnson, 1983). Logicamente que esta perspectiva de exploração econômica, a qual já tinha sido levantada anteriormente no informe e recomendada ao Foreign and Commonwealth Office, acirrava ainda mais as discussões entre os países envolvidos.

Ao longo do primeiro volume da obra *The Official History of the Falklands Campaign* é possível observar as tratativas de negociação entre a Argentina e o Reino Unido tanto no período democrático quanto militar. Freedman explora as discussões em Genebra em torno do processo de *Lease-Back* conduzido por Ridley até o fracasso destas negociações, já que para alguns, as discussões conduzidas por Ridley são apontadas como as mais realísticas que existiram e que poderiam ter outorgado a soberania para a Argentina, no entanto, a pressão dos Kelper's no Parlamento, levou ao fracasso destas (Freedman, 2005). Alguns pontos abordados por parte da obra de Freedman colaboraram com as informações já levantadas nos documentos desclassificados. A construção realizada pelo autor através da análise de documentos primários permite não somente observar as hipóteses levantadas, mas também, buscar pontos os quais outras obras não exploraram e que pontos que contribuíram para a metodologia escolhida, clarificarão os fatos levantados acerca da Argentina e de maneira ampla, colaborando para a construção da resposta à pergunta de pesquisa.

Freedman levanta que a opção militar para a recuperação das Ilhas Malvinas sempre esteve na mesa das Juntas Militares que governaram o país e os britânicos tinham ciência do fato. Em razão disto, aumentaram a presença militar no espaço em 1975, já que após a Argentina ter ciência do Informe Shackleton, enviaram uma fragata militar, o ARA Almirante Storni, aumentando as tensões já existentes entre os dois países, no caso da Argentina, liderado agora por militares (Freedman, 2005).

Os levantamentos realizados para o Freedman, não se resumem somente no volume I, nesta linha o autor produziu na sequência o volume II, intitulado "*The official history of the Falklands campaign: War And Diplomacy*", no qual destaca os eventos

do conflito, buscando retomar o momento da invasão as Malvinas, posteriormente, o autor procura descrever o envio da Força-Tarefa ao Atlântico Sul e a intensa atividade política em torno das tentativas de retirar a Argentina. A importância da obra reside no fato que alguns elementos diplomáticos são apresentados, como a atuação dos Estados Unidos no processo de negociação, conduzido por Alexander Haig (Freedman, 2005).

A obra de Freedman destaca que não era um objetivo inicial em si conduzir um conflito de amplas proporções e que poderia ocasionar consequências, constantemente o Foreign and Commonwealth Office buscava uma maneira de negociar diplomaticamente com os argentinos uma via de solução, como é evidenciado pelo autor:

This argued for a serious diplomatic settlement, one that would secure the early withdrawal of Argentine forces and administration, and provide long-term international guarantees for the islanders, but at the same time save at least sufficient Argentine face to prevent it becoming a permanent historical sore in Argentine politics (Freedman, 2005, p. 126)¹⁴.

Claramente, assim como a diplomacia argentina tinha buscado se apoiar na Organização das Nações Unidas para argumentar a sua reivindicação, os britânicos almejavam utilizar a organização para produzir uma base jurídica que se transformasse numa solução concreta e que diminuísse o constrangimento sul-americano, já que Freedman aponta que a questão Malvinas pode produzir marcas políticas permanentes. Nesta linha, no decorrer da primeira parte da seção dois do livro, quando destacam-se os esforços diplomáticos britânicos, fica evidente que a articulação do Reino Unido era superior a Argentina, isto porque o Foreign and Commonwealth Office desde 1966 buscava levar a disputa para a Corte Internacional de Justiça, ponto amplamente rechaçado pelos argentinos e posterior a isso, o Foreign and Commonwealth Office buscou a Organização das Nações Unidas como organização multilateral para a solução do problema, o que, na linha britânica, passava pelo acionamento do Conselho de Segurança (Freedman, 2005). Este ponto evidencia a hipótese que a Argentina não escalou de maneira correta a disputa porque não soube aproveitar a vantagem diplomática que possuía, já que, posteriormente,

¹⁴ Tradução nossa: Isto defendia um acordo diplomático sério, que garantisse a retirada rápida das forças e da administração argentina e fornecesse garantias internacionais de longo prazo para os ilhéus, mas ao mesmo tempo salvasse pelo menos a face argentina suficiente para evitar que se tornasse um problema histórico permanente. dolorido na política argentina

China e Rússia iriam se abster de votar no Conselho de Segurança em favor da Argentina, decisão não prevista pela Junta Militar, mas que anteriormente, pensava-se que seria automática em razão do posicionamento da diplomacia argentina com os Não-alinhados.

A diplomacia pendular conduzida pelos Estados Unidos pode ser observada, nos apontamentos de Freedman, como um mecanismo por parte do governo de Ronald Reagan para garantir o apoio da Argentina nas ações na América Central, como já destacado anteriormente no capítulo. As negociações conduzidas por Haig buscavam um cessar-fogo entre as partes e a elaboração de um acordo de paz que fosse vantajoso para ambas às partes, isto fica evidente quando confrontado com os documentos do Departamento de Estado listados anteriormente neste capítulo.

A obra de Lawrence Freedman destaca os elementos diplomáticos que permitem verificar as opções da chancelaria argentina, neste sentido, destacam-se as mediações do Peru e da Organização das Nações Unidas, que mesmo com o transcurso do conflito, ainda se buscavam alternativas para a resolução do litígio (Freedman, 2005). Num primeiro momento, os diplomatas argentinos acreditavam que somente o apoio por parte de alguns Estados exerceria capacidade coercitiva suficiente para ocasionar um balanceamento favorável à Argentina nas instâncias multilaterais. No entanto, isto se mostrou equivocado, já que com a decisão de intervir militarmente teve repercussão internacional que se voltou contra a Argentina ocasionando a clara perda de apoio por parte de alguns Estados, mais enfaticamente, concentrados no Bloco dos Não-Alinhados.

Por fim, o autor destaca que algumas das posições apresentadas pelos britânicos que buscavam uma solução para as Ilhas, eram amplamente rechaçadas pelos argentinos. Freedman aponta que a questão Malvinas possuía e possui ainda uma carga nacionalista muito forte, o que impedia em alguns casos a ampliação de uma visão a longo prazo. A todo momento, os argentinos argumentavam que primeiro tinha que ser reconhecida a soberania argentina sob as Ilhas, após isso poderiam se negociar outras questões. Essas inflexões, as quais são narradas não somente pelo autor, mas também pela documentação britânica e estadunidense, evidenciam uma dificuldade e fragmentação da posição argentina (Freedman, 2005). A obra *“The Falklands, Politics and War”*, de G. M. Dillon apresenta um levantamento dos dados diplomáticos e do jogo político em torno da questão das Ilhas Malvinas. Alguns pontos

da obra vão de encontro do que é abordado por Middlebrook e Freedman, no que envolve o *lobby* dos Kelper, mas com uma profundidade maior para esta parte.

A análise minuciosa realizada por Dillon (1989) em sua obra, aborda todo o entorno político-diplomático sobre as Ilhas Malvinas, a sua concentração nos fatores internos que conduziram aos avanços e fracassos nas negociações, permite avaliar as hipóteses levantadas, já que as informações apresentadas pelo autor podem ser confrontadas com as informações desclassificadas por parte da Argentina, Estados Unidos e Reino Unido. A obra de Dillon esclarece pontos importantes para a pesquisa doutoral, no que envolve os apontamentos sobre os acordos e tratativas por parte dos britânicos em reconhecer a soberania argentina sob as Ilhas Malvinas, como destacado no início da obra do autor.

Um apontamento realizado por Dillon e que coincide com os destaques realizados por Freedman é que o Reino Unido esteve muito preocupado com o curso que as negociações poderiam tomar, e isto não se limitava aos governos militares, mas também ao período democrático argentino. Já nas negociações iniciadas na década de 1960, o Parlamento Britânico e o Foreign and Commonwealth Office tinham receio que as negociações fossem escaladas a um ponto militar por parte da Argentina como mecanismo de barganha (Dillon, 1989).

Outro elemento apontado por Dillon, o qual permite reforçar o argumento da primeira hipótese é que havia uma divisão muito clara dentro do Parlamento e o gabinete do Primeiro-Ministro britânicos:

From the beginning a basic contradiction had emerged at the centre of British policy which was to increase the political complications of the dispute and confound all subsequent attempts to solve it. How were British interests to be reconciled with those of the Islanders when, in a hastily improvised attempt to defuse Parliamentary hostility, the Government had committed itself to a formula that accorded paramountcy to the Islanders' interests? If there was a way out of that political impasse, it also could only be found by Ministers (Dillon, 1989, p.16)¹⁵

O Reino Unido buscava uma fórmula que se tornaria um fracasso, já que ao conceder força aos britânicos residentes, eles decidiriam o seu futuro, o qual, diante da realidade econômica da Argentina, procurariam manter-se britânicos e não, cidadãos

¹⁵ Tradução nossa: Desde o início, emergiu uma contradição básica no centro da política britânica que iria aumentar as complicações políticas da disputa e confundir todas as tentativas subsequentes para a resolver. Como conciliar os interesses britânicos com os dos ilhéus quando, numa tentativa improvisada às pressas de neutralizar a hostilidade parlamentar, o governo se comprometeu com uma fórmula que conferia primazia aos interesses dos ilhéus? Se houvesse uma saída para esse impasse político, ela também só poderia ser encontrada pelos Ministros

argentinos. Este ponto evidencia que a divisão dentro do gabinete britânico poderia ter sido explorada de maneira mais ampla por parte da Argentina, já que o apoio conquistado com outros países conseguiria realizar uma pressão maior sob os britânicos.

O autor aponta que as pressões internas orçamentárias britânicas, demandavam que se encontrasse uma solução para as Malvinas. O poder executivo britânico, liderado por James Harold Wilson, afirmava a visão que os custos de defesa das Ilhas não se justificavam, pois internamente procurava-se por realizar a implantação de medidas por economias de defesa e o ajuste da Grã-Bretanha ao status de potência regional. Assim, para fins de redução de gastos, a Marinha Real retirou-se de Simonstown, a base a partir da qual a defesa das Malvinas já havia sido desdobrada e o novo Gabinete autorizou a continuação das tentativas de encontrar um compromisso aceitável com os argentinos (Dillon, 1989).

Por outro lado, o jogo político britânico impedia um progresso maior nas negociações por falta de apoio do Primeiro-Ministro a suas iniciativas pelo Parlamento. Principalmente porque qualquer solução para o contencioso com a Argentina deveria transitar num primeiro momento no Parlamento, neutralizando assim a capacidade dos britânicos residentes nas Ilhas de influenciar o curso das negociações com os argentinos (Dillon, 1989).

Ainda no que tange sobre o jogo político, o autor aponta que durante as negociações na gestão da Primeira-Ministra Margaret Thatcher entre 1979 a 1981, mostrou-se relutante em reabrir as negociações com a Argentina e aceitou com ressalvas uma proposta acerca da proposta de *lease-back* como base para futuras discussões. Quando o apoio por parte do gabinete foi retirado ao modelo proposto pelo Foreign and Commonwealth Office em razão da recepção hostil na Câmara dos Comuns, os ministros das Relações Exteriores sofreram uma derrota política da qual nunca se recuperaram levando a paralisação da política britânica para as ilhas (Dillon, 1989).

Os documentos apresentados e descritos neste capítulo, não conformam somente uma fonte de consulta primária, mas também o acesso direto a informações que provem diretamente dos atores envolvidos nos processos decisórios da guerra. Nitidamente, a documentação argentina aponta elementos que podem ser cruzados com as informações oriundas do Departamento de Estado e da Fundação Margaret

Thatcher e que permitem destacar inferências e elementos causais que alteraram a tomada de decisões na Argentina.

2.4 CONCLUSÕES PRELIMINARES

De maneira inicial, os arquivos e obras destacadas, permitirão cumprir a proposta estabelecida na pergunta de pesquisa e nas hipóteses listadas, no entanto, outras obras podem ser utilizadas ao longo da pesquisa, estas buscarão complementar a análise feita pelas bibliografias primárias e lançar luz acerca das hipóteses apresentadas e o que em si se busca na presente pesquisa doutoral. Os livros destacados agregam informações que constam na documentação, já que basicamente, as obras de Middlebrook (2009), Freedman (2005) e Dillon (1989) se apoiam na documentação existente sobre o conflito ou relatos de pessoas envolvidas diretamente com este. É preciso apontar também que as obras listadas realizam em muitos casos, uma análise das informações que estão utilizando, isto permite que os dados extraídos dos documentos, possam ser confrontados com os dos autores, permitindo a produção textual destinada a responder à pergunta de pesquisa.

Sobre a metodologia escolhida para a execução da pesquisa, ela foi discutida não somente nos arquivos, mas também as obras listadas como fontes primárias, isto porque, como destacado no parágrafo anterior, alguns dados contidos nas obras podem não estar relacionados na documentação consultada e vice-versa. Ainda na linha metodológica, a avaliação sobre a perspectiva de um governo dividido, permitirá aclarar pontos que ocasionaram a ruptura no lado argentino, ainda que haja evidências da existência um processo decisório dividido por parte dos britânicos, este poderia ter sido explorado pelos argentinos.

3 UM GOVERNO, DUAS OPINIÕES: a Junta Militar Argentina

Os Estados de maneira geral desenvolvem as suas agendas de trabalho de acordo com os anseios da sua audiência (eleitor), devido ao sistema de escolha da liderança mediante o voto, o líder necessita atender as demandas daqueles que o elegeram, desta forma, molda a governança de acordo com a audiência. Apesar da governança ser escolhida pelo voto, democracias não possuem plena coesão, abrindo espaço para que o governo esteja dividido, seja dentro de um campo de oposição (fator natural da governabilidade) ou fraturas internas dentro do próprio partido governista.

Governos não democráticos podem colaborar com a construção da narrativa de ao possuírem uma lógica hierárquica, não há divisões internas ou fraturas, o qual é equivocado, já que atendem também uma audiência (eleitorado), as demandas e anseios internos da governança. O presente capítulo busca se debruçar sobre o poder e a governabilidade nos regimes não democráticos, com o objetivo de apontar que estes também são divididos e a origem desta divisão, destacando que atravessam assimetrias similares de governos democráticos. Entretanto, as divisões podem levar à condução de processos de rachas internos e em última instância, troca do líder, assim, será destacado neste capítulo um componente teórico o qual permitirá sustentar as explanações sobre o governo dividido da Junta Militar da Argentina.

3.1 PODER, POLÍTICA E GOVERNABILIDADE EM REGIMES NÃO-DEMOCRÁTICOS

Na construção política de um Estado democrático, o jogo de poder entre partidos políticos se apresenta como fator elementar. A estrutura base do Estado e do princípio eleitoral é que a alternância de poder é salutar para o amadurecimento da democracia, esse processo perpassa pela construção política de opiniões e dos partidos políticos que sustentam o poder, tanto em tempos de aliança quanto de oposição ao poder executivo. É notável apontar que todos os líderes buscam a construção de alianças com o objetivo de alcançar a sua sustentação no poder, conseqüentemente, toda liderança política almeja alcançar a maioria dentro das instâncias legislativas. Neste aspecto, o objetivo primário é que suas pautas transitem nesta esfera de uma forma mais fluída, que permitirá dar um seguimento as propostas

elaboradas pelo poder executivo, possibilitando assim que o poder executivo tenha uma governabilidade fluída dentro da lógica democrática.

O papel da divisão nas democracias é um elemento chave da compreensão do poder, isto porque a lógica tripartite evita excessos de uma das partes componentes deste tripé. A posição de Montesquieu, é compartilhada por outros autores como McIlwain (2007), na sua obra "*Constitutionalism: ancient and modern*" destaca que em todas as instâncias constitucionais, o ponto de maior ênfase é a limitação legal do governo. O mesmo princípio é reforçado por Gordon (1999) na obra "*Controlling the state: constitutionalism from ancient Athens to today*", no qual aponta que o conceito de constitucionalismo é um mecanismo que busca restringir a capacidade coercitiva que o governo possui. Tanto os autores elencados como os pontos de divisão de poder sustentados por Montesquieu, destacam a necessidade de uma divisão para a existência de equilíbrio entre as partes, dirimindo a possibilidade de abuso por parte de uma delas, no caso de regimes democráticos, os excessos do poder executivo.

Por outro lado, governos militares não possuem instituições que detenham o papel de regulamentar as ações do líder. Este ponto se dá em virtude que governos militares chegam ao poder em razão de possuírem a responsabilidade de proteger o Estado, seja no aspecto constitucional ou no campo de ameaças (internas ou externas). Os descompassos internos levam à ideia de que somente os governos militares podem resolver um problema ou crise; desta forma, buscam ascender ao poder com o objetivo de restaurar a estabilidade política ou as condições de governabilidade. Governantes militares não observam seu papel como somente possuírem a responsabilidade da proteção do Estado em matéria de integridade perante uma ameaça exógena, mas sim como restauradores da ordem e manutenção de sua integridade institucional, o que leva a presunção que ante qualquer desequilíbrio político e social, possuem a prerrogativa de salvar a sociedade e restaurar as bases da nação (Huxsoll, 2003).

Com relação aos tipos de governo militar, Huxsoll (2003) realiza dois apontamentos interessantes acerca da conformação interna do tipo de regime. O primeiro é o governo cívico-militar: possui um governo civil externo o qual é efetivamente controlado por uma elite militar, por outro lado, os civis ocupam os cargos (até e inclusive o de Chefe de Estado) nos quais os militares consideram seus serviços necessários para a condução bem-sucedida das operações do governo. O segundo

modelo proposto pelo autor é o governo militar direto, este inicia-se de maneira geral (não sendo uma regra) após um golpe militar e a sua estrutura governamental pode ser variada, desde a utilização da cadeia de comando militar em condições de lei marcial até a instituição de uma hierarquia administrativa *ad hoc* com pelo menos um escalão superior com funcionários.

Outro ponto em que os regimes autoritários se diferem das democracias é na lógica da legitimidade do governo. Max Weber (1947) aponta três princípios para alcançar e manter a legitimidade de autoridade: o governo carismático, na qual o líder apela às massas com base na força de sua personalidade; apelo às crenças e práticas tradicionais; e por fim, legitimidade jurídico-racional, baseada na adesão aos ideais e princípios democráticos, sendo este último ponto excludente para líderes de regimes não democráticos. O governo carismático não se encaixa com os princípios militares de ordem e hierarquia ou sua estrutura burocrática, entretanto, buscam, nos moldes castrenses, adaptar os princípios de Weber na sua governabilidade.

Ao buscar a construção de um norte que justifique a ascensão de militares, Comini e Frenkel (2018) apontam a existência de um tripé que está presente na relação cívico-militar do Estado: poder, dominação e hábito. Para os autores, estes elementos são fundamentais por dois fatores: o primeiro deles é a capacidade de apoio da sociedade para chegar ao comando do país e o segundo é a compreensão de que os elementos constituintes do tripé podem alterar em razão das circunstâncias políticas.

Sobre o primeiro aspecto, o poder, Comini e Frenkel (2018) buscam em Weber o referencial teórico para explicar acerca de poder. Segundo eles, Weber (1994) procura definir poder através da leitura de dominação e a imposição desta contra a vontade a quem está direcionada apesar de resistência. Para isto, o autor realiza uma conexão entre poder e dominação, já que é necessária a existência de dominação para exercer o poder, assim, isto conduz ao segundo elemento que é a dominação. Ainda em Weber (1994), a dominação se traduz na capacidade de imposição de algo, entretanto, essa dominação está condicionada a uma concordância por parte do outro lado, este ponto é fundamental porque separa o conceito de poder e dominação, já que no primeiro não está inserida a lógica de concordância ou ainda, de maneira mais densa, o conceito de obediência, assim, a obediência está conectada com o fator político e a recepção da autoridade.

O terceiro elemento elencado por Comini e Frenkel (2018) é o hábito. Quando existem estruturas predispostas a serem mantidas e existe uma concordância social em que permaneçam, independente do governo, o hábito é mantido, assim, a existência de instituições ou ações que já foram integradas ao governo ou colocadas em prática, produz o hábito político dentro da sociedade. Os autores consideram que se estabeleceu o hábito de existência de determinadas decisões, no caso de regimes militares, quando existe ou existiu o hábito das forças armadas participarem dos processos políticos, surge um pretexto para o retorno constante das lideranças militares ao poder. Estas ações criam o hábito da possibilidade de interferência na condução do Estado em situações que venham a ferir a sociedade ou a sobrevivência deste.

Um ponto chave elencado por Filgueira e Martinez (1993) é que as forças militares sempre estiveram a serviço de uma elite em razão do envolvimento de militares nas agendas políticas dos Estados. Ademais, um dos pontos nos quais as cúpulas militares capitalizam suas ações é através da ideia que como elas são parte do Estado, desta forma, possuem a “missão” de salvaguardar as instituições de ameaças que possam atentar contra a sobrevivência do Estado e, automaticamente, a sobrevivência das forças armadas. Outro elemento que politiza a agenda dos militares é que as forças se autodeclaram como atores políticos com capacidade de liderar os processos de modernização do país, isto porque de acordo com os autores, os militares consideram que as elites econômicas nacionais não são capazes de realizar o processo de modernização.

Nesta linha, é importante destacar os apontamentos que Filgueira e Martinez (1993) realizam sobre o papel político dos militares, os autores dividem em seis pontos elementares que se subdividem em categorias separadas:

A) A intervenção das Forças Armadas na política realiza-se no quadro de uma sociedade civil composta por vários estratos com interesses e prioridades variados e conflitantes. A intervenção seria de natureza instrumental a favor do interesse de alguns setores civis. Esta intervenção das Forças Armadas responde aos interesses (estratégicos, económicos etc.) de uma potência extranacional (governo, grupo de pressão etc.). b) A participação das Forças Armadas na atividade política nacional responde à sua afinidade com os programas ou valores de uma determinada classe social. A tese do golpe militar da classe média se enquadra nessa perspectiva, segundo a qual os militares constituem o instrumento mais adequado para impor o projeto de desenvolvimento dos setores médios contra as oligarquias tradicionais. c) A participação militar na atividade política é gerada como defesa do atual status quo; os militares atuam como agentes das hegemônias já estabelecidas por outros canais.

B) A intervenção na arena política das Forças Armadas é reflexo de seus interesses como estrato social que tem aspirações próprias. a) O objetivo que se pretende atingir através da sua atividade política é a promoção do bem-estar pessoal, seja do alto comando, de um grupo de oficiais ou do seu comandante em chefe. b) O desejo de aumentar o bem-estar social ou material estende-se a todos os militares. c) A defesa do interesse profissional realiza-se sob a forma de sociedade, independentemente do bem-estar pessoal dos seus membros.

C) A intervenção militar nos assuntos públicos é o produto de definições anteriores do desenvolvimento e objetivos do Estado e da ética específica da função militar (missão) para alcançá-los.

D) A atuação das Forças Armadas na esfera política responde à sua necessidade de resolver a contradição inerente à assincronia entre a modernização técnica e as diretrizes racionais-instrumentais dos militares e a incapacidade da sociedade política e civil de lhes proporcionar uma ordem compatível com seus personagens anteriores. Nesse sentido, suas intervenções políticas estão orientadas para a criação de um quadro socioeconômico que permita o desenvolvimento de sua profissão.

E) As Forças Armadas, durante suas intervenções na atividade política, são instrumentos de algum tipo de processo impessoal de desenvolvimento e/ou modernização do Estado. a) Teoria da modernização: a instituição militar é o principal agente do processo histórico de modernização e desenvolvimento político nas sociedades atrasadas b) Marxismo e teoria da dependência: as Forças Armadas são portadoras da racionalidade do desenvolvimento cosmopolita do capital.

F) A presença histórica das Forças Armadas na atividade política da América Latina é resultado dos processos de inserção nacional desses países no contexto geoestratégico internacional (Filgueira; Martinez, 1993, p. 306-308).

Os pontos levantados pelos autores indicam que a ascensão de governos militares ocorre em razão de fatores econômico e de uma elite para dar suporte à intervenção. Com relação à politização das agendas militares, estas decorrem do fato das Forças Armadas se autoconcederem um papel de ator político que legitima, na visão das lideranças militares, a possibilidade de intervir na condução do Estado caso existam “ameaças” a integridade dos processos de desenvolvimento nacional.

Ao direcionar a análise para a América do Sul, é clara a percepção que o envolvimento de militares em questões políticas permeou o surgimento e o desenvolvimento dos Estados da região nos períodos iniciais de independência. Lowy, Sader e Gorman (1985) apontam que a região sempre teve uma relação intrínseca entre os militares e o poder, na Argentina, por exemplo, caudilhos como San Martín e Simón Bolívar foram essenciais para liberar a região do domínio colonial europeu. Alguns movimentos militares tinham pretensões políticas com o objetivo de controlar esta nova fase. Já de maneira recente, após a metade do século XX, se observou uma nova ascensão de militares com o objetivo de estabelecer uma ordem no alargamento social produzido pelo desenvolvimento, e em alguns casos, com o intuito de conter movimentos radicais oriundos deste alargamento. Em síntese, a América do

Sul atravessou períodos de oscilação entre governos republicanos e governos militares.

Ainda no campo da presença militar na política, Nunn (2001) aponta que na América Latina, houve um fenômeno distinto com relação à militarização das agendas políticas denominado de militarização da profissão. O autor destaca que a partir do século XIX, as relações civis-militares foram mais entrelaçadas com o campo político e, desta forma, abrindo espaço para a presença de altos mandos das forças armadas nas instâncias decisórias dos Estados, com grande enfoque para a Argentina, o Brasil e o Chile.

No caso argentino, a presença dos militares na política foi acompanhada de uma ascensão cada vez maior nas discussões políticas, Hunter (1996) destaca que os militares no país assumiram uma postura de “cão de guarda” dos direitos e da constituição e que a cada intervenção realizada, adquiriam mais espaço na política doméstica. Conseqüentemente, ao controlarem algumas indústrias, em um curto espaço de tempo no século XX detinham uma alta capacidade econômica.

Ao observar a manutenção da participação militar nos processos de desenvolvimento dos países, é clara a presença constante das forças armadas nos processos de progresso nacional e em momentos em que a participação tinha o objetivo de solucionar as assimetrias nacionais. De acordo com Comini e Frenel (2018), a ausência de pesos e contrapesos em relação à participação das forças armadas nos processos políticos abriu precedentes para a ascensão de lideranças militares. O desenvolvimento de oligarquias internas no campo produtivo e de cunho conservador, outorgava força aos comandos militares para retornar ao poder em caso de falha do projeto de desenvolvimento nacional.

Com relação à construção das bases de governo, os regimes militares apresentam perfis variados, podem ter uma composição completamente militar ou mista, dependendo dos objetivos e dos interesses que o regime busca e ainda, da classe civil que sustenta a manutenção do regime. Procurando apontar a discussão para a América Latina, no caso da Argentina durante o período militar (1976-1983), houve um modelo híbrido de posições no governo. Questões como controle de movimentos sociais ou, ainda, laborais (Justiça, Trabalho, Desenvolvimento Social, Relações Exteriores, Defesa) permaneceram entre os militares, sendo que outros ministérios como Educação, Cultura e Economia permaneceram no controle dos civis,

no entanto, estes últimos liderados por setores conservadores da elite política argentina (Canelo, 2016).

Segundo Alvarez (2010), os movimentos dos trabalhadores foram da resistência à opressão, não somente das elites, mas principalmente as ambições políticas do governo central, com respaldo militar durante a chamada Revolução Argentina¹⁶. Os militares destituíram um presidente democrático sob a justificativa de este não buscava o desenvolvimento do país e somente os militares conseguiriam alavancar o desenvolvimento. Neste sentido, quando os Estados sul-americanos buscaram o seu caminho para o desenvolvimento, de maneira paralela, os movimentos organizados de trabalhadores eram pressionados, na medida que aumentava a necessidade do desenvolvimento industrial, a acumulação de capital por parte das elites produzia fissuras maiores entre os que detinham os meios e o trabalhadores, assim, desenvolvia-se um binômio de opressão ao trabalhador e aos movimentos realizado pelos militares e as elites produtivas.

Um ponto comum na América do Sul foi que todas as lideranças militares que chegaram ao poder, justificaram suas ações em detrimento do desenvolvimento e da reorganização nacional, o que acentuava a justificativa de uma auto-interpretação normativa do estado ideal das instituições, assim, no caso argentino:

Tal vez los militares no gozamos la democracia, sino que la padecemos, y es por eso que tratamos de quitárnosla de encima cuando ese padecimiento es intolerable. Tal vez no seamos auténticamente democráticos aunque la democracia nos brinde la oportunidad de disimularlo (Druetta, 1983, p.7)¹⁷

Na citação, o autor destaca que os sucessivos golpes militares na Argentina legitimaram internamente a possibilidade de tomada do poder sob qualquer justificativa ou demanda, ou seja, existia uma ideia na interna das forças armadas que sempre deveriam estar presentes na política. A Junta Militar Argentina¹⁸ (que adiante será denominado de governo militar argentino), instaurou o Processo de

¹⁶ A autodenominada “Revolução Argentina” ocorreu em 28 de junho de 1966 e despejou do governo o presidente constitucional Dr. Arturo Illia. Esse novo período de fato durou sete anos, durante os quais três presidentes militares se sucederam (ALVAREZ, 2010)

¹⁷ Tradução nossa: Talvez nós, nas forças armadas, não desfrutemos da democracia, mas soframos com ela, e é por isso que tentamos livrar-nos dela quando esse sofrimento é intolerável. Talvez não sejamos autenticamente democráticos, embora a democracia nos dê a oportunidade de o esconder

¹⁸ A Junta Militar Argentina era composta pelas três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), e foi liderada pelos seguintes presidentes: 1976 a 1981 – Jorge Rafael Videla; 1981 – Roberto Viola; 1981 a 1982 – Leopoldo Fortunato Galtieri; 1982 a 1983 – Reynaldo Bignone (Di Tella, 2017).

Reorganização Nacional, com o objetivo base a restauração do que se denominou de “valores morais adequados” (Pion-berlin, 1985), desta forma, em 24 de março de 1976, a Junta Militar liderada pelo comandante do Exército, Jorge Rafael Videla destituiu a presidente Isabela Perón e proclamou o Ato de Reorganização Nacional, conhecido como o "Processo".

O início de um novo ciclo militar estabeleceu uma série de objetivos e estratégias políticas, sociais e econômicas claramente definidas a serem buscadas pelo governo, este comprometido com a restauração gradual da segurança nacional, dos valores morais adequados, da autêntica democracia representativa e da eficiência econômica. Este último ponto reserva um grande destaque, no início do período de Videla na presidência, o Ministério da Economia tornou-se um superministério dentro do governo e suas decisões não eram questionadas pelas demais forças que compunham o mesmo (Pion-berlin, 1985),

As ações econômicas da Junta no plano interno se traduziram em resultados opostos aos esperados. Mesmo com um incremento da poupança interna e a redução da participação do Estado, houve perdas enormes nos setores industriais, corrosão dos salários e índices de inflação elevados, as elites produtivas do país reivindicavam soluções imediatas e correções no planejamento econômico da nação. No entanto, a capacidade opressora do regime permitia que mesmo com a insatisfação social, esta não se traduzisse em ações de manifestações nas ruas. Este ponto é fundamental porque manteve o grau de coesão entre as forças da Junta e a estabilidade política interna dos líderes do processo, ou seja, não havia contestações, numa clara pontuação, não havia divisões internas na Junta (Iramain, 2013).

Um apontamento realizado por George Philip (2001) destaca que há uma distinção muito clara em relação ao profissionalismo militar em governos nos quais os comandos militares assumiram o poder, para isto, o autor realiza um paralelo entre os governos da Argentina, Brasil e Peru, mas distinguindo o governo militar do Chile. No caso chileno, Augusto Pinochet centralizou o poder na sua figura e governou sozinho durante o seu período como chefe de Estado, sendo essa centralização oposta ao modelo dos três países supracitados, nos quais o comando do país estava em mãos de um grupo, ou como no caso argentino, de uma Junta. De acordo com o autor, grupos militares competiam intensamente pelo poder, e a política dentro dos militares era um fator importante para explicar as decisões do governo. Ou seja, por maior que fosse a regra autoritária e a supressão do envolvimento da sociedade na tomada de

decisões do poder executivo, aqueles que ocupavam posições no executivo estavam preocupados com as reações políticas das suas decisões. Essa politização de agendas conduziu a rupturas internas em razão de um grupo militar se ver ameaçado dentro do processo.

Os destaques realizados por George Philip (2001) acerca da disputa política dentro do governo militar, vão ao encontro aos apontamentos realizados por Canelo (2015), onde são destacadas algumas linhas internas de atuação entre os militares, que após um período mais agressivo do governo, iniciaram um processo de competição interno, que se traduziu na sucessão de lideranças no processo de reorganização nacional e culminaram, no ano seguinte após a Guerra das Malvinas, com a transição para a democracia. A autora aponta que existiam três grupos na junta militar e que cada um destes tinha objetivos e leituras distintas do processo.

De acordo com Canelo (2015), o primeiro grupo, de caráter mais extremo, seguia uma linha mais rígida na qual defendia uma junta pura, onde refutavam a ideia de uma aproximação com as organizações civis, sejam políticas ou empresariais, alinhadas ao regime. O objetivo único e primário deste grupo era combater a subversão na sociedade civil e a corrupção interna, assim, apontavam para uma política mais opressiva em relação aos opositores do regime e conseqüentemente, isolavam os militares indicando serem os únicos capazes de liderar a nação.

Em um campo mais moderado ou numa posição intermediária, Canelo (2015) destaca que havia um grupo de militares que considerava importante e aceitavam uma convergência cívico-militar no longo prazo, ou seja, a inclusão de grupos da sociedade civil que conseguiam transmitir as demandas internas e oferecer uma sustentação social ao regime. A interlocução destes grupos com a população em geral era maior e conseqüentemente, poderiam encaminhar as demandas à Junta. Este grupo permitiu a sustentação da política econômica de Martinez de Hoz, o qual buscava a construção de uma agenda mais liberal, entretanto, a busca liberal se traduziu em graves conseqüências para o regime posteriormente.

Por fim, o último grupo, segundo Canelo (2015), advertiu que os recursos que legitimavam a manutenção do governo militar teriam a tendência de se esgotarem, assim, uma aproximação e diálogo com os partidos políticos e as entidades de classe seria algo necessário para manter a sobrevivência do regime. Buscando evitar um isolamento do governo militar e conseqüentemente o seu enfraquecimento, esta participação permitiria conceder um grau moderado a alguns pontos da agenda dos

militares e que este envolvimento civil, poderia se traduzir no êxito da “missão” que as forças decidiram colocar em prática ao assumir o poder, do contrário, ficaria evidente o fracasso de sua experiência política.

A coexistência destes grupos com visões distintas foi relativamente harmoniosa enquanto o governo manteve um devido grau de coerência nos seus objetivos primários. Na medida em que perdiam força os recursos de legitimação, surgiam distintas frentes de oposição ao regime, com ênfase as organizações de direitos humanos, como também de grupos políticos e sindicais, provocando o acirramento das contradições internas. A partir da derrubada do general Viola em 1981, através de uma ruptura liderada por Leopoldo Galtieri, iniciou-se um turbulento processo de decomposição da cúpula militar.

Como observado, a presença dos militares na Argentina não é algo novo em si desde que a politização das forças armadas aconteceu em razão da participação continua destes no planejamento do Estado. Os primeiros apontamentos desta seção do capítulo, buscaram elencar como regimes não-democráticos buscam politizar as suas agendas e notadamente, os regimes militares assumem um papel de guardiões dos valores e do desenvolvimento nacional, assim, quando ameaçado, observam e objetivam a obrigatoriedade de intervir com o objetivo de recuperar o que consideram “valores nacionais”, assim, a próxima seção busca delimitar o período em que a Junta Militar governou a Argentina (1976-1983), passando pelas uniões e fraturas dentro da Junta, buscando elencar os elementos que uniam ou dividiam os mesmos.

3.2 A JUNTA MILITAR UNIDA: VIDELA

No dia 23 de março de 1976, a Junta Militar liderada pelo General Jorge Rafael Videla derrubou o governo de Isabel Perón. O movimento de 1976 era distinto dos governos militares anteriores: enquanto as intervenções anteriores tinham como justificativa a lógica econômica e de resgate do Estado, a nova incursão das forças armadas na condução política se baseava na justificativa de conter os movimentos radicais, mais especificamente os Montoneros¹⁹. Outro ponto que se somou a incursão política dos militares foi a busca pela restituição dos valores nacionais e éticos, e para

¹⁹ Os Montoneros foram uma organização político-militar argentina, de caráter urbano, vinculada ao Peronismo a qual surge na década de 1970 em oposição a Revolução Argentina (Prates, 2019)

isto, a Junta Militar buscou consolidar pontos como o desenvolvimento econômico e a estabilização de preços (Pion-berlin, 1985).

O Processo de Reorganização Nacional, denominação outorgada pela Junta, tinha como objetivo o restabelecimento da moralidade nacional, dos valores e principalmente do desenvolvimento nacional. De acordo com Lvovich (2020), a repressão contra grupos e indivíduos considerados subversivos foi uma das marcas iniciais da violência do governo militar liderado por Videla. O autor ressalta que parte considerável da população manifestava, passiva e silenciosamente, sua crença acerca da necessidade da recuperação da ordem social danificada e que essa só poderia ser restabelecida pelas forças armadas. A ascensão dos militares não se baseou na conquista de uma nova forma de legitimidade, mas sim através da crise de legitimidade do regime civil anterior, no caso, do governo Perón.

Um dos pontos marcantes e que buscou ser a chave do período Videla foi o aspecto econômico. A busca por uma separação da política econômica dos Peronistas guiou uma guinada mais liberal, liderada por Martinez de Hoz, ministro da economia do Videla. De acordo com Pion-Berlin (1985), o Ministério da Economia se tornou um superministério dentro da Junta, com incontestáveis decisões. A construção liberal do início do regime era fundamental, isto porque as intervenções estatais durante o governo Perón produziram grandes impactos e com grande contestação por parte das elites argentinas. O governo liberal de Videla, ao buscar atender uma agenda que agradava os setores produtivos argentinos, detinha, conseqüentemente, o apoio interno ao governo militar.

Para alcançar a união plena no campo social, a estratégia abordada pelos militares foi a de buscar o apoio de setores importantes da economia argentina. De acordo com Cerbino (2016), as representações das entidades empresariais, bancárias e do agronegócio, trabalharam fortemente pela supressão dos trabalhadores, a contenção de movimentos internos que viessem a se opor ao regime, e conseqüentemente, outorgaram a sustentação social ao golpe perpetuado por Videla em 1976. Outro fator que é importante frisar e que vai ao encontro do apoio das elites é o silêncio em relação a repressão. O governo de Videla foi marcado pelo elevado número de violações de Direitos Humanos e por ações de busca e prisão daqueles que estavam em oposição ao regime, se somou também um silêncio por parte de lideranças políticas que não tiveram seus direitos suprimidos (Barros, 2009).

Mesmo com a grande repressão por parte do regime, o governo militar se sustentava, as demandas econômicas reivindicadas por parte dos setores produtivos, eram atendidas pelos militares, desta forma, a classe beneficiada não focava sua preocupação na repressão e nas violações. Videla contava ainda com o apoio social, principalmente sustentado no discurso que a subversividade estava sendo controlada e a moralidade estava a caminho de ser restaurada. Por outro lado, durante os primeiros anos da política liberal praticada por Martinez de Hoz, começaram a surgir ruídos entre as classes que sustentavam Videla, e assim, se dá início a um deterioro das relações entre as elites e o governo em virtude dos prejuízos ocasionados pelas decisões econômicas do governo.

Pion-Berlin (1985) destaca que durante a aplicabilidade do plano econômico do regime nos primeiros anos, alguns episódios desencadearam uma oposição por parte da elite que sustentava o regime. O primeiro aspecto foi a mudança cambial, isto impactou negativamente as empresas nacionais, já que o câmbio favorecia as importações, somente de maneira ligeira o setor ruralista era beneficiado, entretanto, endossava as reclamações sobre a política econômica. Mesmo com a diminuição da inflação e o aumento das reservas internacionais, essa justificativa não acalmava as inquietações das entidades produtivas argentinas, entretanto, os militares não discordavam dos planos econômicos impopulares, eles não somente atestaram o plano econômico como reafirmaram seu compromisso com o programa monetarista.

As medidas econômicas de Martinez de Hoz começaram a apresentar falhas e conseqüentemente, a contestação com o regime. A queda do Banco de Intercambio Regional (BIR), um dos maiores bancos do país, provocou uma corrida financeira à saques em outros bancos, a consequência foi uma queda generalizada no setor produtivo, empresas que detinham contas em bancos como o BIR por exemplo, decretaram falência, assim, a corrida financeira e a fuga de capitais, colocou em xeque a política do Ministério da Economia (Borrelli, 2011).

Uma das primeiras contestações às políticas econômicas iniciou dentro da própria Junta. A Marinha, através do Comandante-em-chefe Armando Lambruschini, manifestou publicamente que nenhuma medida especulativa poderia ocasionar danos na população, posteriormente, a crítica de Lambruschini seria apoiada pelo Brigadeiro-do-Ar Omar Rubens Graffigna, destacando que a Junta não estava indiferente perante a situação. Desta forma, as manifestações contrárias daqueles que

integram a governança do Estado evidenciam as primeiras rupturas dentro do regime (Pion-berlin, 1985).

De acordo com Borrelli (2011), havia uma pressão por parte da sociedade e dos meios de comunicação por alterações na condução econômica, a isto se soma a busca pela sucessão do Videla no poder, algo que deveria transcorrer de forma natural. Pion-Berlin (1985) ressalta que Martinez de Hoz buscava uma continuidade de Videla no poder com o objetivo de manter o planejamento liberal do Ministério da Economia, entretanto, isto não se concretizou, dando espaço à sucessão na liderança nacional. No dia 3 de outubro de 1981, Roberto Viola assumiu no lugar de Rafael Videla.

A alteração na liderança no país encerrou um capítulo de coesão entre as forças, as fraturas que surgem em decorrência das discordâncias do projeto liberal de Martinez de Hoz começam a ser manifestadas por parte das forças. A busca por um sucessor que continuasse com o legado construído por Videla e que procurasse manter firme o regime era algo almejado pelos militares, entretanto, a partir da ascensão de Viola, a Junta começa a se dividir, ponto explorado na próxima seção. A divisão se replicará dentro da perspectiva de política externa, a mudança de postura não se limitou somente ao espectro político, mas também na maneira de projetar a Argentina para o mundo como buscará apresentar o capítulo 4.

3.3 A JUNTA MILITAR DIVIDIDA: VIOLA E GALTIERI

A sucessão de Videla representou um marco dentro da conjuntura política argentina, em momentos anteriores, as alterações de liderança dos governos militares tinham acontecido de maneira abrupta, ou seja, através de golpes internos. A sucessão de Videla aconteceu de maneira natural, isto porque Roberto Viola detinha a confiança do antecessor e já havia ocupado anteriormente o posto de Comandante em Chefe do Exército, por outro lado, o desenvolvimento do seu mandato acarretaria divisões dentro do governo militar (Di Tella, 2017).

Dentre as diferenças de perfil de gestão entre Viola e Videla, Pion-Berlin (1985) aponta que o perfil mais político de Viola confrontava com a linha mais pragmática de Videla. Viola acreditava numa construção social para a governabilidade, desta forma buscou se aproximar dos movimentos sociais e dos organizados, trabalhava na relação de diálogo com aqueles que eram impactados pelas medidas econômicas,

principalmente para garantir a governabilidade da Junta durante seu período de liderança. Viola almejava no longo prazo, realizar a transferência de poder aos civis, para isso, trabalhou em duas frentes de diálogo. O primeiro ponto foi propor um diálogo entre governo e oposição para trabalhar em um consenso nacional sobre a transição política, buscando, no longo prazo, estratégia de redemocratização e o segundo ponto foi o desenvolvimento de um plano de "integração nacional", buscando a gradual normalização das organizações como sindicatos e partidos políticos e a devolução dos direitos políticos subtraídos.

Por outro lado, não eram todos os membros das Forças Armadas que concordavam com a ideia da abertura para as entidades de classe e a posterior redemocratização. Dentro do governo militar existia uma ruptura, a qual inicialmente vinha da Marinha, primeiramente houve uma oposição ao pensamento liberal do Exército e posteriormente, o general Leopoldo Galtieri contestou a abordagem de buscar a abertura democrática, destacando que não existia uma perspectiva de eleições no curto prazo, confrontando o próprio colega de força (PION-BERLIN, 1985).

Torcuato Di Tella (2017) aponta que a abertura política concedida por Viola aumentou o número de protestos por parte das entidades de classe. As reivindicações nas ruas colocavam em xeque a liderança do governo militar, a dura repressão durante o período de Videla permitia conter manifestações contrárias ao regime. Internamente os militares vinculados diretamente ao governo destacavam que os planos mais liberais em matéria de participação social, poderiam corroer a sustentação do regime perante a sociedade, e conseqüentemente, levar a pressões por eleições democráticas.

George Philip (1984) aponta que as posições liberais de Videla e Viola não eram um discurso uníssono entre os militares, outros militares do Exército (mesma força dos supracitados) não concordavam com esta posição, dentre eles Galtieri. A mesma discordância estava presente na Marinha e na Aeronáutica e essa posição era reforçada na medida que o regime avançava, principalmente com a criação da Multipartidária²⁰, desta maneira, o radicalismo de alguns membros da Junta alcançou o ápice ao promover a derrubada de Viola e a assunção de Galtieri ao poder.

²⁰ A multipartidária foi um movimento político que reuniu os principais partidos políticos da Argentina com o objetivo de estabelecer um diálogo buscando pressionar a Junta Militar a procurar o restabelecimento da democracia no país (Moroni, 2020).

O surgimento da Multipartidária evidenciou dois pontos dentro do governo militar: o primeiro é que a liberalização concedida por Viola aos movimentos políticos, buscando um diálogo maior, estava apresentando efeitos práticos, por outro lado, o fortalecimento concedido por Viola, o isolou do governo militar em razão dos próprios militares buscarem se afastar das posições da Multipartidária. O segundo ponto é a ascensão de movimentos que estavam em posição de buscar manter o regime, como resultado, uma ala mais repressora e com o objetivo de se manter no poder, mobilizou-se para derrubar Viola e apoiar a ascensão de Leopoldo Galtieri (Pion-Berlin, 1985).

A exposição acima aponta que a divisão no governo militar ficou nítida a partir da busca por parte dos militares de endurecer novamente o regime através da repressão, procurando manter as bases do governo militar e não direcionar esforços para a abertura. Mesmo com a sucessão na presidência, o fato da não concordância plena sobre quem assumiria o poder, denota as fraturas internas entre os altos comandos militares e que iniciaram a partir da decisão da ascensão de Viola. Dentro do escopo político dos militares, foram procuradas as alternativas aplicáveis para derrubar o mesmo, ou seja, a divisão se tornou mais nítida a partir da falta de coesão entre as forças e entre os militares mais próximos do alto escalão da Junta.

A brevidade do período de governo de Viola refletiu a sua falta de governabilidade, este não detinha um apoio pleno dentro das forças armadas para governar o país. Ainda, não soube lidar com as divisões internas do regime e as disputas de poder, distinto de Videla que conseguiu manter uma "união" dentro destas, evitando que sofresse golpes internos com o objetivo de removê-lo. Apesar das negativas em relação à condução econômica e a natural oposição da sociedade, Videla se manteve no poder por um extenso período (1976-1981).

Outro ponto que contribuiu com a remoção de Viola, foram as constantes retratações acerca das próprias manifestações. Pion-Berlin (1985) lista que os episódios sobre a Multipartidária e sobre a abertura liberal no campo político, demandaram de Viola retratações públicas. Os movimentos de manifestação de Viola, os quais, eram refutados publicamente por outros militares, evidenciavam uma ausência de liderança, suas constantes correções públicas apresentavam para a sociedade argentina que o regime em breve seria derrocado. Estes fatores colaboraram com o golpe interno que encerrou sua breve passagem pela liderança da Argentina.

Quando Leopoldo Galtieri assumiu o poder, a primeira alteração realizada foi buscar elevar alguns militares de confiança, estes colaboraram com sua ascensão ao poder, sendo um dos principais o Almirante Jorge Anaya, posteriormente designado Comandante-em-chefe da Marinha e que já havia idealizado anteriormente um plano para a recuperação das Ilhas Malvinas/Falklands. Ademais das posições que Galtieri designou, ele se manteve como comandante-em-chefe do exército, assim, conservou a sua posição na hierarquia militar junto com a presidência da nação, a concentração de poder evitava a possibilidade de tentativas de derrubada como as praticadas contra o Viola (Pion-Berlin, 1985). Para cristalizar a união no governo militar, transmitir a ideia da fortaleza deste e reparar a crise de legitimidade que atravessava, Canelo (2015) aponta que todo comando do governo militar foi alterado, agora, junto com Galtieri e Anaya, Basilio Lami Dozo assumiria como comandante em chefe da Força Aérea Argentina.

Ao ascender à presidência, Galtieri possuía motivos ideológicos e pessoais. No campo ideológico foi observada a retomada da repressão e de um papel mais controlador dos militares sobre todas as iniciativas, principalmente no campo da economia, buscando uma retomada do modelo neoclássico de condução, estas ações permitiriam retomar o prestígio dos militares e conseqüentemente, a manutenção do regime. Já no campo pessoal, a ideia de se perpetuar na história do país colaborou não somente com a sua ascensão ao poder, mas também com decisões futuras, por fim, as aspirações de poder por parte de Galtieri abriram novas fraturas entre os militares, antes controladas durante a gestão de Videla, mas muito evidentes na nova gestão (Pion-Berlin, 1985)

As fraturas decorrentes da fragilização do governo militar não derivaram somente da lógica de buscar uma abertura do regime, mas das ameaças subversivas que justificaram a instauração do regime militar em 1976. Com a formação de blocos como a Multipartidária, ficava evidente que a organização dos partidos opositores ao regime, antes duramente combatidos pelos militares e agora permitidos pelo próprio governo militar, não poderia ser reprimida com violência. Assim, sua contestação confrontava os próprios militares, desta forma, quando Galtieri assume o poder, busca construir sua gestão baseada em três pilares: o primeiro é de cunho econômico, Galtieri procurava uma aproximação do modelo liberal promovido por Videla em 1976, o segundo pilar é um alinhamento estratégico com os Estados Unidos, e por fim,

diminuição da liberdade política para contra restar a força da Multipartidária (Canelo, 2015).

A governabilidade de Galtieri em matéria de busca de posicionamento político não foi distinta de Viola, entretanto os objetivos eram diferentes. De acordo com Pion-Berlin (1985) e em consonância com Canelo (2015), o presidente Galtieri buscava, por um lado, dar demonstrações que o regime ainda tinha força, assim, promoveu um aumento da dureza das forças de segurança e um plano econômico que pressionava ainda mais a fragilizada indústria nacional e os trabalhadores. Por outro lado, eram promovidas decisões buscando uma abertura para alguns movimentos político-partidários e sindicatos e estas pautas passavam pelo diálogo entre Galtieri e os Peronistas. O objetivo de Galtieri, de acordo com os autores, era que a abertura política se efetivaria completamente em 1984 e que ele seria conduzido para liderar o país através de uma coalizão cívico-militar, entretanto, as constantes pressões da sociedade pelas decisões econômicas levaram a que o governo militar procurasse uma solução com o objetivo de produzir união nacional e assim, conceder sobrevida ao regime militar: recuperar as Ilhas Malvinas/Falklands pela via armada.

3.4 CONCLUSÕES PRELIMINARES

A ideia de que somente democracias vivenciam processos de rupturas e que são naturalmente divididas, não é algo exclusivo delas. O capítulo buscou destacar que os regimes não democráticos também atravessam divisões, mesmo alguns destes governos possuindo uma base militar, os ímpetos daqueles que estão em postos de liderança ou que almejam ocupar, podem conduzir a fraturas. Em democracias a alternância de poder é salutar, no caso de regimes não democráticos, a mudança se dá em virtude de disputas internas.

No caso argentino, quando o governo militar inicia em 1976 com Rafael Videla, construiu uma estabilidade interna entre os integrantes, esta pacificação interna outorgou ao presidente Videla a possibilidade de governar por um período extenso (1976-1981). Ademais de conduzir o país de maneira fechada, buscou posicionar o Exército de maneira incisiva nos processos decisórios do país. Na ascensão de Roberto Viola (1981-1981), alguns setores dentro das forças armadas da Argentina discordavam com a visão liberal do presidente, o qual motivou a divisão no governo

militar e que acarretou conseqüentemente na brevidade do seu mandato, culminando com a ascensão de Leopoldo Galtieri (1981-1982).

Desta forma, a construção de que governos militares desfrutam de estabilidade em razão da lógica hierárquica torna-se equivocada, já que estes líderes também buscam a aprovação da audiência, e quando a audiência questiona o governo, os integrantes buscam atuar em favor da audiência, indicando que a mudança na liderança pode gerar uma solução. No caso argentino, quando os militares observam a possibilidade da perda de poder e enfraquecimento do regime com Viola, buscaram atuar para manter os militares no poder, desta forma, as divisões governamentais não se resumem somente as democracias.

4 POLÍTICA EXTERNA EM REGIMES NÃO DEMOCRÁTICOS

Ao discorrer sobre a perspectiva política, é importante abordar a construção da agenda de política externa em regimes não democráticos. Ela pode transitar dentro de uma pragmática, procurando um alinhamento com todos os Estados, independente do espectro político-ideológico ou buscar uma política externa alinhada a uma perspectiva ideológica a qual possa acarretar benefícios para o regime.

No caso argentino, há uma alteração contundente na condução da política externa. Com Videla e Viola, há uma agenda de política externa ampla, buscando um diálogo regional, mantendo os Estados Unidos como parceiros e conseqüentemente, retomando e fortalecendo as relações com o Reino Unido em razão das Ilhas Malvinas/Falklands. Por outro lado, Galtieri buscara uma aproximação completa com os Estados Unidos, uma elevação do tom com o Reino Unido e a desconsideração dos países do 3º mundo, ou seja, uma alteração brusca em comparação com os antecessores. Assim, o capítulo se debruça em um primeiro momento num componente bibliográfico sobre a política externa em regimes não democráticos para depois discutir estes apontamentos no caso argentino.

4.1 A AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA EM REGIMES NÃO-DEMOCRÁTICOS

Dentro da perspectiva de interação internacional dos Estados, a política externa busca projetar os interesses nacionais para além das fronteiras. Democracias possuem uma dinâmica em que os tomadores de decisão são moldados pelo seu ambiente, as configurações legais, constitucionais e políticas em que baseiam as decisões determinam amplamente os resultados das políticas, isto porque os líderes operam em uma rede de bloqueios institucionais e oposição política que gera restrições e incentivos na condução da formulação de políticas externas (Huxsoll, 2003).

No campo da formulação da política externa dos Estados, Chris Alden e Amnon Aran na obra *“Foreign Policy Analysis: new approaches”* (2016), apontam que a agenda de política externa atende uma lógica de racionalidade, isto porque os tomadores de decisão buscam alcançar os interesses do ator através de uma agenda que permita

maximizar seus ganhos com baixo custo, ou seja, avaliam as suas preferências. Os autores apontam que a anarquia do sistema internacional tende a estruturar as regras do jogo político de maneira igualitária, desta forma, cabe aos tomadores de decisão avaliarem as ações para a projeção internacional.

Ainda em Alden e Aran (2016), um importante ponto ponderado pelos autores é o componente doméstico para a formulação de política externa. Elites e grupos de interesse buscam pressionar os tomadores de decisão com o objetivo de projetar suas demandas na política externa do país, o papel destes atores impacta na maneira como são desenvolvidas as agendas. Claramente os autores buscam apontar a relação destes grupos dentro de democracias, a presença de grupos de influência não se limita a democracias, já que mesmo com a abstenção de participação da sociedade civil dentro da construção do governo, grupos de interesse podem operar em governos não democráticos.

Para uma compreensão mais nítida acerca da política externa de um Estado, alguns autores avançam na análise dos líderes e como suas ações impactam na tomada de decisão. Valerie Hudson e Benjamin Day na obra "*Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory*" (2019), ao buscar apontar aportes teóricos para a análise de política externa, destacam a figura do líder como elemento chave para a compreensão das escolhas e decisões na condução das relações exteriores do Estado, assim, os autores destacam a importância de compreender a psicologia política do líder com o objetivo de avaliar as suas decisões de política externa.

Ao centrar uma parte da análise de política externa no líder a partir de uma leitura psicológica, Hudson e Day (2019) destacam que em alguns casos, as posições do líder somente são compreendidas mediante uma leitura da percepção psicológica dos resultados almejados através das suas decisões. Alguns líderes não creditam a operacionalização da política externa aos responsáveis pela mesma, ou seja, quando seus anseios não são atendidos por parte da estrutura de governo, estes decidem assumir o planejamento. Por outro lado, alguns líderes podem desconsiderar a importância da política externa e transferir sua formulação e operacionalização para outras estruturas do Estado, sem interferir ou se inteirar da mesma. Se por um lado há líderes diretamente envolvidos na tomada de decisões de política externa, outros desconsideram o papel da construção da política externa e esta é relegada para um segundo plano.

Um ponto compartilhado por Alden e Aran (2017) e por Hudson e Day (2019) é o tipo de regime e o papel dos militares. Ambos os autores destacam que os regimes possuem uma influência muito grande na maneira como é analisada a política externa já que se divide em dois pontos: o primeiro é que líderes em governos autoritários não possuem estruturas internas que funcionem com contrapeso ou que contestem as decisões de política externa do líder; o segundo é que regimes nos quais os militares ocupam funções decisórias, as proposições de política externa possuem um caráter coercitivo, ou seja, se sustentam no aparato militar para projetar os seus interesses perante outros Estados.

No que tange aos objetivos dos Estados, Hudson e Day (2019) observam que as democracias são menos propensas a conflitos, de acordo com a Teoria da Paz Democrática²¹, há uma estabilidade maior entre democracias e essa estabilidade inibe novos conflitos. Esta perspectiva apresenta uma mudança no campo de política externa já que insere uma divisão entre os regimes, ou seja, há variações entre países democráticos e não democráticos.

A estabilidade das democracias apresentada por Hudson e Day (2019) é compartilhado por Huxsoll (2003) ao destacar que as estruturas internas das democracias permitem frear os avanços do líder em matéria de política externa. As instituições democráticas tornam mais propícias à estabilidade da política externa em oposição as estruturas dos sistemas não democráticos, os quais são mais propícios à mudança de política externa. Essas características estruturais incluem restrições legais e constitucionais relacionadas à conduta do governo, órgãos governamentais e atores envolvidos no processo de tomada de decisão, e os procedimentos institucionalizados para a tomada de decisões de política externa. Em síntese, líderes democráticos enfrentam restrições estruturais mais pesadas do que seus equivalentes autocráticos. A própria natureza das democracias fornece um mecanismo organizado e institucionalizado para difundir autoridade de tomada de decisão, mobilizando a oposição e responsabilizando os tomadores de decisão.

A partir da observação em Huxsoll (2003) sobre a distinção nas tomadas de decisões, é possível separar a política externa de líderes democráticos dos não democráticos, principalmente em razão de ausência de mecanismos de controle, a

²¹ Teoria da Paz Democrática é um conceito elaborado por Oneal e Russett, no qual indica que democracias raramente entrarão em conflito entre si ou ainda ameaçarão umas às outras, desta forma, imperaria uma estabilidade no qual o principal ponto é a ausência de guerras (Mendes, 2012).

partir disto, a propensão de ir à guerra é maior em regimes militares do que em democracias, ponto este compartilhado por Jessica Weeks na obra “*Dictators at War and Peace*” (2014) na qual aponta que democracias avaliam o custo da guerra e os resultados, já que a guerra em si é um tema sensível dentro da sociedade, considerando ainda o custo e o constrangimento no cenário internacional sobre a decisão de se envolver militarmente.

Nesta mesma linha, Weeks (2014) destaca que governos não democráticos nos quais os postos-chave são liderados por militares, estes não observam de maneira nítida os custos de uma guerra, assim como desconsideram o papel da diplomacia. De acordo com a autora, oficiais militares profissionais tendem a manter crenças profundamente enraizadas sobre o papel da força militar nos assuntos internacionais, ou seja, avaliam que o uso da força é mais efetivo que a diplomacia e a construção de ameaças ao *status quo* são mais propensas quando cargos-chave são ocupados por militares e não por civis.

Este ponto pode ser corroborado por Huxsoll (2003), o autor aponta que regimes não democráticos tendem a realizar mudanças mais bruscas na sua política externa em comparação com regimes democráticos, ainda, o autor realiza uma ressalva ao destacar que ainda dentro de regimes não democráticos podem existir posturas distintas com relação a condução das relações exteriores. Para isto, ele utiliza o exemplo do Irã na revolução de 1979, quando acontece a derrubada de Muhammad Reza Shah e assume o aiatolá Kohmeini, a alteração produziu mudanças drásticas na política externa do Irã, mesmo dentro do próprio regime.

Ao discutir a guerra como uma opção de operacionalização das demandas nacionais, os regimes não democráticos baseiam a decisão do conflito no cálculo político para a audiência. Bruce Bueno de Mesquita e Randolph Siverson (1995) apontam que os líderes procuram instrumentos com o objetivo de buscar a sua reeleição, claramente quando o autor indica a reeleição, se refere a que sua manutenção no cargo seja apoiada pela sociedade, isto porque, caso o líder se envolva em uma guerra, seu mandato pode ser encurtado ou prolongado em razão do desempenho deste no conflito. A continuação no cargo pode ser razoavelmente vista como uma recompensa, enquanto a remoção do cargo pode ser vista como punição.

Ainda na construção da audiência, James Fearon (1994) destaca que o ônus interno que o líder tem ao se envolver num conflito é elevado, já que os custos da audiência são um fator importante que permite aos Estados aprenderem sobre a

disposição de um oponente de usar a força em uma disputa. Para o autor, isto concede uma dificuldade de governabilidade, já que o líder pode permanecer preso em uma posição política na qual o recuo na guerra pode representar perdas políticas, neste sentido, este ponto vai ao encontro da sobrevivência do líder no cargo.

Ao aproximar a discussão entre guerra e política externa, ainda em Fearon (1994), é possível observar uma clara distinção entre os custos de audiência e a política externa. Nas democracias, a política externa é feita por um agente em nome dos eleitores que elegeram o líder, estes detêm o poder de sancioná-lo eleitoralmente ou por meio da opinião pública, entretanto, em Estados autoritários, os líderes geralmente são os condutores da política externa. O resultado desta atuação é que nas democracias, em caso de falha das decisões tomadas pelos operadores, o mandatário se compromete a punir o agente por escalar uma crise e depois recuar, evidenciando à audiência que o custo da crise não é do líder. Por outro lado, os líderes de regimes não democráticos, não se comprometem em punir os responsáveis, já que eles são os formuladores e condutores da política externa e conseqüentemente, podem não ser capazes de se comprometer por recuar em uma crise (deixar o poder, por exemplo).

Para compreender ainda mais o líder e o seu papel na alteração da política externa, Mesquita e Siverson (1995) destacam a existência da competição política. A disputa não é um fenômeno inédito ou incomum dentro do jogo político, entretanto, os autores destacam que líderes políticos buscam se manter no poder e muitos dos oponentes na competição pelo poder são integrantes do sistema político do líder, desta forma, todos jogam mediante as regras já definidas. Este ponto conduz a um fator chave na compreensão da alteração das demandas do líder e como este operacionaliza as suas ambições, líderes estão sujeitos à remoção dos seus cargos, seja por oposição interna e/ou externa ou ainda, possivelmente, por alguma combinação dos dois, desta maneira, líderes podem ser removidos por aliados ou o que os autores indicam como "amigos", desta maneira, a remoção se dá em razão dos oponentes temerem para si os custos de permanência do líder no poder.

Mesquita e Siverson (1995) concluem que a decisão dos governos não democráticos de se envolver em uma guerra representa um elevado risco à sobrevivência não somente do líder, mas como do próprio regime, isto em razão que líderes democráticos calculam o seu envolvimento em guerras e se esta pode ser vencida, sem produzir prejuízos severos ao líder. Na avaliação dos autores, as guerras

são endógenas, ou seja, não decorrem uma interpretação realista de sobrevivência do Estado, mas sim da necessidade de alguém se manter no poder, assim, a guerra consegue captar a audiência interna e desenvolver o princípio que o líder preza pela segurança do Estado (este ponto se confunde com a busca por políticas que o mantenham no poder contra a oposição doméstica). O desejo de manutenção no poder, fornece o elo entre as ameaças e incertezas do sistema internacional e os inevitáveis imperativos de afastar a oposição doméstica.

Este ponto é reforçado por Weeks (2012), segundo a autora, as Juntas Militares possuem uma visão distinta sobre o conceito de conflito e isto emerge da formação dos militares. Membros das forças armadas que trabalham em governos autoritários, são socializados a ver o uso da força militar como procedimento operacional padrão, ou seja, a resolução de demandas internas se dá através do uso da força e isto não necessariamente pode ser traduzido para a contenção de ameaças internas, mas também para elencar as ameaças externas e como estas podem afetar a integridade do Estado.

Esta construção acerca da visão do uso da força é fundamental, ainda em Weeks (2012), a autora aponta que, com o objetivo de persuadir os líderes militares a avaliarem as suas decisões e reconsiderarem as suas ameaças, os diplomatas buscam persuadir estes que as ameaças não são iminentes. Em contraste, às vezes, serão necessárias fortes demonstrações de força por parte do corpo diplomático nacional para convencer as juntas militares dos altos custos do uso da força.

Na obra "*Dictators at war and peace*", Weeks (2014) aponta para a beligerância em regimes não democráticos a partir de uma leitura de guerras diversionistas, assim, a autora considera que os Estados podem se envolver em conflitos para mudar o foco da audiência sobre problemas internos, ou seja, a decisão de um líder em terceirizar o foco decorre do princípio de sobrevivência política. Nesta linha, a autora destaca que as ações diversionistas separam a lógica de conflito e foco entre democracias e regimes autoritários sobre ele, isto porque em matéria de oposição e suporte interno, as democracias possuem mecanismos de peso e contrapeso que permitem produzir uma oposição em relação a uma alteração na conduta e ainda, instituições que realizam a mediação dos processos. Por outro lado, regimes não democráticos não possuem as mesmas estruturas internas de oposição, desta forma, o líder toma as decisões sobre correção de rumo ou as ações a serem realizadas.

Outrora, Weeks (2014) destaca que a postura beligerante não é algo igual em todos os regimes autoritários, isto porque mesmo diante de uma leitura que estes regimes são liderados por militares, os cálculos que incidem no envolvimento em conflitos são distintos, ademais da percepção que estes possuem sobre as audiências. Diante do exposto, se observam distinções na maneira como os líderes de regimes não democráticos avaliam a pressão interna e as disputas de poder dentro do país.

Dentro da propensão de conflito, Weeks (2014) elenca que as ambições dos governos não democráticos não diferem das democracias, isto porque a incidência de fatores como a geopolítica, relação econômica e fronteiras são elementos que podem conduzir à guerra. Os pontos destacados pela autora podem levar à hostilidades militares, neste sentido, a propensão de conflito não difere quando os fatores que justificam a guerra são em decorrência de projeção internacional.

Os apontamentos realizados pelos autores evidenciam que regimes não democráticos possuem uma propensão a iniciarem conflitos maior que os regimes democráticos, isto porque fatores como disputas internas, audiência e sobrevivência integram as razões pela busca de eventos que produzam aglutinamento social, comoção e apoio ao líder. É importante agregar que a busca pela construção de um inimigo e a conseqüentemente decisão de ir à guerra permite alterar o cenário interno e o foco da audiência em relação aos problemas internos que o regime sofre. A próxima seção do capítulo busca se debruçar sobre os aspectos da política externa com relação as Ilhas Malvinas.

4.2 POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA E AS ILHAS MALVINAS/FALKLANDS NO PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL

Com a alteração de poder no país, através da remoção de Maria Estela Martinez de Perón em 1976, foi observada uma mudança na condução da política externa argentina, isto porque o governo militar tinha objetivos e alinhamentos distintos do governo deposto. Em um primeiro momento, a preocupação dos militares era a consolidação do golpe, assim, o uso da repressão contra opositores do regime foi uma ferramenta amplamente utilizada pelos militares assim como violações constantes dos Direitos Humanos. Estas ações violentas levaram a fortes condenações por parte dos Estados Unidos com relação ao tratamento dos opositores

do regime, impactando consideravelmente no projeto econômico dos militares, já que mesmo com a abertura das fronteiras para o capital estrangeiro, este não confiava nas ações do governo militar em buscar melhorar a imagem do país diante das ações violentas contra civis (Gomez; Bjerg, 2010).

No campo da política externa argentina, Federico Gomez e Cristen Bjerg (2010) ressaltam duas aproximações importantes: Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No tocante às relações com os Estados Unidos, elas atravessaram dois momentos: o primeiro deles foi durante a gestão de Jimmy Carter, na qual a observação aos Direitos Humanos era maior, em virtude disso, o congresso estadunidense aprovou em 1978 a emenda Humphrey-Kennedy a qual negava o apoio dos Estados Unidos a países que violassem Direitos Humanos. A emenda transitava em áreas como por exemplo: venda de armas, empréstimos e treinamento ao efetivo militar dos países aliados por parte de instrutores das forças armadas estadunidenses. Entretanto, em 1981 com a ascensão de Ronald Reagan ao poder, a preocupação do líder republicano era a contenção da ascensão da esquerda e de grupos subversivos na América Latina e no Oriente Médio. A mudança de governo nos Estados Unidos alterou as relações com a Argentina, o que reativou a possibilidade de aquisição de armas.

A outra aproximação importante foi com a União Soviética, isto porque em matéria de pragmatismo, não haveria lógica em que um governo militar buscasse manter relações com um país de orientação socialista (ponto combatido internamente na Argentina pela Junta Militar). O governo adotou uma postura comercial e não concordou com o embargo de cereais conduzido pelos Estados Unidos e buscou se aproximar comercialmente de Moscou, entretanto, com a ascensão de Galtieri no final de 1981, a aproximação em demasia com os Estados Unidos, estes movimentos impactaram nas relações diplomáticas entre argentinos e soviéticos (Gomez; Bjerg, 2010)

No campo regional, o governo militar não construiu uma agenda de política externa com os países próximos. As relações com os países vizinhos eram mantidas numa lógica somente limítrofe, sem a busca por aproximação, a evidência deste distanciamento foi evidente na disputa entre Argentina e Chile sobre os limites territoriais dos espaços circundantes das ilhas Pícton, Lenox e Nueva, isto porque o governo militar não reconheceu os limites estabelecidos no laudo do Tribunal Arbitral em 1977. Em razão do episódio, havia um planejamento de invasão pela via militar

das Ilhas objetivando a sua recuperação, entretanto, a mediação papal evitou que a disputa evoluísse para um conflito armado. Ademais do episódio chileno, a Argentina não dialogou com o governo do Paraguai acerca do uso compartilhado dos cursos hídricos, negociando somente em 1979. Nitidamente, o governo militar construiu uma política externa baseada em um eixo global, desconsiderando o regional, a qual alternou de fases nas alterações de liderança da Junta, de um viés multilateral em Videla e Viola para um Bilateral com Galtieri (GOMEZ; BJERG, 2010).

Entretanto, o caso argentino evidenciou claramente as distinções elencadas na seção anterior deste capítulo. Carlos Moneta (1982) aponta que um dos grandes problemas que a política externa argentina enfrentou foi a diversidade de atores envolvidos na sua formulação e na tomada de decisões, para destacar isso, o autor aponta a existência dentro do Processo de dois grandes centros de decisão em matéria de política externa: 1) as próprias forças armadas, divididas segundo o autor em dois subgrupos: a) a Junta Militar e seus respectivos Estados Maiores b) a ocupação dos principais postos do Ministério de Relações Exteriores e Culto por parte de militares; o segundo centro 2) o Ministério de Economia (este com grande apoio dos altos comandos militares), decidia quais acordos poderiam ser assinados e com quais países a Argentina deveria se aproximar, isto com o objetivo de atender as suas demandas econômicas e não as da chancelaria.

De acordo com Moneta (1982), um terceiro grupo trabalhava na formulação da política externa, neste caso, os próprios funcionários de carreira do Ministério das Relações Exteriores, no entanto, com voz menos ativa que o dois grupos prioritários supracitados. Estes grupos faziam com que a tomada de decisões tivesse uma elevada complexidade, isto porque muitas vezes as escolhas obedeciam a critérios de governo e não de Estado, assim como interesses particulares dos tomadores de decisão.

Os apontamentos supracitados são compartilhados por Federico Gomez e Cristen Bjerg (2010) ao destacar que distinto de governos democráticos, os quais possuem instituições claras e mecanismos de tomada de decisão que permite uma avaliação contundente das ações, governos autoritários, como no caso argentino, possuem grupos reduzidos e fechados de tomada de decisão e negociação. Outro impacto destacado é que suas decisões estão apoiadas no compartilhamento ideológico e na possibilidade de ascensão na hierarquia ou ainda, mais

especificamente no caso da Argentina, na sobrevivência política dos envolvidos no processo.

Ao dialogar sobre a política externa argentina, e no caso desta pesquisa, sobre o direcionamento das ações diplomáticas em relação as Ilhas Malvinas/Falklands, é necessário destacar as ações no campo da política externa que antecedem o início do governo militar, isto porque diálogos bilaterais com relação a disputa entre Argentina e Reino Unido a partir de 1965 foram fundamentais para alguns avanços entre os dois países. Durante os governos democráticos na Argentina, a busca pela construção de pontes com o objetivo de alavancar negociações mais sólidas foram o ponto chave que norteou as tratativas com o Reino Unido.

A busca por novos eixos de poder, seja no campo econômico quanto no político, se estenderam durante a liderança de Videla, Viola e Galtieri e se replicaram na busca por apoios à demanda das Ilhas Malvinas/Falklands, desta maneira:

Con respecto a las políticas desarrolladas con los Estados Unidos e Inglaterra, la diplomacia del centro militar y del centro económico coinciden durante la mayor parte del período, intentando apoyarse mutuamente. Así, se realizan gestiones destinadas a establecer sólidos vínculos con los sectores militares del Gobierno de la Administración Reagan por parte de los Presidentes y altos jefes de las Fuerzas Armadas argentinas, mientras que el Ministro de Economía realiza un ejercicio equivalente con el sector financiero norteamericano (Moneta, 1982, p. 368)²².

A aproximação com os Estados Unidos buscava agregar um suporte econômico para o projeto de desenvolvimento dos militares. Dentro da lógica das Ilhas Malvinas/Falklands, o apoio de Washington permitiria pressionar Londres por uma solução, por outro lado, Viola buscou se aproximar do governo britânico de maneira diplomática a fim de encontrar pontos em comum para avançar nas propostas de acordos em relação ao domínio soberano sob o arquipélago.

De acordo com Moneta (1982), o primeiro período (1965-1975) compreendia uma procura pela elaboração de propostas de maneira bilateral com o objetivo de estabelecer comunicação e transporte entre os moradores das Ilhas e o continente (no caso, a Argentina), isto incluía transporte aéreo, fornecimento de combustível e

²² Tradução nossa: No que diz respeito às políticas desenvolvidas com os Estados Unidos e a Inglaterra, a diplomacia do centro militar e do centro econômico coincidiram durante a maior parte do período, tentando apoiar-se mutuamente. Assim, estão a ser envidados esforços para estabelecer laços sólidos com os sectores militares do Governo da Administração Reagan por parte dos Presidentes e altos dirigentes das Forças Armadas Argentinas, enquanto o Ministro da Economia realiza um exercício equivalente com o sector financeiro norte-americano.

por fim, colaboração educacional. Todas estas ações tinham o objetivo de desenvolver canais de cooperação avançada entre a Argentina e o Reino Unido buscando a construção de relação com os ilhenhos e conseqüentemente, concordarem com a restituição da soberania por parte do Reino Unido.

Este primeiro momento foi uma vitória da diplomacia argentina em buscar aumentar o diálogo com organizações que concedessem espaço e força política para a demanda nacional, assim, em 16 de dezembro 1965, é aprovada a resolução 2065 da Organização das Nações Unidas na qual destaca e evidencia a existência de uma disputa territorial de caráter colonial. Anteriormente a Organização das Nações Unidas já havia aprovado a resolução 1514 (XV) de 14 de dezembro de 1960 denominada de Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais²³ a qual instava os Estados a procurarem negociar suas disputas territoriais, assim, a resolução 2065 reconhecia que a disputa territorial entre Argentina e Reino Unido era de índole colonial e o reconhecimento por parte da organização provocava a busca por encerrar a disputa (Argentina, 1982)²⁴.

A pressão através da resolução da Organização das Nações Unidas, fez com que o Reino Unido procurasse negociar a soberania, inclusive destacando a ideia de que eles estavam prontos para a cessão das Ilhas. No entanto, este ponto foi refutado de maneira contundente por parte da população residente nas ilhas, já que não se identificavam como argentinos, mas sim como britânicos e a partir deste apontamento dos residentes, as negociações por parte dos britânicos sempre se sustentaram na ideia que dependiam da vontade local para avançar nas negociações, ou seja, a autonomia das lideranças políticas no Reino Unido era reduzida. Por outro lado, a Argentina buscou desenvolver uma política de boa vizinhança, dando suporte aos residentes, como citado anteriormente, com o objetivo de construir a confiança com os residentes das Ilhas Malvinas/Falklands (Argentina, 1982)²⁵.

O segundo momento de acordo com Moneta (1982), compreende um período já no governo militar (1976-1983) com a busca pelo restabelecimento dos diálogos

²³ A declaração tinha como objetivo a livre determinação como o direito dos povos do mundo “a determinar livremente sua condição política e perseguir livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.” (Cerqueira, 2023, s.p).

²⁴ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 34

²⁵ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 36

bilaterais com o objetivo de construir alianças sólidas ao ponto de o Reino Unido devolver o domínio das ilhas à Argentina. De acordo com documentações desclassificadas pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, a visão que existia sobre a disputa era distinta entre os islenhos, isto porque estes, ademais de assumirem a postura de se identificarem britânicos, não sabiam o alcance da dimensão da demanda por parte dos argentinos e a articulação governamental que existia internamente sobre a demanda (Foreign relations of the United States, 2015)²⁶.

Diante desta segunda etapa, o governo militar buscou um avanço maior na agenda de negociação alicerçada principalmente nos apontamentos realizados pela Organização das Nações Unidas através da resolução 2065 do Conselho de Segurança que instava os dois países a negociar. A partir de 1979, o governo Videla, através do Chanceler Cavándoli, procurou retomar as negociações, esta postura foi compartilhada pelo partido conservador britânico que igualmente buscava acelerar as negociações, em razão disto, o governo militar buscou intensificar a agenda e a construção de um cronograma de trabalho contínuo com o objetivo de prontamente resolver a disputa (Argentina, 1982)²⁷. Este ponto se apresenta fundamental a partir da visão política da disputa, o Telegrama 0200Z do Departamento de Estado à Embaixada dos EUA na Argentina, pontuava que a Argentina possuía duas travas e que após a solução destes litígios, os militares poderiam devolver o controle do país aos civis: a primeira delas era o Canal de Beagle e a segunda as Ilhas Malvinas/Falklands (Foreign relations of the United States, 2015)²⁸. Isto evidencia o uso político do tema Malvinas/Falklands por parte dos militares.

Durante o processo de negociação, ainda na gestão Videla, a o governo militar e o governo britânico conseguiram alcançar pontos importantes. O primeiro era que os interesses argentinos deveriam ser considerados e que deveriam alcançar uma solução, o outro ponto era que o Reino Unido, através do Foreign and Commonwealth Office, destacou a possibilidade de encontrar soluções. Por outro lado, a chancelaria britânica reconhecia a dificuldade do processo em razão da força do *lobby* interno dos

²⁶ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Foreign Relations of the United States, 1981–1988**. Washington: Government Printing Office, 2015. 998 p. v. XIII. P 3-10

²⁷ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 36-37

²⁸ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Foreign Relations of the United States, 1981–1988**. Washington: Government Printing Office, 2015. 998 p. v. XIII. P. 12

residentes das ilhas ademais das pressões dos parlamentares britânicos, os quais poderiam pressionar pelo abandono das negociações, neste aspecto, pontua-se a relutância por parte da Primeira-Ministra Margaret Thatcher em continuar com as negociações (Argentina, 1982)²⁹.

Numa clara distinção entre as ações internas e externas do governo militar, o tratamento em relação a integridade e direitos humanos era distinta no plano doméstico. Na proposta para os britânicos em relação aos Ilhenhos, o Informe Rattenbach (1982, p. 41) aponta que a “Argentina tinha o propósito de tomar todas as precauções para assegurar e garantir o bem-estar dos ilhenhos, não somente dentro do marco delimitado pelas ilhas, mas também em todo o território nacional”, este ponto evidenciava a busca do governo militar em garantir independente do custo, a recuperação do espaço. Estas ações permitiriam angariar o apoio interno acerca das decisões tomadas com relação à disputa.

Dentro dos diálogos bilaterais, um dos pontos mais altos durante a negociação foi a agenda construída na reunião em Genebra entre Cavándoli e Ridley, no encontro foram apresentadas propostas com o objetivo de encontrar soluções para o início do processo de transferência soberana, as tratativas incluíam a administração conjunta, cooperação e retirada de tropas militares das Ilhas Malvinas/Falklands. Dentro do âmbito das propostas, a apresentação britânica possuía elementos contundentes (acima citados), considerando que estes haviam sido avaliados pelo gabinete da Primeira-ministra, a proposta britânica apresentava um elemento chave para o governo militar: o reconhecimento e transferência de soberania. Por outro lado, o ponto mais delicado da proposta era convencer os residentes nas Ilhas sobre o projeto do Foreign and Commonwealth Office (ARGENTINA, 1982)³⁰.

Por outro lado, a percepção do parlamento britânico era distinta da conduzida pelo Foreign and Commonwealth Office. A visão cooperativa conduzida pela diplomacia britânica e a busca constante de uma solução para a disputa, contrastava com a posição contrária do parlamento britânico em construir um diálogo com a Argentina e ainda do projeto de arrendamento. Parlamentares de oposição e de

²⁹ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 37-39

³⁰ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 39

situação concordavam que o Estado possuía o dever de proteger os ilhenhos e que deveria ser honrada a memória dos primeiros migrantes britânicos que ocuparam as Ilhas Malvinas/Falklands, desta forma, o parlamento solicitava a imediata suspensão das negociações e um congelamento das tratativas com a Argentina (House of Commons, 1980)³¹.

A partir da negativa por parte do Parlamento britânico, o Informe Rattenbach apresenta uma virada na postura política, isto porque após o movimento dos parlamentares, o governo militar questionava a possibilidade de avanços por parte do chanceler britânico. O informe aponta que a Argentina não concordava com a posição de congelamento das negociações por 10 anos e a impaciência entre os militares sobre o lento progresso nas negociações, conduzia a que os militares estavam dispostos a cancelar qualquer tipo de cooperação em andamento caso a pauta de reivindicação de soberania não fosse considerada de maneira séria por parte dos britânicos (Argentina, 1982)³².

Neste sentido, o telegrama do Departamento de Estado dos Estados Unidos de 3 de março de 1981 reforça a ideia do congelamento, entretanto, com o objetivo de evitar um confronto direto com a Junta Militar, o Reino Unido considera trabalhar na tática de manter o diálogo, evitando o esfriamento das relações, mas sem comprometimento imediato. A ação britânica permitia evitar ações sem precedentes por parte da Argentina, mas também, evitar a suspensão definitiva das tratativas de solução, entretanto, continuava em avaliação a proposta de arrendamento, ponto este de grande discordância pelos residentes nas Ilhas (Foreign relations of the United States, 2015)³³. Os argumentos apresentados pela diplomacia estadunidense evidenciam que ambas as partes buscavam atender as suas respectivas audiências, já que pelo lado da Argentina, os jornais noticiavam as reuniões mantidas entre ambos os países na Organização das Nações Unidas em 1981 e mostravam para a sociedade argentina a postura do governo militar. Pelo lado britânico, o governo buscava atender seu eleitorado através das manifestações no parlamento, assim

³¹ HOUSE OF COMMONS. Discurso do Secretário de Estado Nicholas Ridley. ATA DA SESSÃO DA CÂMARA DOS COMUNS, 1980, Londres. [...]. Londres, 1980. 6 p. v. 995. P. 128-134

³² ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 43

³³ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Foreign Relations of the United States, 1981–1988**. Washington: Government Printing Office, 2015. 998 p. v. XIII. P. 13

como, apresentar para a audiência da oposição ao governo Thatcher que os parlamentares não abandonariam os ilhenhos.

Os apontamentos sobre as negociações destacam que durante o período em que Videla ocupou a liderança da nação, buscou construir uma agenda e soluções para a disputa. A mobilização diplomática por parte do governo argentino evidenciou uma busca por uma solução pacífica atendendo todas as demandas, sejam argentinas ou britânicas, sem a necessidade do uso da força. A mensagem transmitida era que a Argentina, mesmo com um governo militar, possuía uma visão clara das relações exteriores e as consequências de medidas mais drásticas com relação as Ilhas Malvinas/Falklands.

As análises realizadas pela diplomacia estadunidense evidenciam que existia no final do período da presidência de Videla uma inquietação interna no governo em encontrar uma solução para o litígio. A possibilidade de congelamento era amplamente descartada e a Argentina avaliava o projeto de arrendamento proposta pelos britânicos, as discussões entre ambos os países sempre atravessaram períodos cíclicos de melhora ou piora, desta forma, qualquer progresso seria considerado com cautela (Foreign relations of the United States, 2015)³⁴.

A alteração na liderança do governo militar argentino, apresentou um cenário distinto em matéria de eventos que impactariam na política externa argentina. Ao apontar as contribuições da política externa do governo Viola, fica evidente de acordo com o Informe Rattenbach (1982)³⁵, que a brevidade do período de governo acompanharia também uma redução do espaço de negociação entre argentinos e britânicos. A disputa com o Chile pelo Canal de Beagle ocuparia grande parte da agenda de política externa do país assim como uma articulação da diplomacia argentina, entretanto, os documentos desclassificados estadunidenses apresentam uma postura mais incisiva com relação das Ilhas Malvinas/Falklands (Foreign relations of the United States, 2015)³⁶. O novo posicionamento argentino é destacado no parágrafo 61 do Informe Rattenbach, o qual indica “uma negociação acelerada, dada que a situação colonial resultava em um anacronismo inaceitável e insustentável para

³⁴ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Foreign Relations of the United States, 1981–1988**. Washington: Government Printing Office, 2015. 998 p. v. XIII. P. 15-17

³⁵ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 45

³⁶ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Foreign Relations of the United States, 1981–1988. Washington: Government Printing Office, 2015. 998 p. v. XIII. P. 22-23

a dignidade da nação Argentina” (Argentina, 1982, p. 46), isto é apoiado no Anexo II/16 ao indicar que a falta de uma negociação contundente impacta no desenvolvimento econômica das ilhas, entretanto, o documento aponta que a Argentina ainda buscava a negociação como um caminho para a solução da disputa.

Um ponto em comum que é levantado tanto pelo Informe quanto pelos documentos desclassificados dos Estados Unidos é que o Reino Unido apresentava um objetivo parcial de resolução, sendo este por parte da diplomacia britânica. Isto porque o lobby realizado pelos islenhos, assim como a sensibilidade da pauta Ilhas Malvinas/Falklands dentro do parlamento era muito sólido e forte, assim, de acordo com o Anexo II/17, fica evidente que as posições dos dois países eram distintas (ARGENTINA,1982)³⁷, e que os apontamentos da diplomacia dos Estados Unidos corroboram as percepções distintas sob a mesma pauta.

Dentro da leitura da política externa dos governos de Videla e Viola, houve uma transição da postura da Argentina. Videla buscou a construção de relações sólidas através da cooperação entre as ilhas e o continente com o objetivo de construir laços sociais com os islenhos, soma-se a procura em avançar em negociações solidas com o Reino Unido. Na gestão de Viola, a Argentina pressionou por soluções contundentes, entretanto, a disputa pelo Canal de Beagle com o Chile ocasionou um distanciamento da agenda Malvinas com a diplomacia britânica, entretanto, no final de 1981, apresentavam-se sinais da ruptura e da mudança de postura da Argentina, estimulada fortemente pela derrubada de Viola e a ascensão de Leopoldo Fortunato Galtieri.

O governo Galtieri apresentava sinais de mudança de comportamento em relação as Ilhas Malvinas/Falklands. De acordo com o Informe Rattenbach (1982)³⁸, o presidente havia mencionado ao Ministro das Relações Exteriores, Nicanor Costa Mendez a possibilidade de o regime considerar medidas drásticas em relação à disputa, ou seja, avançar além da diplomacia. Este ponto vai ao encontro com a análise realizada pelo Departamento de Estados dos Estados Unidos, na Nota Editorial do mês de fevereiro, destaca a percepção britânica sobre a mudança de

³⁷ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 46

³⁸ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 45-46

postura no governo argentino, assim, o Ministro de Estado para Assuntos Exteriores e da *Commonwealth* Richard Luce apontava que

Os argentinos, disse ele, estavam mais espinhosos do que nunca. O novo regime em Buenos Aires soava mais agressivo. Ela se concretizou em uma atitude mais agressiva em relação ao Chile pelo Canal de Beagle, e as negociações das Malvinas poderiam facilmente seguir o mesmo caminho, em detrimento de todos (Foreign relations of the United States, 2015, s.p. tradução nossa)³⁹.

Na avaliação realizada pelo diplomata britânico, ele utiliza a expressão *hawkish* para definir que a nova postura argentina possuía conotações de “política de falcão”, este conceito deriva do princípio de que alguns líderes possuem posturas políticas mais agressivas, e que optam pela via bélica para resolução de litígios (Heffington, 2013).

A postura beligerante do governo Galtieri é confirmada no parágrafo 65 do Informe Rattenbach ao indicar que o governo avaliava uma ocupação militar das ilhas, ainda era um planejamento sem data prevista, sem a necessidade de apoio diplomático. Por outro lado, a posição de desconhecimento e de busca diplomática por parte do Ministro Costa Mendez contrasta com o apontamento do parágrafo 69 do Informe no qual se destaca que a Argentina mantinha o direito de encerrar os diálogos bilaterais e escolher o melhor procedimento que esteja de acordo com os interesses da nação (Argentina, 1982)⁴⁰.

Ao avaliar a postura argentina a partir dos documentos desclassificados britânicos, o telegrama 671 de 1 de março de 1982 apresenta que de acordo com a análise dos diplomatas em Londres, o governo militar de Galtieri possuía uma proposta mais agressiva e da busca de soluções de litígios pela via violenta. O documento agrega que após um longo período de negociações sem avanços contundentes, os militares argentinos se mostravam impacientes diante da ausência de resultados concretos, entretanto, acreditavam que a Argentina não abandonaria as negociações (Margaret Thatcher Foundation, 2012).

Os pontos supracitados reforçam o posicionamento do General Galtieri e do Almirante Jorge Anaya. O parágrafo 84 do Informe aponta que estes já possuíam

³⁹ Texto original: The new regime in Buenos Aires was sounding more hawkish. It came through in a more aggressive attitude toward Chile over the Beagle Channel, and the Falklands negotiations could easily go the same route, to the disadvantage of all concerned.

⁴⁰ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 46

intenções de realizar uma operação militar nas Ilhas Malvinas, o Informe nas conclusões preliminares no campo diplomático, considera que o projeto de ambos os militares tinha como objetivo forçar o Reino Unido a negociar através da pressão militar. O projeto de ambos os militares será reforçado a partir da incorporação do General de Brigada Lami Dozo em janeiro de 1981. Os apontamentos supracitados denotam que anteriormente a ascensão de Galtieri ao poder, eles já consideravam um projeto sob as Ilhas Malvinas/Falklands e que a condução diplomática por parte da Argentina, desagradada a cúpula militar, antes de assumirem o poder (Argentina, 1982)⁴¹.

Em linhas gerais, se observa uma oscilação no processo de negociação entre ambos os países, os quais transitaram entre momentos de diálogo contínuo e outros mecanismos de comunicação, assim como de uma lentidão política. A Argentina durante as gestões de Videla e Viola buscou se aproximar de Londres com o objetivo de alcançar uma solução para a demanda nacional, buscando isso através de uma linha de trabalho amparada principalmente na diplomacia, para isso, a atuação do Ministério de Relações Exteriores da Argentina desempenhou um papel fundamental. Com a ascensão de Leopoldo Galtieri, há uma mudança de postura, com a condução mais agressiva das negociações e isso é observado nos apontamentos dos documentos desclassificados. Desta forma, a próxima subseção busca destacar as rupturas e falhas na política externa Argentina durante o regime no que tange à demanda.

4.2.1 Falhas e rupturas na política externa da Junta Militar sobre as Ilhas Malvinas/Falklands

Os documentos desclassificados evidenciam sucessivos eventos em que situações são repetidas sem avanços contundentes. Lawrence Freedman na obra *The Official History of the Falklands* (2005), ao se debruçar sobre a documentação britânica existente, apresenta que um dos pontos complexos da negociação era o papel dos Islenhos e as pressões exercidas por estes nos diálogos bilaterais. O

⁴¹ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final ("Informe Rattenbach")**. Buenos Aires, 1982. P. 47

governo britânico buscou sucessivamente, inclusive antes da instauração do governo militar argentino, pontos em comum entre os residentes nas ilhas e os argentinos, para o autor, isto era uma falha muito grande, primeiro porquê de maneira lógica, não haveriam pontos em comum entre eles e o segundo ponto é que o governo britânico não assumia compromissos sólidos diante da disputa porque sempre permanecia na lógica de lançar a responsabilidade sobre todas as ações e decisões à vontade dos islenhos.

Ao cruzar este ponto com os documentos argentinos, principalmente as atas de reuniões entre ambas as delegações, ficam claros os destaques do autor, já que eram um dos grandes impeditivos para o avanço das negociações assim como de propostas claras e sólidas apoiadas principalmente nas decisões já proferidas pela Organização das Nações Unidas que instavam os dois países a encontrarem uma solução. Assim, o Apêndice 4/II/19 volume I do Informe Rattenbach intitulado Ajuda Memória (atas) sobre as sessões de negociação da reunião celebrada em Nova York em 26 e 27 de fevereiro de 1982 destaca como elemento chave o ponto supracitado: a vontade dos islenhos. Quando a delegação da Argentina questiona que em 16 anos de negociação (considerando governos democráticos e não democráticos), todas as propostas argentinas foram recusadas sem justificativas e em todos os momentos os representantes britânicos apontaram a importância da vontade dos islenhos no processo. Mesmo com a busca pela Argentina de encontrar pontos em comum e de construir mecanismos de auxílio junto a eles com o objetivo de desenvolver confiança mútua, as ações esbarravam na menção à vontade dos islenhos (ARGENTINA, 1982)⁴².

A avaliação realizada pelos britânicos era que a complexidade das negociações era sensível para ambas as partes. O Telegrama 671 de 2 de março de 1982, citado anteriormente no caso das decisões de Nicanor Costa Mendes, aponta pelo lado britânico que a partir da reunião celebrada em Nova York e que coincide com a ata acima, destaca a dificuldade de alcançar progressos, isto se devia a que por um lado, a busca de cada governo em procurar resolver era distinta, a pressão parlamentar e a necessidade de incluir os Islenhos em cada ponto dialogado, produzia travas constantes nas negociações (Margaret Thatcher Foundation, 2012).

⁴² ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final ("Informe Rattenbach")**. Buenos Aires, 1982. P. 48-50

Com base nos documentos, a avaliação realizada através das informações desclassificadas pelos Estados Unidos e pela Argentina, a diplomacia argentina não abordou corretamente a capacidade de pressão que possuía, isto porque mesmo com o memorando da Organização das Nações Unidas instando os dois países a negociarem, o Informe aponta que havia uma falta de vocação por parte do governo britânico em avançar e a Argentina não explorou as pressões institucionais já construídas na organização (Argentina, 1982)⁴³.

O Informe aponta três pontos que foram as travas para avanços maiores e que em grande parte foram responsáveis pela inércia: Rigidez britânica, Influência dos Kelpers e o Lobby pro-ilhas dentro do Parlamento buscando maior presença militar. Estes destaques eram conhecidos pela Junta Militar, entretanto, diante do impasse de negociações, a diplomacia argentina buscou uma ação mais agressiva com o objetivo de pressionar e retomar as negociações (capítulo III) (Argentina, 1982). Entretanto, a percepção britânica foi distinta, o Telegrama nº 57 do *Foreign Office* abordava a insustentabilidade do status das negociações e que poderiam escalonar para o uso da força, assim, na análise britânica, a Argentina considerava alternativas, desta forma, a pressão não foi interpretada como esperado, mas visto como ameaça (Margaret Thatcher Foundation, 2015).

Assim, em matéria de falhas, a Junta Militar não procurou ir além dos meios diplomáticos multilaterais, buscando pressionar nas instâncias na qual a Argentina estava presente politicamente. Neste ponto, o Informe apresenta que a Argentina possuía algumas falhas de política externa, algumas oriundas já das gestões militares anteriores ao Galtieri e outras durante a gestão de Galtieri. No caso de Videla e Viola, havia um número considerável de países, principalmente europeus, que refutavam consideravelmente todas as iniciativas, seja em fóruns multilaterais ou através de relações bilaterais, em decorrência das violações de Direitos Humanos. Já na gestão Galtieri, pesavam as denúncias de presença de tropas argentinas em Nicarágua e um ponto delicado: a falta de comprometimento com os países do terceiro mundo, isto porque entre os membros não-permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, havia 6 países não-alinhados (Argentina, 1982).

⁴³ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final ("Informe Rattenbach")**. Buenos Aires, 1982. P. 52

Estas falhas evoluíram para uma ruptura na condução da política externa do país em relação à demanda.

Ao observar a quebra de continuidade nos diálogos bilaterais, assim como na postura da chancelaria, fica evidente a maneira como o governo Galtieri observava as relações internacionais. De acordo com o Informe, o Ministro Costa Mendez não assessorou em nenhum momento o Comitê Militar acerca das consequências pela escolha da via militar, assim como não apresentou o cenário que o país possuía em órgãos como o Conselho de Segurança e a posição dos Estados Unidos em relação a disputa. Esta ausência de comunicação impactou também internamente no ministério ao não fornecer as informações adequadas e precisas aos embaixadores nos postos da Organização das Nações Unidas e em Londres, desta forma, ao não receberem informações claras, transmitiam a ideia de esconderem informações, aumentando a desconfiança britânica (Argentina, 1982)⁴⁴

No que concerne a comunicação e a investigação, o Informe destaca que no mês de maio de 1982, seria desativada uma parte substancial da força naval de superfície nas Ilhas Malvinas/Falklands. Esta informação não foi remetida para o embaixador Ortiz de Rosas, representante argentino em Londres, o qual poderia confirmar ou refutar a informação, isto teria mudado completamente a escolha da data da intervenção no arquipélago, desta maneira, denota-se as falhas de comunicação dentro do próprio governo (Argentina, 1982)⁴⁵.

As modificações na condução da política externa podem ser compreendidas através da leitura realizada por Magdalena Lisińska (2019), a autora destaca que postos-chaves nos ministérios eram ocupados por militares, no caso da chancelaria. O Exército possuía uma influência contundente na tomada de decisões do ministério e na formulação das ações externas, conseqüentemente, com a ascensão de Galtieri ao poder, e este sendo do Exército, a influência exercida na diplomacia argentina, seria maior, assim, a capacidade analítica do ministério era militar e não civil, o que comprometia a observação dos aspectos diplomáticos do país.

A postura mais beligerante do governo Galtieri em matéria de política, o planejamento elaborado anteriormente sobre uma alternativa militar de recuperação

⁴⁴ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final ("Informe Rattenbach")**. Buenos Aires, 1982. P. 52-53

⁴⁵ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final ("Informe Rattenbach")**. Buenos Aires, 1982. P. 52-53

das ilhas, a divisão interna na Junta pré-Galtieri e a busca pela retomada das ações opressivas e de violência com a sociedade, como apontado no capítulo 2, evidenciavam a mudança de postura no novo governo militar para alcançar seus objetivos.

4.3 CONCLUSÕES PRELIMINARES

O presente capítulo buscou se concentrar e debruçar na política externa de maneira geral, assim, em um primeiro momento, foi destacada a construção da agenda de política externa em regimes não democráticos, isto porque em algumas nações há uma continuidade dos alinhamentos já construídos por governos democráticos, buscando enfatizar que houve uma mudança na liderança, mas esta, mesmo sendo distinta da anterior, busca manter uma agenda de política exterior de Estado e não de governo. Por outro lado, a visão beligerante em regimes não-democráticos e a construção de uma política externa em torno de guerras, é maior do que em democracias, isto leva a que a guerra seja um instrumento de legitimação política, assim como a própria agenda construída, ou seja, os alinhamentos podem denotar perante a sociedade que a ameaça amplamente combatida por lideranças militares, pode ser um aliado externo, no caso argentino, a aproximação com a União Soviética. Entretanto, pode, perante a sociedade, representar uma contradição, neste sentido, a agenda de política externa em regimes não democráticos, pode alterar de maneira contundente, ainda, se agrega que postos-chaves dentro da gestão da chancelaria, muitas vezes são ocupados por militares, conseqüentemente, as decisões e os próprios tomadores de decisão assumem uma postura militar e não de diplomacia.

No caso da Argentina, a segunda parte do capítulo apontou a condução da política externa do país especificamente no caso da Ilhas Malvinas/Falklands com o objetivo de verificar os pressupostos bibliográficos citados anteriormente neste capítulo e o evidenciado é que a Argentina construiu uma política exterior em matéria de governo militar a qual era pragmática, buscou a aproximação com o Reino Unido, destacando principalmente civis na função, negociou com Londres e possuía um cenário claro do que almejava, as gestões de Videla e Viola buscaram a negociação através do diálogo, mais enfaticamente a gestão de Videla, colocando Malvinas/Falklands no ponto central das discussões de política externa. Os

presidentes supracitados, mesmo com a brevidade do mandato de Viola, souberam conduzir a demanda sobre as Ilhas através de uma leitura e aplicabilidade da diplomacia e o ponto principal, com autonomia. Por outro lado, a gestão diplomática de Galtieri era baseada em um alinhamento com os Estados Unidos, uma dependência pela opinião dos estadunidenses com relação as Ilhas Malvinas/Falklands ademais de não buscar os alinhamentos já existentes e tirar proveito das agendas construídas junto ao Foreign and Commonwealth Office, procurou utilizar a diplomacia como mecanismo de atenção primária para o verdadeiro fato: a decisão de ir à guerra.

No aspecto decisório, a construção da política externa em Galtieri evidencia as contribuições da primeira parte do capítulo, destacando a beligerância dos governos militares, isto porque a postura adotada por Costa Méndez foi de um discurso incisivo em que a Argentina estava impaciente, e Galtieri via em Malvinas/Falklands, a possibilidade de uma sobrevida da Junta Militar e a possibilidade de voos políticos maiores, como por exemplo, ser alçado à condição de caudilho da pátria e a presidente da república ainda após a Junta. A mudança de postura apresentada é clara, a qual, conseqüentemente, refletira nas decisões do governo argentino com relação a demanda, principalmente no que tange a erros índole política e de planejamento, pontos estes a serem explorados no capítulo 5.

5 DA COOPERAÇÃO AO CONFLITO

O presente capítulo se debruçará sobre a documentação desclassificada para apresentar os elementos que conduziram a guerra, destacando a hipótese de trabalho que a Argentina dispunha de um panorama diplomático que lhe teriam dado alternativas ao curso tomado. Mesmo com o amplo diálogo previamente construído e da cooperação existente entre os dois países, o governo militar buscou a alternativa bélica, de acordo com a documentação desclassificada pela Argentina, Estados Unidos e Reino Unido, a Argentina possuía relações profícuas com os britânicos as quais buscavam avançar em pontos contundentes e tinham como objetivo uma solução final, ponto este compartilhado pela documentação estadunidense.

Por outro lado, os documentos apresentam uma alteração na maneira como as relações se desenharam com a mudança de governo, principalmente a partir de Viola, isto porque o presidente foi surpreendido por outro evento diplomático: a crise com o Chile e quem estava liderando esta crise e havia provocado era Leopoldo Galtieri, o sucessor de Viola em 1981. Desta forma, os documentos evidenciam que Viola buscava o diálogo e a continuidade das negociações herdadas de Videla, entretanto, outros fatores impediram este avanço. Assim, o capítulo 5 se divide em dois momentos: o primeiro, busca ressaltar a trajetória da cooperação entre argentinos e britânicos desde o início do governo militar até a iminência da guerra; e o segundo, busca elencar as falhas dentro do processo argentino, estas de índole político e diplomático.

5.1 A COOPERAÇÃO E AS NEGOCIAÇÕES ENTRE ARGENTINA E REINO UNIDO

Como destacado no capítulo anterior, ambos os países transitaram por momentos de diálogo e de interrupção deste, entretanto, na primeira fase das relações entre o governo da Argentina e o Reino Unido, os negociadores buscaram avançar no terreno da cooperação com o objetivo de encontrar uma solução ao litígio pela via diplomática. Assim, a partir da Resolução 2065 da Organização das Nações Unidas ambos os países buscaram avançar em agendas positivas.

A vitória argentina na Organização das Nações Unidas remonta de uma pressão anterior através da Organização dos Estados Americanos, em 1948 na IX

Conferência Pan-americana, o país expos a situação acerca da disputa, recebendo o apoio dos países presentes na reunião, na exposição do Chanceler Atilio Bramuglia, ministro das Relações Exteriores do presidente Juan Domingos Perón (Argentina, 2015).

Com a criação da Organização das Nações Unidas e o avanço da organização na busca por soluções as demandas globais, em 1960 através das Resolução 1514 (XV), denominada Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, instava a resolução dos processos coloniais e a busca da descolonização, a partir desta resolução, a Resolução 2065 (XX) reconhecia a existência de uma disputa de soberania entre a Argentina e o Reino Unido e convocava ambos os países a negociar e encontrar uma solução pacífica à controvérsia, assim, a resolução possuía os seguintes elementos:

- a) O caso das Ilhas Malvinas é uma das formas de colonialismo à qual se deve pôr fim.
- b) Toma-se nota da existência de uma disputa entre os governos argentino e britânico.
- c) Os governos argentino e britânico são convidados a estabelecer negociações visando a encontrar uma solução pacífica ao problema e a informar o resultado das mesmas ao Comitê Especial ou à Assembleia Geral.
- d) Para tais negociações deverão ser considerados os objetivos e as disposições da Carta (dentre eles o artigo 33 relativo à obrigação das partes a um diferendo para achar a solução, principalmente pela via da negociação) e da Resolução 1514 (XV) (Princípio de integridade territorial) bem como os interesses da população das Ilhas (deixando assim de lado o princípio de autodeterminação) (Argentina, 2015, p.12, tradução nossa).

A Resolução permitiu que houvesse uma busca pela construção de mecanismos que aproximassem os argentinos dos britânicos residentes nas Ilhas Malvinas/Falklands, assim, em 1966, o Secretário de Assuntos Estrangeiros do Reino Unido, Michael Stewart, visitou a Argentina, o resultado do encontro bilateral estabeleceu a necessidade de continuar as negociações bilaterais.

Desta forma, o Anexo II/2 do Informe Rattenbach, denominado de Memorando de Entendimento de 14 de agosto de 1968, assinado pela Argentina e o Reino Unido estabelece que a partir do instado na Resolução 2065, os países construiriam medidas de cooperação, sendo a primeira delas, de acordo com o documento a livre circulação de pessoas entre as ilhas e o continente. O documento aponta que em momento oportuno, o Reino Unidos reconhecerá a soberania argentina sob o espaço e que ambos os países dialogariam pela via diplomática para assegurar mecanismos de

salvaguarda dos interesses da população residente nas ilhas através das garantias que seriam propostas pelo governo da Argentina (Argentina, 1982)⁴⁶.

Entretanto, apesar da busca do governo britânico em resolver o litígio, o memorando não foi recebido de maneira positiva. De acordo com parágrafo 24 do Informe, tanto o Parlamento quanto à imprensa britânica discordavam do princípio de transferência de soberania e atendimento aos interesses dos Islinhos, isto porque de acordo com o Anexo II/3, elaborado pela diplomacia argentina, a justificativa sustentada pelos britânicos de que deveria ser observada à autodeterminação dos residentes da ilha, era juridicamente insustentável, pois eram cidadãos britânicos e que buscavam permanecer britânicos, não objetivavam a independência do Reino Unido. De acordo com a diplomacia argentina, as pressões políticas internas impediam progressos maiores, entretanto, a cooperação não seria abandonada completamente (Argentina, 1982)⁴⁷.

Mesmo com as pressões internas britânicas para não dar continuidade às negociações de transferência, em 1971 a Argentina concretizou junto ao Reino Unido um convênio para a comunicação entre as ilhas e o continente, buscando aproximar os Islinhos da vontade argentina de recuperar o território, ou seja, buscando a construção de relações positivas. No mesmo ano, a Força Aérea Argentina iniciou um serviço aéreo entre a Ilha e o continente, o qual evoluiu para um serviço regular da *Lineas Aereas del Estado* - LADE (Argentina, 1982)⁴⁸.

As medidas de cooperação acima destacadas foram executadas durante o período democrático argentino, a diplomacia argentina buscou de maneira pragmática encontrar soluções para as demandas que pudessem atender os Islinhos. Na medida em que era construía uma agenda com o Reino Unido, o país procurava exercer pressão através das instituições internacionais com o objetivo de alcançar resultados concretos, assim, de acordo com o Informe Rattenbach (1982, p. 35) a Argentina obteve vitórias significativas na área diplomática de 1967 até 1976:

⁴⁶ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**: Anexo II/2. Buenos Aires, 1982. P. 17-18

⁴⁷ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**: Anexo II/2. Buenos Aires, 1982. P. 20-26

⁴⁸ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 34

- a) 1967: Resolução 2353 (XXII) Toda situação colonial que destrua a unidade nacional é incompatível com os objetivos e propósitos da ONU.
- b) 1966/1967/1969/1971: Consensos unânimes da Assembleia geral da ONU em consonância com a Resolução 2065.
- c) 1970: Resolução 2621 (XXV) declarando que a continuidade do colonialismo em todas as suas formas é crime que viola a Carta da ONU e os princípios do Direito Internacional
- d) 1974: Resolução 3160 (XXVIII) sobre a preocupação com a falta de progresso nas negociações e reconhecimento dos esforços argentinos
- e) 1976: Resolução 31/49 sobre a aceleração das negociações e reconhecimento dos esforços argentinos

A estas manifestações, se agregam as declarações dos países não-alinhados, as quais correspondem de 1975 até 1981 ademais das próprias manifestações da Organização das Nações Unidas. Tanto nos governos democráticos quanto nos militares, a Argentina sempre buscou encontrar mecanismos para pressionar o Reino Unido em busca de soluções,

Com a ascensão do governo militar a partir de 1976, a questão Malvinas ainda permanecia na discussão de política externa e era tratada dentro de uma perspectiva de política de Estado e não de governo. Após a interrupção das negociações entre argentinos e britânicos em razão do incidente com o *RSS Shackleton* e o ARA Almirante Storni em 1975⁴⁹, a partir de 1979 com a vitória do Partido Conservador nas eleições gerais do Reino Unido, conduzindo Margaret Thatcher à posição de Primeira-Ministra, os diálogos foram retomados, as negociações bilaterais foram retomadas, estas lideradas pelo Secretário Peter Alexander Rupert Carrington e pelo subsecretario Nicholas Ridley, ambos do Foreign and Commonwealth Office (Argentina, 1982)⁵⁰.

Durante o governo do General Jorge Rafael Videla, sob a tutela do Ministro das Relações Exteriores Carlos Washington Pastor, a Argentina escalou o subsecretario de Relações Exteriores Carlos Cavándoli para negociar junto ao subsecretario Ridley mecanismos de solução do litígio. Apesar da retomada dos diálogos bilaterais e a posição informada por cada parte, eram claras as divergências entre os governos, por um lado, o subsecretario Ridley enfatizava a cooperação econômica com a Argentina,

⁴⁹ O incidente entre a embarcação da Armada Argentina Almirante Storni e a embarcação *RRS Shackleton* foi um episódio em 1975 na qual a embarcação britânica realizava pesquisa científica (do mesmo nome da embarcação) dentro do espaço de 200 milhas náuticas nas Ilhas Malvinas/Falklands sem autorização do governo argentino (a Argentina aplica os preceitos de Direito Marítimo nas águas territoriais das Ilhas Malvinas/Falklands) e foi emitida uma ordem de detenção, ademais de aviso através de disparos sobre a proa, o episódio foi o primeiro enfrentamento militar entre os dois países em razão da disputa sob as Ilhas Malvinas/Falklands (MATOS, 2021)

⁵⁰ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final ("Informe Rattenbach")**. Buenos Aires, 1982. P. 36

já o subsecretario Cavándoli reafirmava que a demanda de soberania deveria integrar qualquer negociação bilateral (Matos, 2021).

De acordo com o Informe Rattenbach, as negociações entre Ridley e Cavándoli apresentavam pontos contundentes. O subsecretario Ridley tinha conhecimento dos desafios políticos sobre a demanda, assim, buscava articular junto ao gabinete da Primeira-ministra e do Secretário de Estado uma solução que atendesse tanto as reivindicações apresentadas pelos militares como também os pontos sensíveis para os residentes nas ilhas, como por exemplo, os direitos econômicos e de livre circulação (Argentina, 1982)⁵¹.

Durante o período de governo do General Videla, há um avanço contundente entre ambos os países. Nos dias 10 e 11 de setembro de 1980, Nicholas Ridley e Comodoro Cavándoli se reuniram na Suíça para elaborar uma proposta sólida de transferência de soberania para a Argentina, para isso, inicialmente haveria uma gestão pública compartilhada, a partir desta instância, se iniciaria um processo de arrendamento das ilhas para os britânicos por um período de 99 anos, os habitantes ainda seriam britânicos, os filhos destes teriam dupla cidadania e nos netos dos habitantes britânicos seriam argentinos, o que permitiria completar um ciclo de formação cidadã na Argentina, permitindo reduzir o tempo de arrendamento. Por outro lado, para o sucesso dos pontos discutidos, deveria ser mantido em sigilo a proposta, isto porque o Reino Unido deveria retirar os *Royal Marines* e desativar a *Falklands Island Company* (empresa que administra as posses da ilha) e assim, após a plena aprovação do gabinete em Londres, levariam a proposta na reunião de chanceleres na Organização das Nações Unidas (Argentina, 1982)⁵².

Em dezembro de 1980, Ridley notifica o subsecretario Cavándoli destacando que após uma reunião nas Ilhas Malvinas/Falklands com os islenhos, foram apresentados os temas discutidos na proposta e haviam alguns pontos: o primeiro deles é que houve uma grande dificuldade do gabinete da Primeira-ministra para aceitar a proposta dialogada na Suíça, o segundo era a desconfiança entre os Islenhos e por fim, a disputa possuía conotações emotivas e políticas muito fortes no Reino Unido, este último ponto sendo o mais sensível. Nesta linha, de acordo com o Anexo

⁵¹ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 38-39

⁵² ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 38-39

II/13, o parlamento britânico solicitou o congelamento imediato das negociações por 10 anos, o que é corroborado pelo parágrafo 46 do documento no qual especifica que existia uma baixa vontade política por parte dos britânicos em solucionar a disputa, ainda, para o gabinete da Primeira-ministra Thatcher, a questão Malvinas dentro do parlamento representava uma agenda sensível, principalmente no que envolve à sua sobrevivência no cargo (Argentina, 1982)⁵³⁵⁴.

A partir desta instância, a Argentina alterou o tom das negociações no nível diplomático. O governo militar informou ao subsecretario Ridley que a Argentina refutaria a ideia de congelamento das negociações por 10 anos, e que ameaçaria retirar completamente toda a cooperação existente (comunicação com o continente, voos regulares e educação) com os ilhenhos. Esta posição foi manifestada como positiva pelo subsecretario Ridley, indicando que uma pressão argentina permitiria um benefício no final do processo (Argentina, 1982)⁵⁵.

As tratativas entre o governo militar liderado por Videla com o Reino Unido se encerrarão na ronda de negociações celebrada nos dias 23 e 24 de fevereiro de 1981 em Nova York, na qual é reafirmada a posição contraria ao congelamento por parte da Argentina. No encontro foi estabelecida uma pauta comum que englobaria os aspectos econômicos através da atração de investimento, por outro lado, os britânicos almejavam que o regime político das ilhas fosse democrático, já pelo lado argentino, o país apontava que o uso da Organização das Nações Unidas como garantidora dos termos do acordo final seria uma forma substancial de transmitir confiança aos Islhenhos, mas que não poderia ser discutido nenhum termo até a transferência de soberania por parte dos britânicos (Argentina, 1982)⁵⁶.

Em março de 1981, o general Roberto Eduardo Viola sucedeu a Jorge Rafael Videla e conseqüentemente, há a troca no Ministério das Relações Exteriores, sendo o embaixador Oscar Camilión o designado para a função. O ponto de distinção entre

⁵³ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**: Anexo II/2. Buenos Aires, 1982. P. 43

⁵⁴ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**: Anexo II/13. Buenos Aires, 1982. P. 108-112

⁵⁵ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 44

⁵⁶ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 45

a gestão de Viola e a de Videla, é que diferente de Videla, o qual buscou iniciar as negociações com os britânicos, Viola primeiramente necessitou resolver o desafio do fechamento da fronteira com o Chile, decisão tomada por Leopoldo Fortunato Galtieri (Argentina, 1982)⁵⁷.

Os problemas oriundos do fechamento da fronteira com o Chile se tornaram o foco imediato da chancelaria argentina, somente através da nota enviada ao Reino Unido se busca retomar o diálogo. O Anexo II/16 de 27 de julho de 1981 destaca que houve pouco progresso com relação a problemática central e que o desconhecimento por parte dos ilhenhos do potencial argentino em matéria de garantias, criava um espaço de falta de interesse por parte dos residentes nas ilhas. A nota reafirma que a Argentina buscará a resolução da disputa através dos meios diplomáticos e que manterá todo o apoio já prestado à população local, desde que as discussões partam do pressuposto da discussão de soberania (Argentina, 1982)⁵⁸

Distinta da posição mais colaboradora e conciliadora do Foreign and Commonwealth Office apresentada nos momentos anteriores, as pressões políticas sobre a diplomacia britânica alteraram a perspectiva de como as negociações poderiam ser conduzidas. O *lobby* construído pelos ilhenhos dentro do parlamento britânico tinha como objetivo congelar a possibilidade de negociação, assim, o relatório elaborado pelo governo argentino, apontado no Informe como Anexo II/17, destaca que após a oposição por parte do parlamento, outros departamentos dentro do gabinete da Primeira-Ministra começaram a considerar e trabalhar pelo congelamento, com destaque para o Departamento de Defesa o qual considerava que a Argentina buscaria também sua reivindicação sobre as Ilhas Sandwich do Sul e Georgia e que estas conformavam os interesses britânicos sob a Antártida. Desta forma, tanto as forças políticas conservadoras (partido de Thatcher) assim como a oposição, se uniram às demandas dos Kelper's buscando congelar as tratativas de soberania (Argentina, 1982)⁵⁹.

⁵⁷ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 45-46

⁵⁸ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)** : Anexo II/16. Buenos Aires, 1982. P. 137-139

⁵⁹ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**: Anexo II/17. Buenos Aires, 1982. P. 140-157

A partir da instância de relutância britânica em avançar nas negociações pela soberania das Ilhas Malvinas/Falklands, se inicia na Argentina uma fase política que preocupa os britânicos e que evidencia a existência de dois níveis na política argentina. No campo da preocupação, o parágrafo 88 do Anexo II/17 destaca um discurso do General Leopoldo Galtieri, Comandante-em-chefe do Exército, proferido em 29 de maio de 1981 que destaca “[...] ninguém pode alegar que não fomos extremadamente calmos e pacientes na nossa condução de problemas internacionais [...]. Entretanto, depois de transcorrido um século e meio estão se tornando (os problemas) cada vez mais insuportáveis” (ANEXO N° II/17, 1982, p. 145). No outro nível, o documento elenca que os funcionários do Ministério das Relações Exteriores mantinham tranquilidade frente as negociações estagnadas e apresentavam uma disposição pela proposta de arrendamento, por outro lado, os mesmos funcionários alegavam que dentro da esfera militar, esta tranquilidade não correspondia e que os chefes militares poderiam a qualquer momento exigir uma política mais incisiva (Argentina, 1982)⁶⁰.

As tratativas apresentadas pela chancelaria argentina no mandato de Viola são breves considerando de modo comparativo as análises na gestão de Videla, isto porque politicamente, a presidência de Viola foi breve e que diante do episódio de fechamento da fronteira com o Chile e o acirramento da pauta Malvinas no entorno político britânico, o espaço de manobra do ministro Oscar Camilión foi mínima. Por outro lado, internamente o governo militar iniciava os movimentos com a intenção de buscar pressionar os britânicos através de uma política mais agressiva.

A alteração de governo na Argentina, através da ascensão de Leopoldo Galtieri ao poder, produziu mudanças contundentes na maneira como a pauta Malvinas era conduzida. Para o posto de chanceler, o presidente Galtieri designou a Nicanor Costa Méndez e conforme apontamento do Informe Rattenbach, o presidente Galtieri solicitou a reativação das negociações com o Reino Unido, entretanto, a notificação sobre a retomada seria enviada somente em fevereiro de 1982, neste caso, 2 meses antes do início da guerra. Por outro lado, tanto na solicitação supracitada como em uma reunião celebrada entre ambos na segunda quinzena de fevereiro, o presidente Galtieri enfatizou que estava em análise a ocupação das Ilhas Malvinas/Falklands,

⁶⁰ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 45-46

mas não requeria que a diplomacia se preparasse para a guerra, somente estava comunicando o ministro sob a possibilidade (Argentina, 1982)⁶¹.

Entretanto, a postura diplomática apresenta incongruências na sua formulação, de acordo com o Anexo II/19 no primeiro apêndice, a Argentina buscava retomar as negociações em clima pacífico para encontrar uma solução à controvérsia através dos mecanismos instaurados em momentos anteriores. As instruções dadas aos diplomatas para a reunião com os britânicos em 23 e 24 de fevereiro de 1982 em Nova York indicavam que a Argentina continuaria com a postura de diálogo que imperou nas negociações anteriores, inclusive após a reunião houve um comunicado conjunto no qual se ressaltava a cordialidade e a positividade do diálogo e que reafirmavam a busca de uma solução. O Reino Unido aceitou o estabelecimento de uma comissão permanente de negociação, fato histórico ao longo de quase 20 anos de negociações, no entanto, em março de 1982, o ministro Costa Mendes proferiu um comunicado amplo à Argentina frisando que em caso de falha da comissão permanente, a Argentina poderia optar livremente pelo melhor procedimento que melhor represente os seus interesses. Para a diplomacia britânica, as menções do chanceler argentino representavam o indicador da intencionalidade bélica argentina (Argentina, 1982)⁶².

A beligerância argentina no plano diplomático (da nova gestão), foi acrescida as ações do país fora do território nacional, as denúncias por parte de Nicarágua que a Argentina estava intervindo no país com o objetivo de preparar tropas para invadir Honduras, dificultou a possibilidade do governo Galtieri conseguir votos favoráveis com relação as Ilhas Malvinas/Falklands. A Argentina havia se envolvido militarmente e politicamente no incidente das Ilhas Georgias do Sul⁶³ e este evento tinha produzido desconfiança entre os países do Conselho de Segurança da Organização das Nações

⁶¹ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 46-48

⁶² ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)** : Anexo II/19. Buenos Aires, 1982. P. 166-168

⁶³ O incidente das Ilhas Georgias do Sul foi um episódio que envolveu a presença de civis e militares argentinos para o desmonte de uma estação baleeira na ilha, ao desembarcar no espaço, hastearam a bandeira argentina e segundo a diplomacia britânica, os argentinos ali presentes se encontravam ilegalmente, já que não possuíam autorização por parte da autoridade política em Leith, assim, o Reino Unido viu o episódio como uma justificativa da beligerância argentina e desta forma, interromperam a busca por negociações e aumentaram as desconfianças com a Junta Militar. O evento configurou a antecipação da invasão as Ilhas Malvinas/Falklands, dada a desconfiança britânica e a possibilidade de aumento da presença militar proveniente do Reino Unido (ARGENTINA, 1982)

Unidas. Desta forma, o governo militar argentino se encontrava desprovido de apoio, seja dos europeus (que possuíam ressalvas com relação as violações de Direitos Humanos), dos países da América Central (em razão do episódio de Nicarágua), dos países do bloco dos não-alinhados (Argentina disse que não integrava o 3º mundo) e por fim, a URSS e China (que se abstiveram na votação) (Argentina, 1982)⁶⁴.

Sobre a postura sobre as posições de violações, o Telegrama 14 do Departamento de Estados dos Estados Unidos indicava que a Argentina poderia sofrer derrotas na Organização das Nações Unidas em razão do histórico de violações aos Direitos Humanos. O apontamento realizado pelo Informe vai ao encontro das observações estadunidenses apontando que as posições diplomáticas argentinas eram frágeis na organização, o documento estadunidense destaca que a postura dos diplomatas argentinos era menos proativa e apresentava desinteresse perante as discussões com os britânicos, evidenciando assim que as intenções entre os países eram distintas (Foreign Relations of the United States, 2015)⁶⁵.

A diplomacia argentina sob a condução do governo de Leopoldo Galtieri tinha uma postura mais beligerante se comparada com as gestões anteriores, estes pontos corroboram que as intenções políticas eram distintas as diplomáticas. As relações entre ambos os países atravessaram um período de cooperação na qual o governo buscou sempre se aproximar dos ilenhos com o objetivo de alcançar o apoio dos residentes. Por outro lado, a mudança de governo representou um comportamento mais intransigente, impactando assim na percepção dos ilenhos sobre as intenções argentinas, desta forma, a próxima seção buscara destacar os erros de cálculo com relação à demanda sobre as Ilhas Malvinas.

5.2 IR À GUERRA: ERROS DE CÁLCULO ARGENTINO

A decisão de buscar a recuperação do território malvinense pela via militar se apresentou como a maneira mais equivocada para encerrar um litígio entre a Argentina e o Reino Unido. Os diálogos construídos em partes durante o período

⁶⁴ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. Informe Final ("Informe Rattenbach"). Buenos Aires, 1982. P. 51

⁶⁵ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Foreign Relations of the United States, 1981–1988**. Washington: Government Printing Office, 2015. 998 p. v. XIII. P. 30-31

democrático e que continuaram ao longo do Processo de Reorganização Nacional no país sul-americano, buscaram a elaboração de agendas bilaterais com o objetivo de resolver diplomaticamente a disputa, entretanto, a nova gestão militar presidida por Leopoldo Galtieri observava de maneira distinta a condução das negociações no âmbito diplomático. A presente seção busca elencar os erros políticos e diplomáticos que culminaram com processos equivocados e que outorgavam um panorama distinto do vislumbrado pela Junta Militar.

O primeiro ponto errático por parte da diplomacia argentina foram as falhas na condução da crise na Ilha Georgia do Sul em razão do desembarque de trabalhadores argentinos sem a prévia autorização britânica. Em 19 de Março de 1982, um grupo de trabalhadores argentinos chegou em Georgia do Sul, uma ilha localizada dentro do domínio político britânico, para o desmonte de uma estação baleeira adquirida por Constantine Davidoff como sucata, o objetivo dos trabalhadores era cumprir o contrato de compra da sucata celebrado entre Davidoff e a empresa Christian Salvesen do Reino Unido, após as autorizações por parte do governo britânico (tanto nas Ilhas Malvinas, quanto no *Foreign Office*), procedeu à retirada do material. Para isso, realizou a contratação de uma embarcação militar argentina com o objetivo de levar os trabalhadores à Ilha, desta forma, o ARA Buen Suceso realizou o desembarque e os argentinos desembarcados hastearam uma bandeira argentina (Infobae, 2022).

De acordo com o Informe Rattenbach e com a obra 1982 de Yofre, quando a Junta Militar soube das operações pretendidas por Davidoff, elaborou um planejamento militar denominado “Operación Alfa”, o objetivo era infiltrar militares entre os trabalhadores e desta forma, possuir uma estrutura física para o lançamento de uma operação anfíbia em direção as Ilhas Malvinas. A operação foi desativada pelo governo militar em razão da possibilidade de o Reino Unido escalar uma crise e que incrementar a capacidade de defesa nas Ilhas através dos submarinos nucleares, inviabilizando o assalto anfíbio. (ARGENTINA, 1982⁶⁶; YOFRE, 2011).

Por outro lado, no mesmo momento em que os trabalhadores argentinos desembarcaram na ilha Georgia do Sul, o telegrama britânico 1125Z enviado em 20 de março de 1982, indica que o Governador das Ilhas Malvinas/Falklands notificou o Foreign and Commonwealth Office, em razão do aviso enviado pelo comandante

⁶⁶ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 256

britânico na base de Grytviken, indicando que houve um desembarque ilegal em Georgia do Sul por parte de civis argentinos que se encontravam a bordo de um navio militar (o documento enfatiza que a força era equivalente as embarcações de apoio da *Royal Navy*), para o cumprimento do contrato de Davidoff. Entretanto, o documento desclassificado britânico relata que a bordo do navio se encontravam alguns militares e que estes possuíam, na visão do governador, o planejamento de ocupar Georgia e por fim, este solicitava a condução do navio HMS Endurance para o espaço com o objetivo de retirar os trabalhadores argentinos e o ARA Buen Suceso, do espaço britânico (Margaret Thatcher Foundation, 2020)⁶⁷.

A Junta viu no contrato de Davidoff, uma maneira de colocar em prática o planejamento militar elaborado sucessivas vezes em anos distintos, entretanto, no parágrafo seguinte, o Informe enfatiza que o desembarque dos trabalhadores argentinos ocasionou uma reação enérgica por parte do *Foreign Office* e do Parlamento Britânico, ponto confirmado no Telegrama 84 oriundo da embaixada do Reino Unido em Buenos Aires, condenando veementemente o desembarque e enfatizando a notificação à Junta Militar sobre a ilegalidade da operação. Ao realizar o confronto entre o primeiro documento britânico que indica a denúncia e o parágrafo 746 do Informe Rattenbach, se observa que a decisão de autorizar a viagem foi um erro de grandes proporções para o governo militar, isto porque inicialmente os militares haviam negado a viagem para a operação de desmanche (Argentina, 1982⁶⁸; Margaret Thatcher Foundation, 2020)⁶⁹.

Ao observar os arquivos estadunidenses, o Telegrama 15 de 23 de março de 1982 oriundo da embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires, alertou sobre um ataque ao escritório da LADE em Stanley e que em virtude disto, a bandeira da Argentina havia sido retirada por britânicos enfurecidos em relação ao episódio das

⁶⁷ MARGARET THATCHER FOUNDATION. MT's official files as Prime Minister, 1979-90: Falklands declassified archives. *In*: Margaret Thatcher Foundation. London, 2020. Disponível em: <https://e8e62e492b4a1a43cd16-77325458036aa340f9e5dfc158bde804.ssl.cf2.rackcdn.com/820320%201145%20Hunt%20tel%20ILLE%20LANDING%20PREM19-0613%20f62.pdf>

⁶⁸ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 256

⁶⁹ MARGARET THATCHER FOUNDATION. MT's official files as Prime Minister, 1979-90: Falklands declassified archives. *In*: Margaret Thatcher Foundation. London, 2020. Disponível em: <https://c59574e9047e61130f13-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.ssl.cf1.rackcdn.com/BCB7AB9785B242DAB7C19EFC31F12922.pdf>

ilhas Georgia do Sul (Foreign Relations of the United States, 2015)⁷⁰. Tanto o documento argentino quanto o estadunidense, corroboram a sensibilidade da demanda argentina e como esta era percebida por parte dos britânicos, o telegrama 1125Z, citado anteriormente, apresenta a existência de planos de ocupação militar (Thatcher Foundation, 2020)⁷¹.

Outro erro do governo militar no campo político-diplomático foi a equivocada percepção sobre o apoio estadunidense à Galtieri. O Telegrama 16 do Departamento de Estado destaca que o chanceler argentino Costa Méndez e outras autoridades dentro do governo argentino, buscavam sucessivamente o apoio dos Estados Unidos para a causa argentina. O Telegrama deixa evidente a posição diplomática delicada dos Estados Unidos: as agendas da diplomacia estadunidense na Organização das Nações Unidas e as negociações com o Movimento dos Não-alinhados, assim, fica claro no documento, o erro da Argentina em acreditar que a relação próxima entre Argentina e Estados Unidos, credenciaria aos militares o apoio incondicional de Washington.

A percepção equivocada é agregada ao fato que Galtieri estava mais pendente na posição de Washington do que buscar soluções internas, assim,

The Foreign Ministry tries to calm these emotions, but that is getting increasingly more difficult to do. The Minister next reverted to a theme we have heard from him before: "You (the USG) will sometime have to take an interest in this." When the Malvinas problem comes up President Galtieri allegedly often asks "what do the Americans say?" According to Costa Mendez, he has continued to explain to the President that we are only kept informed, not consulted (*Foreign Relations of the United States, 2015, p.33*)⁷².

O apontamento acima pode ser complementado pelo relatório desclassificado da CIA publicado em 1 de junho de 1982, intitulado: A disputa das Falklands: Implicações

⁷⁰ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Foreign Relations of the United States, 1981–1988**. Washington: Government Printing Office, 2015. 998 p. v. XIII. P. 31-32

⁷¹ MARGARET THATCHER FOUNDATION. MT's official files as Prime Minister, 1979-90: Falklands declassified archives. In: Margaret Thatcher Foundation. London, 2020. Disponível em: <https://e8e62e492b4a1a43cd16-77325458036aa340f9e5dfc158bde804.ssl.cf2.rackcdn.com/820320%201145%20Hunt%20tel%20ILLE GAL%20LANDING%20PREM19-0613%20f62.pdf>

⁷² Tradução nossa: O Ministro das Relações Exteriores tenta acalmar essas emoções, mas é cada vez mais difícil fazê-lo. Em seguida, o ministro voltou a um tema que já havíamos ouvido dele: "Você (o governo dos Estados Unidos) vai ter que se interessar por isso em algum momento." Quando surge a questão das Malvinas, o presidente Galtieri costuma perguntar "o que os americanos dizem?" Segundo Costa Méndez, ele continuou explicando ao presidente que eles apenas nos informam, não nos consultam.

para as relações dos EUA com a América Latina e a Europa Ocidental. O documento evidencia que o cálculo de apoio estadunidense atravessou alguns pontos: o primeiro deles é que o governo do presidente Ronald Reagan avaliava constantemente o nível de relações exteriores com os países sul-americanos em razão da repercussão das decisões de Washington, principalmente porque alguns países continuavam cometendo violações aos Direitos Humanos; o segundo ponto era as repercussões entre os membros da OTAN, desta forma, um alinhamento maior dos Estados Unidos com a Argentina teria grandes implicações na busca pela contenção na Europa (Central Intelligence Agency, 2008)⁷³.

Outro ponto sobre a incorreta percepção por parte da Junta Militar com relação aos Estados Unidos pode ser observado através do rastreamento dos documentos entre britânicos e estadunidenses. O Telegrama 568 do Foreign and Commonwealth Office⁷⁴ enviado à Washington, destaca o desembarque ilegal e verifica com o presidente Reagan a possibilidade deste dialogar com o governo argentino para encontrar uma solução, a informação é corroborada através do Telegrama n°17 indicando que o governo britânico solicitou a ajuda dos Estados Unidos para encontrar uma solução ao desembarque ilegal argentino e por fim, as tratativas são reforçadas no Telegrama n°18, destacando que a intervenção dos Estados Unidos deveria ser para ambos os países com o objetivo de alcançar uma solução (Foreign Relations of the United States, 2015)⁷⁵.

Ainda na equivocada percepção do governo militar, o presidente estadunidense Ronald Reagan, através dos Telegramas n° 41 e 42 comunica o presidente Galtieri dois pontos fundamentais: o primeiro deles é que os Estados Unidos detinha informações de inteligência sobre a iminência da busca pela via militar, a recuperação das Ilhas Malvinas/Falklands (Foreign Relations of the United States, 2015)⁷⁶, esta

⁷³ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Central Intelligence Agency: Falkland's War documents. *In*: FREEDOM of Information Act. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP83B00225R000100270001-1.pdf>.

⁷⁴ MARGARET THATCHER FOUNDATION. MT's official files as Prime Minister, 1979-90: Falklands declassified archives. *In*: Margaret Thatcher Foundation. London, 2020. Disponível em: <<https://ca4d1f7bf6abad87ffa2-0f3bfca8c23275e637922db40b741d00.ssl.cf2.rackcdn.com/820325%201800%20FCO%20tel%20568%20SG%20DEFE24%202252%20f48.pdf>>

⁷⁵ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Foreign Relations of the United States, 1981–1988**. Washington: Government Printing Office, 2015. 998 p. v. XIII. P. 36-37

⁷⁶ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Foreign Relations of the United States, 1981–1988**. Washington: Government Printing Office, 2015. 998 p. v. XIII. P. 72

informação pode ser corroborada no relatório elaborado pelo diretor da CIA William J. Casey em 2 de abril de 1982, no qual é realizado um levantamento minucioso sobre o Processo de Reorganização Nacional, elencando os fins políticos de Leopoldo Galtieri e apontando que o planejamento e execução atendia demandas da Armada, a qual já almejava desde 1955 realizar uma intervenção militar objetivando a recuperação (Central Intelligence Agency, 2006)⁷⁷. O segundo ponto versa sobre a confirmação do alinhamento do governo Reagan com o Reino Unido, o telegrama destaca que não haveria neutralidade estadunidense diante da intervenção militar, o que, pelo lado argentino é corroborado no Informe Rattenbach no parágrafo 753, onde é avaliada a percepção que os Estados Unidos não interviriam a favor dos britânicos, o que se mostrou completamente equivocado (Argentina, 1982)⁷⁸, deixando evidente que não havia análises por parte da chancelaria argentina.

As sucessivas negociações entre ambos os países apresentaram sempre a busca por elementos que agregassem na cooperação ou que ainda, permitissem que pontos em comum fossem discutidos com o objetivo de alcançar resultados concretos na negociação. Após o impasse destas em 1981, houve uma pressão interna no governo militar pela busca de resultados, assim, com a queda do presidente Viola e a assunção de Galtieri, a demanda soberana sobre as Ilhas Malvinas, ganhou proporções distintas e força dentro do próprio governo, abandonando em si a lógica diplomática e optando pela intervenção militar.

De acordo com o Informe Rattenbach, em 5 de janeiro de 1982 foi instaurada uma comissão com o objetivo de elaborar um plano de tomada pela via militar das Ilhas Malvinas/Falklands. O documento estipulou que a reunião estaria baseada em três pontos e que estes guiavam a opção militar: rigidez britânica nas negociações; influência dos islenhos na negociação e por fim, a pressão pro-islenha no parlamento buscando aumentar a presença militar nas ilhas. Na mesma medida em que era construída uma agenda militar de ocupação do espaço, era demandado ao Ministério

⁷⁷ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Central Intelligence Agency: Falkland's War documents. *In*: FREEDOM of Information Act. Disponível em <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP84B00049R000701780017-6.pdf>.

⁷⁸ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final ("Informe Rattenbach")**. Buenos Aires, 1982. P. 258

das Relações Exteriores o aumento da pressão perante o Reino Unido (Argentina, 1982)⁷⁹.

No campo de articulação diplomática, dois erros contundentes deixaram o governo militar desamparado e sem apoio internacional. O primeiro deles foi a imediata articulação britânica no Conselho de Segurança para a aprovação de uma resolução com o objetivo de pressionar a Argentina em relação ao incidente da ilha Georgia do Sul e denunciar a iminência de uma invasão, e dentro deste erro, a Argentina enfrentava um problema interno, o embaixador designado para ocupar a posição na missão permanente da Argentina perante a Organização das Nações Unidas, foi designado em dezembro de 1981, entretanto, por questões médicas, assumiu de fato suas funções na Organização das Nações Unidas em 24 de março de 1982, já em plena crise bilateral, neste sentido, a convocação britânica e a articulação do *Foreign Office* foi mais contundente que a retórica da Argentina. O segundo erro está relacionado com a dificuldade da diplomacia argentina em relação as acusações da Nicarágua sobre a intervenção de militares argentinos a partir de Honduras, dificultando assim o panorama de buscar um diálogo com os membros do Conselho de Segurança (Argentina, 1982)⁸⁰.

A falta de articulação diplomática resultou em um elevado custo político para a Argentina. Após a incursão de tropas militares argentinas nas Ilhas Malvinas/Falklands, rapidamente o Reino Unido alcançou através de uma ampla articulação a aprovação da Resolução 502⁸¹ do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, a decisão tinha alguns fatores que dificultavam para a Argentina reverter ou ainda, buscar que algum Estado vetasse a mesma, assim, a tabela abaixo apresenta a votação dos membros permanente e não-permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas:

⁷⁹ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 54

⁸⁰ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 51

⁸¹ A Resolução 502 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas votada em 3 de abril de 1982, determinava 3 pontos: 1. Exigia o fim imediato das hostilidades; 2. Exigia a retirada imediata de todas as forças argentinas nas Ilhas Malvinas/Falklands e 3. Exortava os governos da Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte a buscar uma solução diplomática a suas diferenças e a que respeitem plenamente os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas. Informação disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/278789>. Acesso em 09 out. 2023

Tabela 1: Votações do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas na Resolução 502

MEMBROS PERMANENTES	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO
Estados Unidos	x		
França	x		
Reino Unido	x		
União Soviética			x
China			x
MEMBROS NÃO-PERMANENTES			
Espanha			x
Polônia			x
Guiana	x		
Irlanda	x		
Jordânia	x		
Japão	x		
Panamá		x	
Togo	x		
Uganda	x		
Zaire	x		

Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2023

De acordo com a tabela acima, o primeiro fator de dificuldade era que os membros europeus do Conselho de Segurança (França, Reino Unido, Espanha, Irlanda, Polônia⁸²), se encontravam em posição de discordância com a Argentina em virtude das violações de Direitos Humanos cometidas pelo governo militar, desta forma, dentre os membros europeus no Conselho, Espanha e Polônia se abstiveram na votação da Resolução 502, por outro lado, Irlanda, acompanhou a posição britânica. Entre os demais membros do Conselho, União Soviética e China se abstiveram na votação, no caso soviético apesar da aproximação da Junta, a pauta Malvinas era uma discussão que dependia de posições oriundas de Moscou, já no caso chinês, o país asiático adotou uma postura pela busca de diálogo através da cooperação, assim, os Estados que detinham a possibilidade de vetar o avanço

⁸² A Espanha, Irlanda e Polônia ocupavam a posição de membros não-permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

britânico. Dentre os demais membros, o único a se posicionar contra foi o Panamá (Argentina, 1982)⁸³.

O segundo fator e que se mostrou um equívoco da diplomacia argentina foi a desconsideração aos países não-alinhados. De acordo com o Informe Rattenbach (1982), a posição deste bloco de países nas reivindicações da Argentina inicialmente era favorável à demanda pela soberania das Ilhas, isto porque consideravam também que o colonialismo representava um anacronismo. A Argentina durante o início do governo militar, buscou conduzir uma política externa plural em matéria de alinhamentos, como indicado no capítulo 2 da pesquisa, entretanto, o governo Galtieri direcionou uma política externa completamente alinhada com os Estados Unidos, assim, o governo Galtieri, através do Chanceler Costa Méndez havia declarado que o país não pertencia ao 3º Mundo, desta forma, os países Não-alinhados que compunham o Conselho de Segurança na condição de não-permanentes (Uganda e Togo, Zaire acompanhou o voto africano), votaram a favor do Reino Unido na Resolução 502 (Argentina, 1982)⁸⁴.

Os destaques acima permitiram observar que a diplomacia argentina falhou de maneira contundente na condução tanto dos processos de negociação, como destacado neste capítulo, assim como a crise em decorrência do desembarque de trabalhadores na Ilha Georgia. Dentro ainda da análise documental, houve uma incorreta interpretação da política internacional e dos alinhamentos tradicionais (EUA – Reino Unido), conseqüentemente, a perspectiva por parte do governo argentino de que não haveria reações por parte dos britânicos, seja diplomaticamente ou militarmente foi equivocada. Dentro da linha diplomática, o governo militar desfrutava de um panorama diplomático favorável e que foi desperdiçado em virtude de uma análise errônea do xadrez global, a ausência completa de assessoramento por parte da chancelaria argentina – o governo militar em nenhum momento buscou as análises técnicas dos diplomatas – resultaram na falta de articulação e apoio em fóruns fundamentais, no caso, no Conselho de Segurança.

Ao avaliar o planejamento, o arquivo desclassificado Operación Rosário volume I evidenciou que em janeiro de 1982, foi dada a ordem aos subordinados diretos

⁸³ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 48-49

⁸⁴ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 51

(Comando da Frota de Mar, Infantaria da Armada, Aviação Naval e ao Chefe do Estado-Maior) de realizar o planejamento preventivo para ocupação das Ilhas Malvinas/Falklands pela via militar. Diante do impasse em que as negociações se encontravam, poderiam ser empregadas alternativas além da via diplomática, o que configurava em si uma ruptura na maneira como a questão Malvinas havia sido tratada em momentos anteriores pelos antecessores de Galtieri (Argentina, 1983)⁸⁵.

O arquivo da Operación Rosário indicava que as forças alteraram seus processos de alistamento, buscando aprimorá-los, assim como, a mudança na coleta de informações estratégicas com o objetivo de preparar o desembarque de tropas. O documento destacava a antecipação das manutenções dos equipamentos militares assim como a preparação para a prontidão das forças para a execução do plano de recuperação das Ilhas. Por outro lado, o documento aponta que em razão da confidencialidade da operação, a solicitação de informações deveria ser realizada com cautela, já que o número de oficiais que possuíam conhecimento sobre o planejamento, era reduzido (Argentina, 1983)⁸⁶.

O planejamento discreto da operação é apontado pelo Informe Rattenbach como uma das falhas no plano de recuperação. De acordo com o Informe, existia um documento elaborado durante o ano de 1981 por parte da Secretaria de Planejamento denominado de Plano de Inteligência Estratégica Nacional, no qual alicerçava que a disputa com o Reino Unido estava na prioridade nº2, após o conflito austral (Canal de Beagle) e que o nível de beligerância estava como “conflito grave” e “Hipótese de Guerra no curto prazo”, entretanto, de acordo com o Informe, o gabinete do governo militar possuía desconhecimento da existência do documento. Fica evidente, portanto, a existência de uma divisão interna nos departamentos do gabinete militar e que esta divisão não fornecia as informações fundamentais para o desenvolvimento das ações relativas às Ilhas Malvinas/Falklands (Argentina, 1982)⁸⁷.

A falha documental é complementada pelos apontamentos do volume I do Informe Operación Rosário. A página 14 do documento destaca que durante os meses

⁸⁵ ARGENTINA. Centro de Documentos Digitalizados. **Malvinas 40 años**. Buenos Aires, 1983. Informação disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/ar-ara-coac-6b1_tomo1_0.pdf

⁸⁶ ARGENTINA. Centro de Documentos Digitalizados. **Malvinas 40 años**. Buenos Aires, 1983. Informação disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/ar-ara-coac-6b1_tomo1_0.pdf

⁸⁷ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final (“Informe Rattenbach”)**. Buenos Aires, 1982. P. 55

de janeiro e fevereiro as análises para a operação estavam num plano de caráter preventivo e que o planejamento não se apresentava com perspectivas completas de ser executado, isto porque a ideia de recuperar as Ilhas pela via militar era uma ideia recorrente em matéria de estudos e que os documentos elaborados eram prontamente arquivados, assim, de acordo com o Informe, poucos oficiais acreditavam realmente na ideia de recuperação pela via militar (Argentina, 1983)⁸⁸.

Na perspectiva política, a obra 1982: os documentos secretos da Guerra das Malvinas/Falklands e o colapso do processo de Juan Yofre, é destacado que a decisão de ir à guerra se devia a uma construção de objetivo político, já que Malvinas se transformou no principal alvo da nova gestão. O planejamento estava baseado em dois pontos: o primeiro é que a Argentina buscava consolidar o pleno exercício de soberania no Atlântico Sul e o segundo é que a falta de avanços substanciais dentro da negociação impactava na honra do país, desta forma, determinados em garantir o alcance do objetivo político, se buscou planejar a recuperação das ilhas pela via militar (Yofre, 2005).

Por outro lado, o Informe Rattenbach, no capítulo III ao discorrer sobre o planejamento para a operação, aponta que a sucessão de erros foi crucial para o fracasso da recuperação pela via militar (Argentina, 1982)⁸⁹. Ao realizar a avaliação do processo do Informe junto com o Informe da Operación Rosário, este último aponta que em razão da Junta Militar não ordenar datas precisas, assim como não integrar o planejamento, parte das forças estava despreparada, desta forma, a Armada possuía um planejamento concreto, no entanto, sem data, a Força Aérea possuía um planejamento também, entretanto, menos detalhado em comparação com a Armada e por fim, o Exército, possuía um planejamento superficial e pouco preciso.

Outro ponto que pesa nos erros de execução é o tempo. De acordo com o Informe Operación Rosário, o governo militar havia informado que a operação seria executada no mês de junho, posteriormente a data foi alterada para maio e por fim, as forças foram comunicadas da operação com 48 horas de antecipação (Argentina,

⁸⁸ ARGENTINA. Centro de Documentos Digitalizados. **Malvinas 40 años**. Buenos Aires, 1983. P. 14
Informação disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/ar-ara-coac-6b1_tomo1_0.pdf

⁸⁹ ARGENTINA. Junta Militar. Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur - CAERCAS. **Informe Final ("Informe Rattenbach")**. Buenos Aires, 1982. P. 67-69

1983)⁹⁰. Esta constante alteração denota a ausência de planejamento completo. É importante agregar que no Informe Rattenbach não se realiza menção ao papel da chancelaria argentina para alcançar os objetivos propostos no planejamento, o qual era ocupar para negociar. Desta forma, é nítida a divisão entre as forças armadas, explicitamente ao observar que o codinome inicial do plano era Operación Azul (nome outorgado pela Armada) e depois, com a integração das forças, foi alterado para Operación Rosário.

Ainda nas falhas, o Informe Rattenbach evidencia uma grande falta de preparo por parte das forças no momento do planejamento e da invasão, o documento aponta um elevado grau de improvisação e ressalta que a ausência de preparação para uma doutrina conjunta evidenciava que cada força realizava o que acreditava que podia ser realizado.

Pelo lado político, a sobrevivência da Junta dependia de algum fator relevante à sociedade, já que em 1981, a economia não apresentava sinais de recuperação, o número de empresas que haviam quebrado era elevado e o próprio regime apresentava desgastes perante a sociedade, desta forma, Malvinas foi transformada de causa diplomática para evento político. Yofre (2005) destaca que após um impasse das negociações com os britânicos, a demanda sobre as Ilhas Malvinas/Falklands foi tratada dentro do espectro político e militar, assim, o governo militar avaliava a possibilidade de procurar mecanismos para pressionar o Foreign and Commonwealth Office de maneira mais contundente.

A tabela abaixo sintetiza os pontos explanados, desde o início dos primeiros diálogos até a rendição das tropas argentinas, destacando o progresso destas e a mudança de postura na diplomacia argentina.

Tabela 2: Cronologia dos governos argentinos (democráticos e militares) e a reivindicação sobre as Ilhas Malvinas/Falklands

ANO	GOVERNO	EVENTO
1965	Arturo Umberto Illia (democrático)	Resolução 2065 reconhecimento da existência de uma disputa de soberania entre a Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
1971	Alejandro Agustín Lanusse (militar)	Convênio de comunicação com as Ilhas Malvinas/Falklands visando a aproximação com os Ilhenhos

⁹⁰ ARGENTINA. Centro de Documentos Digitalizados. **Malvinas 40 años**. Buenos Aires, 1983. P. 15
 Informação disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/ar-ara-coac-6b1_tomo1_0.pdf

1971	Alejandro Agustin Lanusse (militar)	Início do serviço regular da Linhas Aéreas do Estado (LADE)
1976	Maria Estela Martínez de Perón (democrático)	Retirada mútua dos embaixadores e esfriamento das negociações
1976	Jorge Rafael Videla (militar)	Derrubada da presidente Maria Estela Martinez de Perón e início do Processo de Reorganização Nacional – governo militar em 24 de março de 1976
1979	Jorge Rafael Videla (militar)	Reativação das negociações entre argentinos e britânicos
1980	Jorge Rafael Videla (militar)	Reunião em Nova York destacando que qualquer negociação deveria considerar a soberania argentina e a vontade dos Ilshos
1980	Jorge Rafael Videla (militar)	Nos dias 10 e 11 de setembro aconteceu uma reunião em Coppet (Suíça) para discutir a transferência de soberania das Ilhas Malvinas/Falklands para a Argentina ademais do projeto de arrendamento do espaço por parte dos britânicos por um período de 99 anos
1980	Jorge Rafael Videla (militar)	Em 21 de novembro de 1980, Nicholas Ridley comunica que a Primeira-ministra Margaret Thatcher havia concedido o visto positivo para avançar na proposta discutida na Suíça
1980	Jorge Rafael Videla (militar)	Comunicação por parte da diplomacia britânica que o Parlamento almejava congelar as negociações com a Argentina por 10 anos
1981	Jorge Rafael Videla (militar)	Rodada Nova York de negociações celebrada nos dias 23 e 24 de fevereiro de 1981 para a discussão sobre o congelamento das negociações e exposição das demandas argentinas
1981	Roberto Eduardo Viola (militar)	Fechamento da fronteira com o Chile por parte de Leopoldo Fortunato Galtieri e conseqüentemente, suspensão momentânea das negociações entre a Argentina e o Reino Unido
1981	Roberto Eduardo Viola (militar)	Comunicação do Foreign and Commonwealth Office indicando a postura incisiva e de dureza do parlamento em procurar o congelamento das negociações.
1981	Roberto Eduardo Viola (militar)	Encontro do Chanceler argentino Camilión com o enviado britânico Lord Carrington, no qual o emissário britânico não apresentou disposição em negociar seriamente sobre as Ilhas Malvinas/Falklands
1982	Leopoldo Fortunato Galtieri (militar)	Planejamento em janeiro de 1982 da opção militar de recuperação das Ilhas Malvinas/Falklands
1982	Leopoldo Fortunato Galtieri (militar)	Comunicação de Galtieri ao Chanceler Costa Mendez de que estava sendo planejada uma operação militar para recuperar as ilhas
1982	Leopoldo Fortunato Galtieri (militar)	No dia 2 de março de 1982 o Chanceler Costa Mendez manifesta publicamente de que a Argentina mantém o direito de interromper as negociações com o Reino Unido e eleger o melhor mecanismo para a resolução do litígio
1982	Leopoldo Fortunato Galtieri (militar)	No dia 20 de março, Galtieri recebeu ao embaixador argentino designado perante a Organização das Nações Unidas e lhe comunica que as Ilhas seriam ocupadas militarmente pela Argentina
1982	Leopoldo Fortunato Galtieri (militar)	Desembarque em março de trabalhadores argentino na ilha Georgia do Sul
1982	Leopoldo Fortunato Galtieri (militar)	No dia 2 de abril de 1982, tropas militares argentinas desembarcam nas Ilhas Malvinas/Falklands
1982	Leopoldo Fortunato Galtieri (militar)	No dia 3 de abril de 1982 é aprovada a Resolução 502 no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
1982	Leopoldo Fortunato Galtieri (militar)	Rendição das tropas argentinas em Port Stanley em 14 de junho de 1982

As datas e eventos listados permitem avaliar as mudanças de postura da Argentina, assim como apresenta de forma clara uma síntese sobre as mudanças de postura, assim como das informações apresentadas na pesquisa.

5.3 CONCLUSÕES PRELIMINARES

A Argentina escalou de maneira incorreta o conflito, tanto no campo diplomático quanto no político e estratégico. O país não soube utilizar a barganha diplomática construída durante o próprio governo militar, enfocando os esforços em manter a sobrevivência do regime o qual se sobrepôs a perspectiva de alcançar um resultado maior, que era a recuperação das Ilhas Malvinas/Falklands. A decisão precipitada de alternar para a via armada se apresentou como uma escolha carente de planejamento, já que a ideia inicial de retomada pela via militar era junho, desta forma, a Operación Rosário foi antecipada em razão do episódio das Ilhas Georgia e na possibilidade iminente de reforço militar britânico em razão do aumento de tensão na região e da mudança de postura da Argentina nas negociações.

No campo diplomático, a Argentina buscou um alinhamento unilateral com os Estados Unidos, desconsiderando a aliança histórica anglo-americana em todos os campos, desta forma, ao procurar uma resposta e um apoio por parte dos Estados Unidos, Galtieri se equivocou e considerou que a colaboração e amizade com Washington seria mais importante que as alianças com Londres, desta forma, a Argentina permaneceu sozinha e conseqüentemente, sofreu as conseqüências no campo estratégico e diplomático. Já nas instancias multilaterais, a articulação britânica no Conselho de Segurança, por exemplo, foi maior que a Argentina, os países que poderiam ter vetado a Resolução 502 (Rússia e China), se abstiveram na votação, permitindo que o Reino Unido alcançasse resultados mais concretos na disputa pelas Ilhas Malvinas/Falklands.

Dentro do campo político, o uso da guerra se apresentou como a alternativa incorreta para a sobrevivência da Junta Militar, a sociedade argentina em um primeiro momento, se sentiu solidária em virtude de ser uma reivindicação longa e de caráter colonial, assim, Galtieri observou Malvinas/Falklands como a possibilidade de um triunfo social. Além da busca pelo prestígio na sociedade civil, Galtieri viu no episódio a possibilidade de angariar mais respeito dentro dos quadros militares, já que a ideia

de recuperar as ilhas sempre foi da Marinha, desta forma, existia também uma perspectiva da sobrevivência do próprio Galtieri dentro do governo militar, em razão da Marinha ter colaborado com a sua ascensão ao poder.

No campo estratégico, a manutenção de sigilo, mesmo benéfico em decorrência do fator surpresa, foi mantido até a iminência da operação, ou seja, poucas pessoas dentro do Comando Militar possuíam conhecimento sobre o que estava sendo planejado e como estava sendo planejado, assim, este ponto colaborou para que houvesse uma articulação menor, e por fim, a antecipação da operação. O resultado dessa combinação resultou posteriormente na derrota da Argentina.

A Argentina avaliou todos os cenários de maneira simplória e positiva, simplória por desconsiderar o cenário internacional ao negligenciar as alianças e os países do 3º mundo. O cenário positivo decorre na Argentina considerar que o Reino Unido não mobilizaria suas forças e que cederia à pressão argentina numa intervenção. O somatório de fatores condenou os tomadores de decisão a perda do apoio na sociedade e posteriormente, o fim da ditadura no país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra das Malvinas/Falklands representou não somente o conflito mais importante para a Argentina, se traduziu também no final do governo militar e no desperdício de todas as ferramentas e agendas possíveis com o Reino Unido, ademais de conduzir a Junta Militar ao declínio, a guerra retirou as esperanças dos argentinos de em algum momento colocar uma bandeira nacional e de dizer: *las Malvinas son Argentinas*, frase esta entonada em todos os comunicados oficiais e em cada mês de abril quando se celebra a data do desembarque das tropas em *Port Stanley* e a homenagem aos soldados que morreram pelo país na guerra.

A presente pesquisa doutoral, através dos documentos desclassificados, permitiu verificar as duas hipóteses propostas: a) a Argentina dispunha de uma panorama diplomático – em termos de contatos, alinhamentos e apoios de outras potências – que lhe teriam dado alternativas ao curso tomado e b) a arquitetura institucional civil-militar argentino estava internamente dividida e conseqüentemente incapaz de avaliar e conjuntar esse panorama diplomático aos seus objetivos políticos - domésticos e externos – que explicam o desperdício desses recursos diplomáticos que a Argentina tinha à mão, assim, a desclassificação de informações de atores estatais envolvidos, permitiu que uma leitura pragmática e oficial pudesse responder as demandas de pesquisa, elencando elementos oficiais que corroborassem as hipóteses propostas.

Diante do exposto, a primeira hipótese que o panorama diplomático da Argentina era distinto, se observou que a construção realizada por parte da Argentina em matéria de alinhamentos diplomáticos era contundente, a Resolução 2065 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas é clara ao destacar que reconhece a existência de uma disputa territorial oriunda de uma leitura colonial e que esta deve ser resolvida, neste aspecto, a articulação da Argentina foi crucial para alcançar uma resolução que chamava o Reino Unido para as negociações, o que foi fundamental para a abertura de frentes de trabalho posteriores, as quais serão encerradas com a crise das Ilhas Georgias em março de 1982.

Durante o período da Junta Militar, tanto Videla quanto Viola possuíam uma leitura clara que a diplomacia era a principal ferramenta de solução para o litígio, isto porque se apoiaram no suporte técnico da chancelaria e na busca pelo estreitamento das relações com o Foreign and Commonwealth Office. É evidente quando se busca

no rastreamento de informações através dos documentos, que num primeiro momento, a Argentina buscou se aproximar e cooperar com o Reino Unido através de fornecimento de serviços para os ilhentos, esta demonstração destaca a proatividade da diplomacia argentina em se aproximar do Reino Unido e sempre deixando claro que as intenções são a construção de confiança para a transferência de domínio do espaço, algo que em momento algum foi escondido por parte dos argentinos e negligenciado por parte dos britânicos.

Por outro lado, a ascensão de Galtieri ao poder evidenciou uma postura agressiva em matéria de política externa. Os documentos desclassificados dos Estados Unidos evidenciam que a alteração na condução das negociações e o tom adotado pela chancelaria argentina, apresentava um panorama não-favorável, o qual será confirmado com as palavras de Costa Méndez após a rodada de negociações na Organização das Nações Unidas. Quando o chanceler argentino afirma que o país recorreria a todos os meios disponíveis para reaver as Ilhas Malvinas/Falklands, acendia, na visão dos diplomatas, parlamentares e o próprio gabinete da primeira-ministra Margaret Thatcher, o claro alerta que a Argentina preparava uma operação de caráter militar para tomar o arquipélago à força.

Por fim, ainda dentro do aspecto diplomático, a Argentina desconsiderou completamente a construção diplomática dos antecessores militares e todas as possibilidades de articulação com os países da região, Galtieri e Costa Méndez proferiam verbalmente que a Argentina não era um país do 3º mundo e com isso, somado a análise superficial sobre o cenário internacional e a crença que não existiriam consequências no plano internacional, a Junta Militar não calculou os resultados previstos da sua decisão e a chancelaria não assessorou de maneira clara e enfática os perigos da decisão de ir à guerra.

Ao abordar a divisão, segunda hipóteses apontada pelo trabalho, foram discutidas abordagens teóricas para argumentar que os problemas divisórios não se restringem as democracias, já que o denominador comum é o atendimento a audiência (eleitor), ou seja, tanto governos democraticamente eleitos como governos instaurados, possuem a mesma problemática: discordância social diante de instabilidades internas e insatisfações na condução da nação. Obviamente que no caso argentino, haviam problemas maiores como por exemplo a violação aos direitos humanos, entretanto, as forças armadas ocuparam um papel de salvadores nacionais em vários momentos da história, fato este repetido a partir de 1976 no Processo de

Reorganización Nacional, entretanto, a sociedade, se por um lado, aclamava inicialmente os militares, a partir de 1981, busca contestar sua presença, e assim, a partir deste momento, as fraturas da Junta Militar se tornam mais evidentes.

No plano governamental, a Junta Militar estava dividida desde o fim do mandato do Rafael Videla, a disputa entre os militares para comandar o país demonstrava que internamente a Junta não encontrava consenso, os apontamentos realizados no capítulo 3 evidenciam que o conflito transitava majoritariamente em que a Marinha não concordava com o nome de Viola (no caso da sucessão de Videla) e na derrubada do Viola, a Marinha apoiou e colaborou para a queda do antecessor e ascensão de Galtieri ao poder, em grande parte por dois motivos: os militares mais radicais acreditavam que a posição mais liberal de Viola era perigosa para os militares, já que Viola havia declarado de maneira nítida que possuía um planejamento para a abertura do regime, aumento da presença da sociedade civil e partidos políticos para mais adiante, realizar a transferência governamental, já o segundo ponto era as Malvinas, a Marinha possuía um planejamento oriundo desde meados do anos 1950 e que era atualizado constantemente, desta forma, a Marinha viu em Galtieri, um militar mais radical, a possibilidade de colocar o plano em efetividade.

Ao destacar a divisão, a mesma se replicou para outros quadros da governança nacional, isto porque a própria chancelaria se encontrava dividida, uma parte desta, ocupada por militares, seguia as ordens proferidas pela Junta, neste aspecto, o papel do chanceler era mínimo, a outra parte era um grupo técnico, formado por diplomatas de carreira e que observavam a construção da demanda Malvinas/Falklands pela via diplomática, neste sentido, a ocupação de pontos fundamentais por militares e a não atenção aos avisos dos diplomáticos, evidenciou que existia uma divisão dentro da chancelaria também.

O campo da divisão se replicava também em outras esferas da Junta Militar, a qual, como apontado no capítulo 3 estava dividida em grupos, alguns mais radicais, acreditando no princípio de plena participação dos militares em todos os processos, o segundo de caráter mais moderado numa linha de raciocínio em que as relações cívico-militares poderiam ocorrer normalmente dentro do governo e um terceiro grupo, de caráter mais liberal, o qual acreditava em um esgotamento das opções militares e isto levaria a uma desidratação do regime, conseqüentemente, a sucessão para a democracia aconteceria e para evitar que a “missão” dos militares fosse vista como um fracasso, utilizariam partidos políticos para “prepara-los” na nova fase do Estado.

Em síntese, o trabalho evidenciou que a decisão de ir a guerra foi acompanhada de uma sucessão de equívocos e que resultou de maneira geral no maior erro de toda a Junta Militar, o descrédito e falta de apoio da sociedade pelo conflito após a invasão encaminhou o fim do regime. Ademais deste ponto, os documentos desclassificados evidenciaram que o panorama diplomático argentino não era favorável no momento da invasão e que no plano internacional não haveria apoio nenhum à demanda, dado isto, a Argentina não preparou o terreno no ambiente diplomático para a guerra, isto porque assim que trabalhadores argentinos desembarcaram nas Ilhas Georgia, a Argentina foi duramente repreendida por parte do Reino Unido na Organização das Nações Unidas e os demais países não apoiaram o país sul-americano nas suas ações no Conselho de Segurança da organização.

A presente pesquisa permitiu afastar a perspectiva analítica de que a guerra era a única alternativa, ademais, permitiu elucidar pontos que não eram abordados anteriormente em pesquisas, se agrega também a perspectiva de buscar suporte essencialmente nos documentos desclassificados lançando nova luz ao conflito, desta forma, a pesquisa permitiu observar que se houvesse sido escalada de maneira distinta a demanda, principalmente a partir de 1982, o resultado poderia ser distinto.

REFERÊNCIAS

ALDEN, Chris; ARAN, Amnon. **Foreign Policy Analysis: New Approaches**. 2. ed. New York: Routledge, 2016. 197 p. ISBN 9781138934290.

ALESINA, Alberto; ROSENTHAL, Howard. A Theory of Divided Government. **Econometrica**, New York, v. 64, n. 6, p. 1311-1341, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2171833?origin=/JSTOR-pdf&seq=1>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ALVAREZ, Yamile. La Revolución argentina y los inicios de la radicalización: juventud universitaria y catolicismo posconciliar en Mendoza (1966-1973). **Latinoamérica**, Ciudad de México, n. 51, p. 85-108, dez 2010. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-85742010000200005&lng=es&nrm=iso. acesso em 07 agosto 2022.

ALVES, V. C.; CAMPOS, M. T.. A Guerra das Falklands/Malvinas e o Exército Brasileiro. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 8, p. 257-278, 2012. Informação disponível em: <http://www.lepeb.uff.br/files/275-668-1-SM.pdf>. Acesso em 10 jan. 2021

ARGENTINA. Junta Militar. **Comisión de Análisis y Evaluación de las Responsabilidades del Conflicto del Atlántico Sur** - CAERCAS. Informe Final ("Informe Rattenbach"). Buenos Aires, 1982. Disponível em: Informação disponível em: <https://www--casarosada--gob--ar.accessible.inclusite.com/informacion/archivo/25773-informe-rattenbach>. Acesso em 10 jan. 2021

ARGENTINA. **A questão Malvinas: A 50 anos da Resolução 2065 (XX) das Nações Unidas**. Buenos Aires, 2015. 28 p. Disponível em: https://csbah.cancilleria.gob.ar/userfiles/Folleto%20Malvinas%20portugues%202015_0.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

ARGENTINA. Centro de Documentos Digitalizados. **Malvinas 40 años**. Buenos Aires, 1983. Informação disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/ar-ara-coac-6b1_tomo1_0.pdf. Acesso em 10 fev. 2023

BALERINI, Emiliano Casal. La asesoría militar Argentina en Honduras. **Diálogos Revista Electrónica de História**, Costa Rica, v. 19, ed. 2, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/439/43956436008/html/index.html>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BEACH, Derek; BRUN PEDERSEN, Rasmus. **Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines**. United States of America: University of Michigan Press, 2013. 208 p. v. 1. ISBN 978-0-472-07189-0.

BOLOGNA, Alfredo Bruno. **El conflicto de las Islas Malvinas**. Ediciones Facultad de Rosario, septiembre de 1992. 118 p.

BORRELLI, Marcelo. Combatiendo a Martínez de Hoz (para salvar a las Fuerzas Armadas). Clarín durante el último año de la política económica de la dictadura militar (1980-1981). In: JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTÓRIA, 13., 2011, Catamarca. **Anais[...]**. Catamarca: 2011, p. 1-23. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-071/455.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BUENO DE MESQUITA, Bruce; SIVERSON, Randolph M. War and the Survival of Political Leaders: Comparative Study of Regime Types and Political Accountability. **The American Political Science Review**, London, v. 89, ed. 4, p. 841-855, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2082512>. Acesso em: 21 fev. 2023.

CANELO, Paula. La militarización del Estado durante la última dictadura militar argentina: Un estudio de los gabinetes del Poder Ejecutivo Nacional entre 1976 y 1983. **História Crítica**, Bogotá, v. 62, p. 57-75, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/811/81148179004.pdf>. Acesso em: 31 out. 2022.

CERQUEIRA, Daniel. Livre determinação indígena: entre o Direito Internacional e a tragédia. **Justicia en las Américas**, [S. l.], p. 0-0, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://dplfblog.com/2020/08/25/livre-determinacao-indigena-entre-o-direito-internacional-e-a-tragedia/#:~:text=Titulada%20%E2%80%9CDeclara%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Concess%C3%A3o,econ%C3%B4mico%2C%20social%20e%20cultural.%E2%80%9D>. Acesso em: 28 dez. 2022.

COMINI, Nicolás; FRENKEL, Alejandro. Política y Fuerzas Armadas. Poder, dominación y habitus en las relaciones cívico-militares argentinas. **STUDIA POLITICÆ**, Buenos Aires, ed. 45, p. 5-32, 2018. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/104207/CONICET_Digital_Nro.c69cd2c5-97ce-45d2-8cf3-fd5d8e34f6e9_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 22 jun. 2022.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ARAUJO, C. E. L.. **Process-tracing nas Ciências Sociais**: fundamentos e aplicabilidade. Brasília: ENAP, 2018. v. 1. 103p.

DILLON, G. M. **The Falklands, Politics and War**. London: Palgrave Macmillan, 1989. 297 p.

DI TELLA, Torcuato. **História social da Argentina contemporânea**. 2. ed. rev. - Brasília: FUNAG, 2017.

DRUETTA, Gustavo. Guerra, política y sociedad en la ideología de la corporación militar argentina. **Crítica & Utopía Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, n. 10/11, p. 1-11, 1983. Disponível em: <http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/critica/nro10-11/DRUETTA.pdf>. Acesso em: 17 maio 2022.

ERLICH, Uriel. Relecturas de Malvinas y la política exterior argentina (1989-2019). **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 14, ed. 27, p. 227-251, 2018. Disponível

em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/issue/view/108>. Acesso em: 13 jan. 2021.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Foreign Relations of the United States, 1981–1988**. Washington: Government Printing Office, 2015. 998 p. v. 13. Disponível em: <https://static.history.state.gov/frus/frus1981-88v13/pdf/frus1981-88v13.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2021.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Central Intelligence Agency: Falkland's War documents**. *In: Freedom of Information Act*. Disponível em <https://www.cia.gov/readingroom/search/site/falklands?page=1>. Acesso em 12 mar. 2023

FEARON, James D. Domestic Political Audiences and the Escalation of International Disputes. **The American Political Science Review**, v. 88, ed. 3, p. 577-592, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2944796>. Acesso em: 15 dez. 2022.

GADARIAN, Shana Kushner. The Politics of Threat: How Terrorism News Shapes Foreign Policy Attitudes. **The Journal of Politics**, Chicago, v. 72, ed. 2, p. 1-38, 2010. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1017/S0022381609990910>. Acesso em: 9 dez. 2020

GAVIN, Francis J. What If? The Historian and the Counterfactual. **Security Studies**, London, v. 24, ed. 3, p. 425-430, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09636412.2015.1070610>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

GÓMEZ, Federico Martín; BJERG, Cristen. La política exterior del "Proceso de Reorganización Nacional" (1976-1983). *In: SIMONOFF, Alejandro César. La Argentina y el mundo frente al Bicentenario de la Revolución de Mayo: Las relaciones exteriores argentinas desde la secesión de España hasta la actualidad*. La Plata: Editorial de la Universidad Nacional de La Plata, 2010. cap. XIII, p. 301-326. ISBN 978-950-34-0638-0. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/15921/Documento_completo__.pdf?sequence=7&isAllowed=y. Acesso em: 16 fev. 2023

GRÉÑO VELASCO, José Enrique. El "informe Shackleton" sobre las islas Malvinas. **Revista de Política Internacional**, Buenos Aires, n. 153, p. 31-56, 1977. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2495878>. Acesso em: 13 jan. 2021.

FREEDMAN, Lawrence. **The official history of the Falklands campaign: The Origins of the Falklands War**. London: Routledge, 2005. 250 p. v. I.

FREEDMAN, Lawrence. **The official history of the Falklands campaign: War and Diplomacy**. London: Routledge, 2005. 812 p. v. II.

GOEBEL, J. **La pugna por las islas Malvinas**. Buenos Aires: Yale University, 1951

HEFFINGTON, Colton. **Hawks and Doves Reconsidered: the Case of US Foreign Policy**. Orientador: Cooper Drury. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - , Columbia, 2013. Disponível em: <https://mospace.umsystem.edu/xmlui/bitstream/handle/10355/37948/research.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jan. 2023.

HUDSON, Valerie M.; DAY, Benjamin S. **Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory**. 3. ed. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2019. 288 p.

HUNTER, Wendy. State and soldier in Latin America: Redefining the Military's Role in Argentina, Brazil, and Chile. [S. l.]: **UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE**, 1996. 57 p. Disponível em: <https://www.usip.org/sites/default/files/pwks10.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

HUXSOLL, David Baker. **Regimes, institutions, and foreign policy change**. 2003. 246 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Louisiana State University, Luisiana, 2003. Disponível em: https://digitalcommons.lsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=3376&context=gradschool_dissertations. Acesso em: 14 jan. 2021.

HOUSE OF COMMONS. **Discurso do Secretário de Estado Nicholas Ridley**. ATA DA SESSÃO DA CÂMARA DOS COMUNS, 1980, Londres. [...]. Londres, 1980. 6 p. v. 995. Disponível em: <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1980/dec/02/falkland-islands>. Acesso em: 29 dez. 2022.

INFOBAE. “Operação Alpha”, o plano da Marinha para ocupar as Ilhas Geórgia que iniciou a Guerra das Malvinas. **Infobae**, 19 mar. 2022. Disponível em: <https://www.infobae.com/br/2022/03/19/operacao-alpha-o-plano-da-marinha-para-ocupar-as-ilhas-georgia-que-iniciou-a-guerra-das-malvinas/>. Acesso em: 8 fev. 2023.

IRAMAIN, Lucas. **Política económica en la dictadura. La orientación y calidad de la intervención económica del Estado en el sector vial. La actuación de la Dirección Nacional de Vialidad (DNV) (Argentina, 1976- 1981)**. Documentos de investigación social, [s. l.], n. 24, p. 1-42, 2013. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/idaes-unsam/20171114030404/pdf_512.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

JOHNSON, Richard. The Islands' Resources. **The Geographical Journal**, London, v. 149, n. 1, p. 4-7, 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/633331>. Acesso em: 18 jan. 2021.

LEBOW, Richard Ned. Counterfactuals and Security Studies. **Security Studies**, London, v. 24, n. 3, p. 403-412, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09636412.2015.1070605>. Acesso em: 14 jan. 2021.

LEVY, Jack S. Counterfactuals, Causal Inference, and Historical Analysis. **Security Studies**, [s. l.], v. 378, n. 24, ed. 3, p. 402, 2015. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09636412.2015.1070602>. Acesso em: 6 jan. 2021

LYRA JÚNIOR, A. A.; BELLINTANI, A. I. . **Segunda Guerra e Guerra Fria: reflexões para a América Latina**. Opsiis, v. 14, p. 225-242, 2014.

LISIŃSKA, Magdalena. **Argentine Foreign Policy during the Military Dictatorship, 1976–1983. Between a Nationalist and Pragmatic Approach**, London and New York: Palgrave Macmillan, 2019 pp. 197.

LOWY, Michael; SADER, Eder. The Militarization of the State in Latin America. **Latin American Perspectives**, v. 12, n. 4, p. 7–40, 1985. DOI <https://doi.org/10.1177/0094582X8501200402>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0094582X8501200402?journalCode=lap>. Acesso em: 17 out. 2022.

MATOS, Ingrid Laisa Melo. **A controvérsia entre a Argentina e o Reino Unido pela soberania das ilhas Malvinas/Falkland, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul**. 2021. 174 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021 Informação disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41521>. Acesso em: 10 jan. 2023

MAHONEY, James. Process Tracing and Historical Explanation. **Security Studies**, London, v. 24, ed. 2, p. 200-218, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09636412.2015.1036610>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MARGARET THATCHER FOUNDATION. MT's official files as Prime Minister, 1979-90: Falklands declassified archives. *In: Margaret Thatcher Foundation*. London, 2020. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/search?startDate=1979-5-4&endDate=1982-6-14&ps=500&theme=DEF-F>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MARÍA BARROS, Mercedes. El silencio bajo la última dictadura militar en la Argentina. **Revista Pensamento Plural**, ano 3, num. 5, Pelotas, julho-dezembro, p. 81-101, 2009. Disponível em: <http://www.pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/05/04.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

MARTINEZ, Ismael Crespo; FILGUEIRA, Fernando. La intervención de las fuerzas armadas en la política latinoamericana. **Revista de Estudios Políticos**, Espanha, n. 80, p. 297-311, 1993. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/RevEsPol/article/view/46960>. Acesso em: 20 out. 2022.

MENDES, Flávio Pedroso. Clausewitz, o realismo estrutural e a paz democrática: abordagem crítica. **Contexto Internacional**, v. 34, n. 1, p. 79-111, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/vdSP8xDZ4hk6qgkRFLT6jVx/?lang=pt#ModalDownloads>. Acesso em: 17 nov. 2022.

MIDDLEBROOK, Martin. **The Argentine fight for the Falklands**. South Yorkshire: Pen & Sword Books, 2009. 321 p.

MOE, Terry. **The Politics of Bureaucratic Structure**. In: CHUBB, John Peterson; PETERSON, Paul. *Can the government govern?* Washington: THE BROOKINGS INSTITUTION, 1989. cap. 6, p. 267-323. ISBN 0-8157-1408.

MONETA, Carlos J. El conflicto de las islas Malvinas: su papel en la política exterior argentina y en el contexto mundial. **Estudios Internacionales**, Instituto de Estudios Internacionales Universidad de Chile, v. 60, p. 361-409, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41391065>. Acesso em: 8 nov. 2022.

MORONI, Marisa Alejandra. Derivas subnacionales de la Multipartidaria: activación política y consensos sociales en la transición a la democracia (La Pampa, Argentina, 1981-1983). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0206, jan./abr. 2020

NUNN, Frederick M. Foreign Influences on the South American Military: Professionalization and Politicization. In: **Patricio Silva(ed) The Soldier and the State in South America: Essays in Civil-Military Relations**. New York: Palgrave, 2001. 13-37.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Islas Malvinas (Falkland Islands)**. Las Naciones Unidas y la descolonización, 2021. descolonización. Disponível em: <https://www.un.org/dppa/decolonization/es/nsqt/falkland-islands-malvinas>. Acesso em 10 jan. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Security Council resolution 502 (1982) [demanding withdrawal of Argentine forces from the Falkland Islands (Malvinas)] y. In: **United Nations Digital Library**. [S. l.], 1982. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/278789>. Acesso em: 9 out. 2023

PESSOA JR, Osvaldo. Histórias contrafactuais: o surgimento da Física Quântica. **Estudos avançados**, [s. l.], v. 14, n. 39, p. 175–204, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/YbnySRbBmTSgCc9nNyWCWPL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PHILIP, George. Military Governments: Continuity and Change in Twentieth-Century South America. In: SILVA, Patricio. **The Soldier and the State in South America: Essays in Civil-Military Relations**. New York: Palgrave MacMillan, 2001. cap. 5, p. 71-86. ISBN 0–333–93093–2.

PION-BERLIN, David. Military Autonomy and Emerging Democracies in South America. **Comparative Politics**, New York, v. 25, ed. 1, p. 83-102, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/422098?seq=1>. Acesso em: 13 jan. 2021.

PION-BERLIN, David. The Fall of Military Rule in Argentina: 1976-1983. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 27, n. 2, p. 55-76, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/165718>. Acesso em: 8 jun. 2022.

PRATES, T. Peronismo e revolução: as revistas montoneras. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. l.], n. 025, p. 303–311, 2019. DOI: 10.46752/anphlac.025.2018.3024. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/3024>. Acesso em: 24 set. 2023.

SHACKLETON, Lord. The Falkland Islands and Their History. **The Geographical Journal, London**, v. 149, n. 1, p. 1-4, 1983. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/633330?seq=1>. Acesso em: 18 jan. 2021.

TANNENWALD, Nina. Process Tracing and Security Studies. **Security Studies**, Londres, v. 24, n. 2, p. 219-227, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09636412.2015.1036614>. Acesso em: 15 jan. 2021.

TEIXEIRA JUNIOR, Augusto W. M.; SILVA, Antonio Henrique Lucena. Explaining Defense Cooperation with Process-tracing: the Brazilian Proposal for the Creation of UNASUR South American Defense Council. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 60, n. 2, e009, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292017000200207&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 jan. 2021

VENNESSON, Pascal. **Case studies and process tracing: theories and practices**. In Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective, edited by D. Porta, and M. Keating, 223-239. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. Informação disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/approaches-and-methodologies-in-the-social-sciences/case-studies-and-process-tracing-theories-and-practices/30CC215CC8FA7BA27BA2F29BA58FC3F6#>. Acesso em 13 jan. 2021

VOVICH, Daniel. Los que apoyaron: Reflexiones y nuevas evidencias sobre el apoyo difuso a la dictadura militar en su primera etapa (1976 - 1978). **Anuario IEHS**, [s. l.], v. 35, ed. 2, p. 125-142, 2020. Disponível em: [http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/resumenes/2020%20\(2\)/6%20Los%20que%20apoyaron%20%20Reflexiones%20y%20nuevas%20evidencias%20sobre%20el%20apoyo%20difuso%20a%20la%20dictadura%20militar%20en%20su%20primera%20etapa%20\(1976%201978\).html](http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/resumenes/2020%20(2)/6%20Los%20que%20apoyaron%20%20Reflexiones%20y%20nuevas%20evidencias%20sobre%20el%20apoyo%20difuso%20a%20la%20dictadura%20militar%20en%20su%20primera%20etapa%20(1976%201978).html). Acesso em: 17 nov. 2022.

WEBER, Max. **The Theory of Social and Economic Organizations**. New York: Free Press. 1947

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1999. v. 2

WEEKS, JESSICA L. **Strongmen and Straw Men**: Authoritarian Regimes and the Initiation of International Conflict. **American Political Science Review**, [s. l.], v. 106, ed. 2, p. 326-347, 2012. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/strongmen-and-straw-men-authoritarian-regimes-and-the-initiation-of-international-conflict/4352949B5F1550DD67076468BFB1BB8F>. Acesso em: 7 fev. 2023.

WEEKS, Jessica L. P. **Dictators at War and Peace**. Ithaca: Cornell University Press, 2014. 264 p.

YOFRE, Juan Bautista. **1982: Los documentos secretos de la guerra de Malvinas/Falklands y el derrumbe del proceso**. Argentina: Sudamericana, 2011. 584 p.